**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL**

BÁRBARA GUASQUE

**O PROCESSO ELETRÔNICO E O DIREITO FUNDAMENTAL À
UMA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA**

CURITIBA

2013

BÁRBARA GUASQUE

**O PROCESSO ELETRÔNICO E O DIREITO FUNDAMENTAL À
UMA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado em Direito Econômico e Socioambiental, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito, área de concentração Direito Econômico e Socioambiental, linha de pesquisa "Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento Sustentável".

Orientador: Prof. Dr. Alvacir Alfredo Nicz

CURITIBA

2013

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

G917p
2013 Guasque, Bárbara
O processo eletrônico e o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva /
Bárbara Guasque ; orientador, Alvacir Alfredo Nicz. -- 2013
154 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2013.
Inclui bibliografias

1. Direito. 2. Estado. 3. Tutela jurisdicional. 4. Tecnologia da informação.
5. Poder judiciário – Efeito da [o] ... Nicz, Alvacir Alfredo. II. Pontifícia
Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direito.
III. Título.

CDD 20. ed. – 340

TERMO DE APROVAÇÃO

BÁRBARA GUASQUE

O PROCESSO ELETRÔNICO E O DIREITO FUNDAMENTAL À UMA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado em Direito Econômico e Socioambiental, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito, área de concentração Direito Econômico e Socioambiental, linha de pesquisa "Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento Sustentável".

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alvacir Alfredo Nicz – Presidente
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Marcos Wachowicz
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 22 de março de 2013.

*Dedico este trabalho a mim mesma!? Sim, a mim, Bárbara Guasque. Porque só eu sei, realmente, o esforço e dedicação que me custou esta trajetória. Porque, pela primeira vez em minha vida, fui a responsável pelo financiamento de meu próprio estudo com os frutos do meu trabalho. Porque eu segui em frente mesmo achando que não seria capaz. Porque, enfim, eu consegui!
Dedico a mim! Essa pessoa que se recusa a deixar de sonhar...*

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado pai, Renato Vargas Guasque, por tê-lo em meus dias, por ter seu amor e poder contar com seu apoio e com sua fonte inesgotável de conhecimento e sensatez. Sendo verdade que a mais importante de todas as obras é o exemplo da própria vida, eu lhe agradeço pelos exemplos diários de caráter, dignidade e respeito ao próximo. Como escreveu o poeta espanhol Antônio Machado: "caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar". Mas a tentativa de seguir seus passos me dá a certeza (alívio) de um caminho na direção certa.

À minha mãe, Viviane Guasque, a quem devo tudo o que sou. A todo seu amor, seus cuidados, sua força e garra para educar a mim e minhas irmãs, e nos transformar em mulheres independentes e bem sucedidas. Seu sorriso e alegria tornam nossas vidas mais iluminada e menos difícil. Que seu amor incondicional continue nos propiciando inúmeras conquistas, e que possamos sempre comemorar nossas conquistas junto a você.

À minha querida irmã Adriane, pelo estímulo para que eu fosse atrás do título de Mestre. A grande responsável pela centelha das minhas reflexões sobre o tema aqui examinado. Exemplo de luta, garra e dedicação. Exemplo de filha, de irmã, de mãe e de profissional. Mestre e futura Doutora.

Aos meus empregadores e amigos, Plauto Miró Guimarães Filho e Marisa Philipovski, por tornarem possível a busca por essa titulação, propiciando suporte econômico e permitindo eventuais ausências em virtude da dedicação necessária à conclusão do Programa de Pós-Graduação em Direito. Vocês contribuíram de forma significativa para a base e estrutura da minha formação acadêmica.

A nosso decano e meu orientador, professor Alvacir Alfredo Nicz, pela orientação, compreensão e, acima de tudo, pelo enriquecedor conviver e por despertar em mim a adoração pelo Direito Constitucional.

A professora Cinthia O. de A. Freitas, pela salutar colaboração em ensinar àqueles dotados de formação em letras jurídicas, os conhecimentos de informática imprescindíveis na elaboração do presente estudo bem como no exercício da advocacia em tempos de processo eletrônico.

Às colegas de mestrado que se tornaram amigas para toda a vida, Maria Cristina Santos, Juliana Deviche Guelfi Dubiela e Melissa Abramovici Pilotto, as quais me presentearam com suas amizades, com suas histórias de luta e sucesso, com o apoio e cumplicidade durante toda esta trajetória acadêmica.

A meu namorado, amigo e companheiro, Marcelo de Araujo Garcia, pelo estímulo, pela confiança, por acreditar em mim mais do que eu mesma, por não me permitir desistir, pelo seu amor e respeito, e por me fazer sentir-me, por todos os dias, a pessoa mais especial do mundo. Você é meu amor!

"O progresso é impossível sem mudança. Aqueles que não conseguem mudar as suas mentes não conseguem mudar nada".

(George Bernard Shaw)

RESUMO

A sociedade moderna encontra-se em um novo patamar conhecido como Revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's). Esta nova realidade mundial, potencializada pela tecnologia da comunicação, trouxe consigo uma inegável revolução econômica e tecnológica em todas as instituições do Estado contemporâneo. Os avanços da tecnologia, a explosão de informações e a facilidade de acesso às mesmas, além da velocidade das comunicações acabaram por atingir a Justiça. O processo judicial é um meio de resolução de conflitos que, com o intuito de melhor atender aos anseios da sociedade, está em constante mutação. Por esta razão é que novas leis vêm promovendo alterações processuais há décadas, reformulando o procedimento, sempre com o fito de alcançar a maior efetividade e celeridade na prestação da tutela jurisdicional, indispensáveis à administração da Justiça nos tempos atuais. A informatização do processo civil brasileiro, buscando atender ao preceito do tempo razoável de duração do processo, completou-se com a promulgação da Lei n.º 11.419/2006, iniciando uma fase de transição sem precedentes no judiciário, na qual se pretende, com fundamento no princípio da instrumentalidade das formas, substituir o processo materializado em papel pelo armazenado na memória de computadores. O presente estudo objetiva demonstrar os avanços promovidos pela lei que instituiu o processo eletrônico no Brasil e de que modo estas mudanças possibilitam um aperfeiçoamento da tutela jurisdicional, tornando-a mais eficaz, conforme garante nosso texto constitucional.

Palavras-chave: Estado. Tutela jurisdicional. Efetividade. Processo eletrônico.

ABSTRACT

Society today is in a whole new level known as Information Revolution or Revolution of Knowledge. This new world reality, fueled by communication technology, brings a undeniable economic and technological revolution in all institutions of the contemporary State. Advances in technology, the explosion of information and its easy access, along with the speed of communication eventually reach Justice. The judicial process is a mean of conflict resolution that, in order to best meet the needs of society, is constantly changing. The reason is that new laws have been promoting procedural changes for decades, reformulating the procedure, always with the aim of achieving greater effectiveness and expedite the provision of legal protection necessary for the administration of Justice nowadays. The computerization of the Brazilian Civil Procedure, seeking to meet the precept reasonable length of time the process, was completed with the promulgation of Law N.º 11419 (2006), beginning a transition phase without precedents in the courts, in which it is intended, based on the principle of instrumentality of the forms, replacing the materialized paper process by the virtual storage in computer memory. The present study aims to demonstrate the advances promoted by the law that instituted the electronic process in Brazil and how theses change allow an improvement of legal protection, making it more effective, as our Constitution guarantees.

Keywords: State. Judicial protection. Effectiveness. Electronic process.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO	17
2.1 DO JUSNATURALISMO AO PÓS-POSITIVISMO E A NORMATIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS	17
2.2 CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	20
2.3 A TEORIA DOS PRINCÍPIOS.....	23
2.4 EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	25
2.5 O ACESSO À JUSTIÇA	28
2.6 A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA EM BUSCA DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL	37
2.6.1 A Emenda Constitucional n.º 45/04 e a reforma do judiciário	37
2.6.1.1 As súmulas vinculantes.....	39
2.6.1.2 Repercussão geral	42
2.6.2 Reformas processuais	46
2.6.3 Pactos republicanos	48
3 PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS	52
3.1 O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL	52
3.1.1 Efetivação judicial dos direitos fundamentais sociais	52
3.1.2 O direito à tutela jurisdicional	53
3.1.3 Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva	56
3.2 O PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	60
3.3 EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA.....	65
3.3.1 Celeridade e efetividade	69
3.4 O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E O PROCESSO ELETRÔNICO.....	70
4 O PROCESSO ELETRÔNICO	80
4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE INFORMATIZAÇÃO NO JUDICIÁRIO.....	83

4.2 NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	89
4.2.1 Assinatura digital	89
4.2.1.1 Criptografia assimétrica	92
4.2.1.2 Função <i>Hash</i>	96
4.2.1.3 Certificado digital.....	97
4.2.1.4 Certificação digital.....	101
4.3 PROCEDIMENTO ELETRÔNICO.....	103
4.4 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES IMPLANTADAS PELO PROCESSO ELETRÔNICO	1054
4.5 O PROCESSO ELETRÔNICO E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	1110
4.5.1 O processo eletrônico e o acesso à justiça	113
4.5.2 O processo eletrônico e a duração razoável do processo.....	118
4.6 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	1232
4.7 PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS ATUALMENTE	1276
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem passando por inúmeras e significativas transformações, as quais não deixaram de fora o Estado, o Direito e a Sociedade. Dentro do atual paradigma estatal emerge o constitucionalismo moderno, o qual se caracteriza, essencialmente, pela inclusão no texto constitucional, de valores e princípios concernentes a direitos e garantias fundamentais e à dignidade da pessoa humana.

Os postulados básicos da sociedade, suas ideologias, seus fins passaram a ser albergados por princípios abrigados no seio constitucional, explícita ou implicitamente. Alguns princípios, como a liberdade e a igualdade já existiam, outros foram incorporados mais recentemente e estão em fase de consolidação, a exemplo do postulado da dignidade da pessoa humana. No entanto, à luz do constitucionalismo contemporâneo, referidos princípios agora passam a ser normatizados, figuram como a síntese dos valores abrigados no ordenamento jurídico. Valores estes que devem ser seguidos e promovidos pelo Estado, além de servirem de base a toda formulação e interpretação de normas, superando a crença de que teriam uma dimensão puramente axiológica.

Os direitos fundamentais, na qualidade de dispositivos máximos de proteção a direitos essenciais dos cidadãos dentro do nosso ordenamento jurídico, fornecem as diretrizes para a aplicação e interpretação das normas infraconstitucionais. São eles que formam a base do ordenamento jurídico de um Estado Democrático de Direito e ao Estado incumbe o papel de promotor e garantidor destes direitos.

A Constituição Federal de 1988 atribui aos órgãos do Poder Judiciário, em caráter exclusivo, a tutela jurisdicional, além de incluir, no inciso XXXV do art. 5.º, o princípio do acesso à justiça. Referido princípio figura como o mais importante dentre todos os demais, vez que através dele se torna viável a busca pela concretização de todos os outros direitos.

Contudo, não há que se falar em direito a uma tutela jurisdicional se esta não for efetiva, e esta efetividade está ligada explicitamente à condição temporal do processo. Por certo que não é somente o direito de ação assegurado constitucionalmente no art. 5.º, XXXV da Constituição Federal que assegura a efetividade da

tutela jurisdicional. Para que um processo seja efetivo é mister que os aplicadores do direito deem sustentáculo a todos os demais direitos, não olvidando que os princípios da celeridade processual, isonomia, contraditório e ampla defesa devem ser observados. Esta constatação levou à inclusão, por meio da emenda constitucional n.º 45, de 30 de dezembro de 2004, do princípio da duração razoável do processo. Desta forma positivou-se no texto constitucional esta garantia que, para muitos autores, já estava contemplado na garantia do devido processo legal além de estar contido no postulado da dignidade da pessoa humana.

No afã de combater uma das maiores mazelas do Poder Judiciário brasileiro, infecto pela morosidade na entrega da prestação jurisdicional, foram promovidas inúmeras reformas processuais, as quais têm se focado, predominantemente, no sentido de assegurar concretude aos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, simplificando os procedimentos, eliminando atos tidos por desnecessários, concedendo ao magistrado uma maior liberalidade, restringindo a interposição indiscriminada de recursos e criando órgãos, como o Conselho Nacional de Justiça com o fito de fiscalizar o Judiciário.

O processo judicial como um meio de resolução de conflitos que, com o intuito de melhor atender aos anseios da sociedade, está em constante mutação. Desta forma, o judiciário brasileiro vem sofrendo mudanças em toda a sua estrutura processual buscando efetivar o direito à justiça, visando aprimorar os mecanismos processuais de modo a torná-los mais rápido, efetivo, seguro e acessível a todos.

A já mencionada Emenda Constitucional n.º 45/2004, conhecida como a Reforma do Judiciário, além de criar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público, e de introduzir o princípio da duração razoável do processo no seio da Constituição, criou os institutos da súmula vinculante e da repercussão geral – importantes institutos no combate a morosidade do Judiciário.

A seguir, sobrevieram os Pactos Republicanos. A primeira edição do Pacto Republicano foi assinada seguindo a tendência da Emenda Constitucional, em 2004, e teve como cerne a adoção de medidas que viabilizassem um Judiciário mais rápido e mais sensível às demandas da cidadania, nomeadamente através da aprovação célere de projetos de lei focados no aprimoramento da justiça em nosso

país. O Pacto foi decisivo para a efetivação de mecanismos que aumentaram a agilidade da Justiça, como a regulamentação dos institutos da Súmula Vinculante, a Repercussão Geral e os Recursos Repetitivos os quais contribuíram em demasia para o desafogo do número de recursos. Dentre as diretrizes de referido pacto constou também a regulamentação do uso do meio eletrônico na tramitação de processos.

Em 2009 foi assinado a segunda edição do Pacto, seguindo a mesma tendência do primeiro de fortalecer a efetividade da prestação jurisdicional, o acesso universal à Justiça e assim como o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito e das instituições do Sistema de Justiça.

Denota-se o caminho que o Judiciário brasileiro vem percorrendo com o fito de romper as barreiras do anacronismo e acabar com a morosidade e a ineficiência produtoras de injustiça.

Acompanhando esta conjuntura veio a Lei n.º 11.419 de 19 de dezembro de 2006 que disciplina o processo judicial eletrônico e que, com amparo do desenvolvimento da tecnologia da informação, se mostra com um profícuo meio para uma Justiça mais célere e eficiente.

A realidade procedimental trazida pelo processo armazenado e manipulado em meio digital retrata uma mudança cultural da sociedade, além da preocupação com a economia processual, a desburocratização da Justiça, o aumento da capacidade de processamento e julgamento de ações, a preservação do meio ambiente, entre outras.

A Lei n.º 11.419/2006 projeta o judiciário brasileiro em uma nova era com arrimo na utilização da tecnologia da informação e tem o fito de tornar o processo mais célere, conforme garante o inciso LXXVIII do artigo 5.º da Constituição ao assegurar a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Este estudo tem por objetivo geral discutir a efetividade da tutela jurisdicional, contrapondo-se a Lei n.º 11.419/2006 aos princípios constitucionais do acesso à justiça e da celeridade processual.

Como objetivos específicos estabeleceu-se: (I) identificar os alicerces jurídicos contemporâneos, fundados com a consolidação do Estado Constitucional

e Democrático de Direito, e a influência por eles exercida no direito fundamental à tutela jurisdicional; (II) diferenciar eficácia e eficiência da tutela jurisdicional; (III) demonstrar as principais alterações legislativas tendentes a aperfeiçoar a prestação jurisdicional (EC 45/0, pactos republicanos, dentre outros); (IV) analisar os princípios do acesso à justiça e da celeridade processual; (V) trazer as principais alterações trazidas pela Lei n.º 11.419/06; (VI) traçar um panorama dos resultados alcançados bem como dos principais problemas enfrentados. Por fim, pretende-se concluir se a mudança procedimental trazida com a lei n.º 11.419/2006 será capaz de contribuir para uma maior efetividade da tutela jurisdicional, dando cumprimento, desta maneira, aos princípios constitucionalmente consagrados do acesso à justiça e da celeridade processual.

No que se refere à metodologia empregada, fez-se uso do método de abordagem dedutivo, vez que se analisou as partes de um fenômeno, qual seja, o processo eletrônico, de modo a ter uma percepção da possibilidade do mesmo contribuir para uma maior efetividade da tutela jurisdicional. O método de procedimento utilizado foi o monográfico, tendo sido utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica.

Foi desenvolvida coleta de dados a fim de traçar um panorama da atual situação vivenciada pelo Judiciário Brasileiro no que concerne à efetividade da sua tutela jurisdicional, como também se utilizou de pesquisa com coleta de dados necessários ao acompanhamento da implantação dos sistemas eletrônicos e sua utilização, a fim de se demonstrar, tendo por base dados reais e concretos, a eficácia socioeconômica produzida pela nova política judiciária instituída através das regras procedimentais ditadas pelo processo armazenado e manipulado em meio digital.

2 CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO

Ao pórtico deste estudo, necessário se faz abordar a transformação paradigmática ocorrida no Direito e que culminou no restabelecimento da dimensão ética e moral operada pelo constitucionalismo contemporâneo e pela Teoria dos Princípios no bojo do Pós-Positivismo.

2.1 DO JUSNATURALISMO AO PÓS-POSITIVISMO E A NORMATIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS

A dogmática jurídica tradicional, surgida ao final da Idade Média, com a passagem do Estado absolutista para o Estado liberal, rompeu com o jusnaturalismo¹, uma das principais correntes filosóficas que tem acompanhado o direito ao longo dos séculos, fundado na existência de um direito natural que tem validade em si, legitimado por uma ética superior, e estabelece limites à própria norma estatal².

O mote desta corrente filosófica consistia no reconhecimento da existência de um conjunto de valores e pretensões humanas legítimas no meio social, os quais não advém de uma norma jurídica positivada pelo Estado, ou seja, independem do direito positivo³.

A transição do Estado absolutista para o Estado Liberal teve início no final do século XVIII, com as Revoluções Francesa (1789) e Americana (1787), inspiradas nos ideais do movimento iluminista. Surge uma nova concepção de direito natural conhecida como Doutrina do Direito Natural Racionalista ou

¹ Entre os escritos antigos, talvez a primeira manifestação da ideia de direito natural encontre-se na peça teatral de Sófocles, – Antígona –, na qual a protagonista invoca leis divinas eternas para justificar a desobediência à ordem real, o que demonstra a presença da ideia para além dos círculos da filosofia. Melhor é procurá-la nos filósofos gregos, que muitos fizeram menção à primazia do direito natural sobre o direito positivo. Platão referia-se uma justiça inata, universal e necessária. STEUDEL, Adelângela de Arruma Moura. **Jusnaturalismo clássico e Jusnaturalismo racionalista**: aspectos destacadas para acadêmicos de direito. Disponível em: <http://www.uepg.br/prosp/publicatio/hum/2007_1/Adelangela.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2012.

² BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). **Revista Acadêmica Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.1, p.32, 2001.

³ *Ibid*, p.33.

Jusnaturalismo Racionalista, a qual propunha a razão humana como fundamento de validade do direito natural, afastando o vínculo teológico.

O Estado, as instituições e o Direito adentraram na era liberal, com a consolidação dos ideais constitucionais em textos escritos e caracterizado pelo jusnaturalismo racionalista, segundo o qual, conforme descreve Barroso:

a lei passa a ser vista como expressão superior da razão. A ciência do Direito é o domínio asséptico da segurança e da justiça. O Estado é a fonte única do poder e do Direito. O sistema jurídico é completo e autossuficiente: lacunas eventuais são resolvidas internamente pelo costume, pela analogia, pelos princípios gerais. Separado da filosofia do direito por incisão profunda, a dogmática jurídica volta seu conhecimento apenas para a lei e o ordenamento positivo, sem qualquer reflexão sobre seu próprio saber e seus fundamentos de legitimidade. A interpretação jurídica é um processo silogístico de subsunção do fato à norma.⁴

O dado primordial desta época passa a ser o antropocentrismo – o próprio homem, orgulhoso de sua força racional e de sua liberdade, capaz de constituir por si mesmo a regra de sua conduta. É por isso que surge, desde logo, a ideia de contrato. O contratualismo é a alavanca do Direito na época moderna⁵.

No entanto, o positivismo jurídico que dominou as constituições do Estado Moderno separava ciência e ética. A pretensão de criar uma ciência jurídica aos moldes das ciências exatas e naturais preteriu a especulação filosófica, buscando uma objetividade científica com ênfase na realidade observável⁶; ou seja, a visão do Direito como uma ciência como as demais e com a necessidade de visualizá-la com objetividade relegando a argumentação filosófica, acabou por apartar o direito da moral e dos valores transcendentais.

Este posicionamento é referendado por Steudel ao afirmar que um dos

⁴ BARROSO, Luís Roberto. fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). **Revista Acadêmica Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.1, p.27, 2001.

⁵ STEUDEL, Adelângela de Arruma Moura. **Jusnaturalismo clássico e jusnaturalismo racionalista**: aspectos destacadas para acadêmicos de direito. Disponível em: <http://www.uepg.br/proresp/publicatio/hum/2007_1/Adelangel.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

⁶ Conceitualmente, jamais foi possível a transposição totalmente satisfatória dos métodos das ciências naturais para a área de humanidades. O Direito, ao contrário de outros domínios, não tem nem pode ter uma postura puramente descritiva da realidade, voltada para relatar o que existe. Cabe-lhe prescrever um dever-ser e fazê-lo valer nas situações concretas. In: BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). **Revista Acadêmica Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.1, 2001.

escopos do jusnaturalismo racionalista era perseguir a independência, a autonomia do Direito em face da Moral, entendida como ética subjetiva, individual⁷. Barroso resume os atributos da concepção clássica do Direito: tinha caráter científico; se utilizava do emprego da lógica formal; pretensão de completude; pureza científica; racionalidade da lei e neutralidade do intérprete.

Neste compasso, pode-se afirmar que a dogmática jurídica sob o enfoque do jusnaturalismo racionalista estabelecia uma constituição meramente procedimental, a qual fixava apenas regras do processo político, sem valores ideologicamente engajados, não atribuindo à Constituição força normativa nem eficácia de suas normas. A concretização de seus ditames ficava condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador. O Judiciário não exercia atuação relevante na realização das normas constitucionais. Este modelo constitucional era um entrave no modelo vigente de Estado Liberal.

Surgiu então, sob a designação genérica de "Teoria crítica do Direito", um conjunto de ideias que passaram a questionar esta concepção clássica do Direito na grande maioria de suas premissas (cientificidade, objetividade, neutralidade, estabilidade e completude). Referida teoria enfatiza o caráter ideológico do Direito, equiparando-o à política, a um discurso de legitimação do poder. Uma das teses fundamentais do pensamento crítico é a admissão de que o Direito possa não estar integralmente contido na lei, tendo condição de existir independentemente de positivação. "O Direito, a partir da segunda metade do século XX, já não cabia mais no positivismo jurídico". Para Barroso é impossível desconsiderar a importância que referida teoria crítica teve para o surgimento de uma nova era, menos dogmática, mais permeável a outros conhecimentos teóricos e sem os mesmos compromissos com o *status quo*⁸.

Com o fim da segunda grande guerra e a aversão ao estatismo dos regimes totalitários, tornou-se inaceitável a existência de ordenamentos jurídicos alheios à ética e à moral, tendo por escopo a aproximação quase que absoluta do Direito com a norma. Este padrão tornou-se uma excrescência no atual estágio do

⁷ STEUDEL, *op. cit.*

⁸ BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). **Revista Acadêmica Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.1, 2001.

processo civilizatório. Por outro lado, também não se desejava o simples retorno às concepções jusnaturalistas, de fundamentos vagos, abstratos ou metafísicos de uma razão subjetiva. Constatou-se a necessidade de explorar as potencialidades positivas da dogmática jurídica, investir na interpretação principiológica, fundada em valores, na ética e na razão possível – o denominado Pós-positivismo, uma nova hermenêutica que rompeu com a clássica concepção de subsunção do fato à norma e abriu a possibilidade de interpretação através de princípios os quais expressam valores comuns a sociedade, servindo de marco filosófico do novo direito constitucional – o constitucionalismo moderno, que admite a interpretação através de princípios e promove uma reaproximação entre ética e Direito, introduzindo ideias de justiça e legitimidade.

Os postulados básicos da sociedade, suas ideologias, seus fins passaram a ser albergados por princípios abrigados no seio constitucional, explícita ou implicitamente. Alguns princípios existem a tempos idos, a exemplo da liberdade e igualdade, outros foram incorporados recentemente e estão em fase de consolidação, como o princípio da dignidade da pessoa humana e da razoabilidade. Mas o diferencial é que referidos princípios agora passam a ser normatizados, conforme sintetiza Barroso:

passando a ser a síntese dos valores abrigados no ordenamento jurídico. Eles dão unidade e harmonia ao sistema, integrando suas diferentes partes e atenuando tensões normativas, condicionando a atividade do intérprete, conquistando o *status* de norma jurídica, superando a crença de que teriam uma dimensão puramente axiológica⁹.

2.2 CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O atual modelo estatal, designado como Estado Constitucional diferencia-se do antigo modelo de Estado de Direito¹⁰ principalmente ante a inclusão, em seu

⁹ BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). **Revista Acadêmica Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.1, 2001.

¹⁰ O Estado de Direito é, sob a luz do Iluminismo característico de sua época de surgimento, o Estado da razão, ou seja, é o Estado governado segundo a vontade geral da razão e orientado à consecução formal do bem comum.

texto constitucional, de valores e princípios concernentes à dignidade da pessoa humana e aos Direitos Fundamentais, assim como o estabelecimento de metas e diretrizes a que o Estado deve, em primeiro plano, buscar, com o escopo de concretizar e de proteger estes direitos e valores¹¹.

Conforme já aludido, este novo paradigma constitucional amolda-se à diretriz universal adotada pelos Estados após a 2.^a Guerra Mundial, de incluir nos textos constitucionais normas de proteção à dignidade humana e a direitos fundamentais traçados pelas Nações Unidas, cujo ordenamento condutor é a Carta Internacional dos Direitos Humanos. A introdução destes elementos ocorreu num contexto de reação aos regimes políticos caracterizados pela opressão, pelo autoritarismo e pela barbárie e marcados, singularmente, pelo não reconhecimento do outro, da alteridade, a ausência da solidariedade¹².

A principal referência no desenvolvimento do novo direito constitucional é a Constituição alemã de 1949, e, especialmente, a criação do Tribunal Constitucional Federal, instalado em 1951.

Thiago Breus assevera que estes direitos fundamentais passaram a ser o escopo da atividade estatal, de modo que a Constituição de 1988 significou a adesão do Brasil ao denominado *Constitucionalismo Contemporâneo*, caracterizado formalmente pela superioridade hierárquica e definitiva centralidade da Constituição e pela plena normatividade dos princípios e regras constitucionais e, sob o aspecto material, pela inclusão explícita de valores relacionados com o respeito e com a promoção da dignidade da pessoa humana e dos Direitos Fundamentais¹³.

Barroso define o princípio da dignidade da pessoa humana como um conjunto de valores civilizatórios incorporados ao patrimônio da humanidade os quais abrangem direitos sociais, políticos e individuais e que têm por núcleo material elementar o mínimo existencial, que por sua vez corresponde ao conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute da própria liberdade. Aquém deste patamar, ainda que com sobrevivência, não há dignidade.

¹¹ BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas do Estado Constitucional**. Curitiba: Fórum, 2007.

¹² ROSSI, Amélia Sampaio. **Neoconstitucionalismo e direitos fundamentais**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/amelia_do_carmo_sampaio_rossi.pf>. Acesso em: 12 set. 2011.

¹³ BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas do Estado Constitucional**. Curitiba: Fórum, 2007.

Na ensinança de Sarlet em artigo intitulado "*As dimensões da dignidade da pessoa humana no Estado Democrático de Direito*", a noção de dignidade da pessoa humana, tal como consagrada na Constituição de 1988 (especialmente no artigo 1, inciso III), ocupa a posição tanto de fundamento e tarefa da nossa República, quanto de princípio normativo e, portanto, juridicamente vinculante, em permanente diálogo com os direitos fundamentais e a própria legitimidade da ordem constitucional¹⁴.

Atualmente, a Constituição Federal se apresenta como norma jurídica que a todos vincula. Sua força normativa, explícita e implícita, firma os valores, princípios e normas a serem seguidos, seja na aplicação e interpretação das normas pelo juiz ou administrador no caso concreto, seja na elaboração das mesmas pelo legislador.

Por óbvio, também a interpretação dos direitos fundamentais acha-se condicionada tanto à letra da Constituição como ao próprio conteúdo e âmbito normativo do bem por eles tutelado.

Segundo Rossi:

o Constitucionalismo contemporâneo passa a transformar os valores e opções políticas fundamentais em normas jurídicas, num grau de hierarquia ou centralidade diferenciado em relação às demais normas do sistema e que, portanto, as condiciona¹⁵.

Os direitos fundamentais, na qualidade de dispositivos máximos de proteção a direitos essenciais dos cidadãos dentro do nosso ordenamento jurídico, fornecem as diretrizes para a aplicação e interpretação das normas infraconstitucionais. São eles que formam a base do ordenamento jurídico de um Estado Democrático de Direito e ao Estado incumbe o papel de promotor e garantidor destes direitos.

A violação a algum destes princípios contidos no texto constitucional constitui verdadeira afronta ao Estado Democrático de Direito, conforme assevera Bandeira de Mello:

¹⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da pessoa humana no estado democrático de direito. In: MOURA, Lenice S. Moreira (Org.). **O novo Constitucionalismo na era pós-positivista**. São Paulo: Saraiva, 2009. p.86.

¹⁵ ROSSI, Amélia Sampaio. **Neoconstitucionalismo e direitos fundamentais**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/amelia_do_carmo_sampaio_rossi.pdf> Acesso em: 12 set. 2011.

A violação a um princípio é a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa ingerência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.¹⁶

Portanto, uma vez que a Constituição inclui princípios constitucionais do direito processual na condição de direitos fundamentais, é de rigor que estes sejam concretizados.

Para Barroso, a atribuição de normatividade aos princípios e a definição de suas relações com valores e regras, a reabilitação da razão prática e da argumentação jurídica, a formação de uma nova hermenêutica constitucional e o desenvolvimento de uma teoria dos direitos fundamentais edificada sobre o fundamento da dignidade humana são as principais conquistas do constitucionalismo contemporâneo¹⁷.

2.3 A TEORIA DOS PRINCÍPIOS

A inserção dos princípios no texto constitucional bem como o reconhecimento de sua normatividade deram vazão ao desenvolvimento da denominada Nova Teoria dos Princípios, a qual aduz, em síntese formulada por Barroso, "sobre propostas teóricas de racionalização da maneira como estes se concretizam no Direito, diante de sua normatividade e forte caráter aberto de seu conteúdo axiológico"¹⁸.

A teoria dos princípios foi desenvolvida a partir dos estudos do americano Ronald Dworkin e do alemão Robert Alexy, filósofos do direito de suma importância e destaque na contemporaneidade. Caracterizam-se como elementos essenciais da dogmática jurídica hodierna à luz do neoconstitucionalismo, a atribuição de força normativa aos princípios e o reconhecimento da distinção entre regras e princípios.

¹⁶ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 1994. p.451.

¹⁷ BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva**: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/themes/LRB/pdf/da_falta_de_efetividade_a_judicializacao_excessiva.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2012.

¹⁸ *Id.* **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito**: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7547/neoconstitucionalismo-e-constitucionalizacao-do-direito>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

Esta teoria parte da base de que o ordenamento jurídico é formado por normas, as quais se dividem em princípios e regras. Existe uma infinidade de critérios de diferenciação entre um e outro, no entanto, para Barroso, é quanto o modo de aplicação que reside a maior distinção¹⁹.

Dworkin aduz que princípios e regras são *standard*, sendo que as regras são aplicadas na modalidade "tudo ou nada", de forma que, ocorrendo o fato por ela descrito, ela incidirá produzindo o efeito previsto. A regra é aplicada mediante sub-sunção do fato à norma, não possibilitando margem para juízo de valor pelo intérprete.

Já os princípios, para sua aplicação se faz necessário a verificação de pesos e importância no caso concreto, de modo que, em caso de colisão, o que tiver maior peso irá se sobrepor aos demais, sem contudo, retirar a validade dos que cederam no confronto.

Na mesma linha, Alexy afirma que os princípios são "mandamentos de otimização em face das possibilidades jurídicas e fáticas". Normativas, porque a aplicação dos princípios depende dos princípios e regras que a eles se contrapõem; fáticas, porque o conteúdo dos princípios como normas de conduta só pode ser determinado quando diante dos fatos²⁰. "Devem ser realizados na maior intensidade possível, a vista dos demais elementos jurídicos e fáticos presentes na hipótese. Dai decorre que os direitos neles fundados são direitos *prima facie* – isto é, poderão ser exercidos em princípio e na medida do possível"²¹. Ao contrário das regras, que são "mandamentos definitivos", uma vez que apenas outra regra que a excepcione ou a invalide será capaz de obstar sua aplicação, o que torna os direitos nela contidos definitivos.

Barroso resume que enquanto as normas são aplicadas na plenitude da sua força normativa, ou, então, são violadas, os princípios, abrigam um direito fundamental, um valor, um fim, os quais muitas vezes apontam em direções diversas, gerando tensões e eventuais colisões entre eles – estes são ponderados com outros direitos fundamentais ou princípios constitucionais, situação em que deverá ser aplicado na maior extensão possível, levando-se em conta os limites fáticos e

¹⁹ BARROSO, *op. cit.*

²⁰ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2009. p.38.

²¹ BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva**: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/da_falta_de_efetividade_a_judicializacao_excessiva.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2012.

jurídicos, preservado o seu núcleo essencial²².

Os princípios, tal qual esta nova concepção pós-positivista e neoconstitucionalista, figuram como cânones constitucionais que ditam os valores supremos e que a todos vinculam.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello, princípios são:

mandamentos nucleares de um sistema, verdadeiros alicerces dele, e ainda disposições fundamentais que se irradiam sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definirem a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.²³

Muitos dos princípios fundamentais contidos na Constituição referem-se à prestação da tutela jurisdicional pelo Estado através do processo, dentre os quais se incluem: o direito de ação, o devido processo legal, o do contraditório e da ampla defesa, da duração razoável do processo, da legalidade, publicidade, dentre outros.

Por fim, cumpre trazer à calva que determinados doutrinadores, a exemplo de Humberto Ávila, fazem menção a uma terceira categoria denominada de postulados normativos, os quais, para o autor em referência, estabelecem critérios de aplicação dos princípios e das regras. "Enquanto os princípios e as regras servem de comandos para determinar condutas obrigatórias, permitidas e proibidas, ou condutas cuja adoção seja necessária para atingir fins, os postulados servem como parâmetros para a realização de outras normas". Para Ávila, o princípio da proporcionalidade se enquadra nesta definição e, portanto, não poderia ser enquadrado como princípio, vez que não é objeto de ponderação além de ser realizado em um só grau (é ou não é proporcional), e não em vários²⁴.

2.4 EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

É importante trazer a distinção entre eficácia jurídica e eficácia social – ou efetividade.

²² *Ibid.*

²³ MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Elementos de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p.230.

²⁴ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios, da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

A eficácia jurídica, para José Afonso da Silva, designa a qualidade de produzir, em maior ou menor grau, efeitos jurídicos, ao regular, desde logo, as situações, relações e comportamentos nela indicados.²⁵

Já a eficácia social se refere ao reconhecimento do direito pela sociedade, significa que uma norma é capaz de produzir efeitos no meio social. José Afonso da Silva a define como "a eficácia que designa uma efetiva conduta acorde com a prevista pela norma; refere-se ao fato de que a norma é realmente obedecida e aplicada".²⁶

A eficácia jurídica representa a aptidão de a norma produzir efeitos jurídicos, diz respeito à sua aplicabilidade. Pontes de Miranda explica que a eficácia jurídica é a que se produz no mundo do direito como decorrência dos fatos jurídicos e não a mudança que atua nas relações jurídicas.²⁷

Portanto, basta a possibilidade, não sendo necessário a efetividade, ou seja, a capacidade de gerar efeitos concretos na sociedade, para que uma norma tenha eficácia jurídica. Nesta seara, é possível uma norma juridicamente eficaz, sem, no entanto, ter eficácia social.

Enquanto que, a eficácia social diz respeito à aplicação concreta da norma juridicamente eficaz no seio social. Ela esta ligada à função social da norma, à realização do Direito, ou seja, a sua efetividade. Para Teori Albino Zavascki:

O que designa a aptidão da norma jurídica para produzir efeitos na realidade social, ou seja, para produzir, concretamente, condutas sociais compatíveis com as determinações ou os valores consagrados no preceito normativo. [...] é o fenômeno que se passa, não no plano puramente formal, mas no mundo dos fatos e por isso mesmo é denominado eficácia social ou efetividade. [...] A norma será tanto mais eficaz quanto maior for

²⁵ SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das normas constitucionais. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p.65 *apud* GRAUS, Eros. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.318.

²⁶ SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das normas constitucionais. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.65 *apud* GRAUS, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.318.

²⁷ MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 4.ed. Revista dos Tribunais, 1974, Tomo I, p.4, 16/17 *apud* PEITER, Edson. **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação jurisdicional e gestão de qualidade na administração pública**. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/Edson_Peiter.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

a aproximação e a atração que o plano da normatividade puder exercer sobre o plano da realidade.²⁸

Os conceitos de eficácia social e efetividade coincidem, podendo-se afirmar que a efetividade de uma norma é a materialização no mundo dos fatos dos preceitos legais; a maior ligação possível entre o dever-ser estipulado na norma e a realidade social. Ela depende, antes de qualquer coisa, de sua aptidão formal, ou seja, de sua eficácia jurídica, para só depois operar os efeitos que lhe são inerentes no meio social, sendo realmente obedecida e aplicada. Para Eros Graus ela se manifesta, ou não se manifesta, posteriormente ao momento da aplicação, pelo Estado, do direito.²⁹

Eros Graus ensina ainda, que a doutrina mais recente tem atribuído diverso significado para eficácia. O autor cita o posicionamento de Antonie Jeammaud, para o qual a efetividade de uma norma se refere à relação de conformidade (ao menos de não contrariedade), das situações ou comportamentos que realizam no seu âmbito de abrangência. Por outro lado, o conceito de eficácia sugere uma necessária referência aos fins perseguidos pela autoridade normativa; implica a realização efetiva dos resultados buscados pela norma.³⁰

Já analisando o tema da efetividade na aplicação das normas por parte do Estado, Graus cita Oscar Correias, que a classifica em: efetividade jurídica, que se manifesta quando tiver sido produzida a norma individual que interpreta ou atualiza a norma aplicada; e efetividade material, que se manifesta quando tiver sido produzida a conduta requerida pela norma individual.³¹

Adotar-se-á ao longo deste trabalho o conceito de efetividade que corresponde ao de eficácia social, no sentido em que José Afonso da Silva atribui à expressão, qual seja, a aptidão da norma em produzir efeitos concretos no meio social.

²⁸ ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia social da prestação jurisdicional. **Revista de Informação Legislativa**, v. 31, n.122, p.291-296, abr./jun.1994 *apud* PEITER, Edson. **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação jurisdicional e gestão de qualidade na administração pública**. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/Edson_Peiter.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

²⁹ GRAUS, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.320.

³⁰ *Ibid.*, p.319.

³¹ *Ibid.*, p.319-320.

2.5 O ACESSO À JUSTIÇA

A realidade é que mais de duas décadas se passaram e ainda deixamos a desejar no que se refere ao exercício da cidadania e no fortalecimento da democracia. Ainda somos um país marcado eminentemente pela desigualdade social, pela não concretização dos direitos fundamentais – sequer os de primeira geração – e não se pode falar em democracia, em Estado Democrático de Direito, como aduz nossa Constituição Federal, em um panorama como o atual.

Boron ensina que:

um dos requisitos mais importantes da democracia é a existência de um grau bastante avançado de igualdade social. Nenhum teórico da democracia se enganou tanto de modo a sustentar que esta só poderia funcionar depois de eliminadas todas as diferenças de classe. Mas todos sem exceção – qualquer que fosse sua orientação e as simpatias que despertasse neles este regime político, desde Platão até Marx, passando por Maquiavel, Hegel e Tocqueville – coincidiram num prognóstico: a democracia não pode sustentar-se sobre sociedades assinaladas pela desigualdade e a exclusão social. Para que o regime democrático funcione é preciso haver sociedades bastante igualitárias, e a igualdade, como lembrava o próprio Adam Smith, devia ser de condições e não só de oportunidades.³²

Não há dúvidas de que uma das grandes conquistas da nova ordem constitucional foi a garantia do acesso à Justiça. É lei! É previsto constitucionalmente como um direito fundamental! Todavia, é pueril acreditar que a previsão legal de referido princípio viabiliza o amplo e irrestrito acesso à justiça. Ao contrário, são muitos os obstáculos que se apresentam como entrave à concretização a exemplo da pobreza. Não se está aqui a restringir a pobreza à insuficiência de recursos, mas sim a pobreza em todos os níveis: intelectual, social, jurídica e moral. A grande maioria da população sequer conhece seus direitos, mesmo os mais mezinhos. A massiva população sequer se interessa em saber. E, levando em conta que mudanças sociais são fruto de um povo educado, instruído, com consciência cívica, moral e política, têm-se este como o primeiro grande entrave a

³² BORON, Atilio. Os novos leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo II** – que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Paz e Terra, 1999. p.33.

concretização do acesso à Justiça bem como dos direitos fundamentais.

Para Lenio Streck, um dos motivos que impede a aplicação dos ditames constitucionais reside exatamente na ausência de entendimento, por parte dos cidadãos, do sentido da Constituição, do que ela representa para o Estado Democrático de Direito, o que culmina na impossibilidade de concretização dos Direitos Fundamentais nela contidos:

compreendendo a Constituição como Constituição quando constatamos que os Direitos Fundamentais sociais somente integrados ao texto constitucional pela exata razão de que a imensa maioria da população não os têm; compreendemos que a Constituição é, também, desse modo, a própria ineficácia da expressiva maioria de seus dispositivos (que, é finalmente, o retrato da própria realidade social); percebemos também que a Constituição não é somente um documento que estabelece Direitos, mas, mais do que isso, ao estabelecê-los, a Constituição coloca a lume e expõe dramaticamente a sua ausência, desnudando as mazelas da sociedade; a Constituição não é mera Lei Fundamental (texto) que toma lugar no mundo social-jurídico, estabelecendo um novo "dever-ser" – até porque antes dela havia uma outra Constituição e antes destas outras quatro na era republicana – mas, sim, é da Constituição, nascida do processo constituinte, como algo que constitui, que deve exsurgir uma nova sociedade, não evidentemente rebocando a política, mas permitindo que a política seja feita de acordo com a Constituição³³.

Existe ainda um excessivo número de leis, uma verdadeira inflação legislativa, somada a toda sorte de entendimentos dispersos e contraditórios proferidos dentro das mesmas cortes de justiça, o que dificulta até mesmo àqueles detentores de amplo domínio das letras jurídicas em saber precisamente a existência de alguns direitos e ter a certeza do resultado de uma pretensão.

Corroborando este panorama temos uma enorme burocracia na justiça a qual impõem descrédito por torná-la excessivamente lenta e, portanto, ineficaz. O que dizer daqueles que, imbuídos de má-fé e desprovidos de senso moral, aproveitam-se da notória lentidão da justiça, buscando-a apenas para postergar pagamento de dívidas e o cumprimento de obrigações? São estes os únicos beneficiários de uma justiça morosa. Sem falarmos do, no mínimo, exagerado sistema recursal e impugnativo nacional.

³³ STRECK, Lenio Luiz; SEVERO ROCHA, Leonel. **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p.48.

Insta ainda mencionar o alto valor das custas processuais, as quais, paradoxalmente, são maiores em regiões mais pobres do país (Maranhão, Piauí e Paraíba). Já os três estados com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) figuram com as custas mais baixas. A incongruência se reafirma quando se analisa pelo PIB: das cinco unidades federativas com PIB mais elevados (DF, SP, RJ, ES, SC), três são as que praticam valores mais baixos para as custas judiciais³⁴. Segundo o Conselheiro Jefferson Kravchychyn, do Conselho Nacional de Justiça: "não existe razão para que regiões e unidades federativas, comparativamente mais pobres adotem custas mais elevadas que nas localidades mais desenvolvidas, sob pena de influir diretamente no valor constitucional do acesso à justiça".³⁵

Como resultado, têm-se um distância abissal da concretização do princípio do acesso à justiça. Um verdadeiro abismo entre os cidadãos e a justiça. E é impossível crer que a efetividade da tutela jurisdicional se reduz à existência do comando constitucional. Uma tutela jurisdicional efetiva exige não somente que se abram as portas do judiciário, mas também que se leve em conta outros direitos fundamentais a exemplo da isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, notadamente quando as partes não dispõem de igualdade de condições, sendo de rigor que o processo tenha um tempo razoável a fim de não produzir-se uma justiça tardia (sinônimo de injustiça).

Canotilho define bem a ambiguidade da temática considerando que: "por um lado, a defesa dos direitos e o acesso de todos aos tribunais tem sido reiteradamente considerado como o coroamento do Estado de Direito, também, por outro lado, se acrescenta que a abertura da via judiciária é um direito fundamental formal"³⁶.

Para J. E. Carreira Alvim, o acesso à Justiça deve compreender:

o acesso aos órgãos encarregados de ministrá-la, instrumentalizados de acordo com a nossa geografia social, e também um sistema processual adequado à veiculação das demandas, com procedimentos compatíveis com a cultura nacional, bem assim com a representação (em juízo) a

³⁴ O Paraná figura em 7.º lugar no PIB *per capita* e pratica o 8.º lugar entre as custas mais baixas do país.

³⁵ Pesquisa efetuada pelo Conselho Nacional de Justiça, sob coordenação do Conselheiro Jefferson Kravchychyn. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/imprensa/artigos/13592-as-custas-judiciais-em-foco>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

³⁶ NALINI, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero3/artigo08.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

cargo das próprias partes, nas ações individuais, e de entes exponenciais, nas ações coletivas, com assistência judiciária aos necessitados, e um sistema recursal que não transforme o processo numa busca interminável de justiça, tornando o direito da parte mais um fato virtual do que uma realidade social. Além disso, o acesso só é possível com juízes vocacionados (ou predestinados) a fazer justiça em todas as instâncias, com sensibilidade e consciência de que o processo possui também um lado perverso que precisa ser dominado, para que não faça, além do necessário, mal à alma do jurisdicionado.³⁷

Para Cândido Dinamarco:

acesso à justiça não equivale a mero ingresso em juízo. A própria garantia constitucional da ação seria algo inoperante e muito pobre se se resumisse a assegurar que as pretensões das pessoas cheguem ao processo, sem garantir-lhes também um tratamento adequado. É preciso que as pretensões apresentadas aos juízes cheguem efetivamente ao julgamento de fundo, sem a exacerbação de fatores capazes de truncar o prosseguimento do processo, mas também o próprio sistema processual seria estéril e inoperante enquanto se resolvesse numa técnica de atendimento ao direito de ação, sem preocupações com os resultados exteriores. Na preparação do exame substancial da pretensão, é indispensável que as partes sejam tratadas com igualdade e admitidas a participar, não se omitindo da participação também o próprio juiz, de quem é a responsabilidade principal pela condução do processo e correto julgamento da causa. Só tem acesso à ordem jurídica quem recebe justiça. E receber justiça significa ser admitido em juízo, poder participar, contar com a participação adequada do juiz e, ao fim, receber um provimento jurisdicional consentâneo com os valores da sociedade. Tais são os contornos do processo justo, ou processo équo, que é composto pela efetividade de um mínimo de garantias de meios e de resultados.³⁸

Cappelletti e Garth reconhecem que a expressão "acesso à Justiça" é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.³⁹

³⁷ ALVIM, J. E. Carreira. **Justiça**: acesso e descesso. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4078>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

³⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros, 2001. p.115.

³⁹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. de: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. p.8. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/>

José Renato Nalini, atual Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, traz a tona outro fator que contribui para a crise do acesso à justiça, qual seja, o Estado, detentor da tutela jurisdicional, é, atualmente, o maior produtor de demandas ante a sua resistência em reconhecer seus desmandos. Esta verdade levou Canotilho a afirmar que: "O Estado de Direito transformou-se em direito do Estado; fez do Poder Judiciário um serviço ao serviço do Estado."⁴⁰ As estatísticas do Superior Tribunal de Justiça corroboram esta afirmação ao constatar que 85% das causas em tramitação têm um órgão da administração pública no nível federal, estadual ou municipal em um dos pólos processuais. E o que é pior: em 70% dessas causas houve vitória do particular sobre o ente público, que acaba recorrendo desnecessariamente.⁴¹ Denota-se um lamentável desvio ético da administração pública, aproveitando-se da morosidade do Poder Judiciário para retardar ao máximo o cumprimento da decisão judicial.

Para Nalini, a proclamação dos direitos constitucionais, inclusive o do acesso à Justiça, reveste-se de máscara retórica; ele traz a calva a alarmente advertência formulada por Joaquim Canuto Mendes de Almeida, de que "não há direito de ação, mas ônus de ação."⁴²

Alguns juristas denominam este panorama de "crise do Judiciário" ou "crise do processo". Para Eduardo Cambi, o que está em crise é o conceito de direito, conforme herdou-se do positivismo:

de um lado, a produção legislativa cada vez mais abundante, caótica, continuamente modificada, repleta de fórmulas indeterminadas, obscuras e compromissórias, abre margens mais amplas de "criatividade" por parte dos juízes. De outro lado, a inflação legislativa e a opacidade do direito minam o conceito de certeza jurídica. Hoje, a maior parte dos cidadãos e às vezes os próprios especialistas, não estão em condições de conhecer

24783186/788476264/name/2-+Mauro+Cappelletti+%26+Bryant+Garth+-+Acesso+%C3%A0+Justi%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

⁴⁰ NALINI, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero3/artigo08.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

⁴¹ Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=69092>. Acesso em: 23 jan. 2013.

⁴² NALINI, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero3/artigo08.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

todo o direito em vigor e, conseqüentemente, de prever valorações jurídicas de seus comportamentos.⁴³

Outros, a exemplo de Zaffaroni adverte sobre a necessidade de nos livrarmos desta pecha de "crise", pois para ele "dentro da relatividade do mundo, o ideal não legitima a perversão do real."⁴⁴ E acrescenta que:

a opacidade teórica na identificação das funções judiciais desemboca na impossibilidade de pensar claramente as estruturas do judiciário, mas tampouco se pode deixar de considerar que isto se potencializa com a tentação de ocultar a falta de precisão pensante sob uma generalizada sensação de crise judicial, que nada mais faz do que dramatizar sem definir. O essencial é desdramatizar a situação, prescindindo do difuso conceito de crise judicial, para caracterizar a situação como produto de vários fatores que, no fundo, não fazem mais – nem menos – do que aumentar a distância entre as funções manifestas e as latentes, mas que, ademais, têm a virtude de colocá-las de manifesto.⁴⁵

Todavia, denominado de crise ou não, a verdade é que o acesso à justiça ainda é um direito fundamental formal e sua importância é manifesta como exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. A titularidade de direitos é destituída de sentido se não existirem mecanismos que assegurem uma reivindicação efetiva. Uma vez que o princípio da tutela jurisdicional é o principal dentre os demais justamente por possibilitar a busca na concretização dos demais direitos, este princípio será estéril se o acesso à justiça não for efetivo, relegando todos os demais direitos ao ostracismo.

Mauro Capelleti, grande processualista italiano, deu grande contribuição ao estudo da temática em questão. A principal obra destinado ao estudo foi "O Acesso a Justiça", escrita em coautoria com Bryant Garth. Os autores dividiram as soluções do acesso à justiça em momentos, os quais denominaram de "ondas". Levando em conta justamente esta questão da pobreza é que os autores propõem como a "primeira onda" nas soluções práticas para os problemas do acesso à justiça, a assistência

⁴³ CAMBI, Eduardo. **Neonstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.149-150.

⁴⁴ ZAFFARONI, Eugênio, Raúl. **Poder judiciário** – crise. acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p.23.

⁴⁵ ZAFFARONI, Eugênio, Raúl. **Poder judiciário** – crise. acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p.25.

judiciária. Com base neste pensamento é que foi prevista a Defensoria Pública⁴⁶ no art.134 da Constituição Federal⁴⁷ com intuito de facilitar o acesso à justiça aos desfavorecidos economicamente. A Lei Complementar n.º 80/90⁴⁸ garante a competência desta instituição de promover extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflitos de interesse, patrocinar ação penal privada e subsidiária, patrocinar ação civil e recorrer como Curador Especial nos casos previstos em lei, exercer a defesa da criança e do adolescente. O mesmo se pode dizer dos Juizados Especiais, previstos constitucionalmente no art. 98⁴⁹ e instituído pela Lei n.º 9.099/95⁵⁰ com o fito de tratar das causas de menor complexidade, dispensando a necessidade de advogado bem como qualquer pagamento de custas em primeira instância, possibilitando maior celeridade, vez que o rito é simples, menos burocrático e com reduzido número de recursos permitidos pela legislação. Convém mencionar também a Lei n.º 1060/50 a qual garante aos economicamente necessitados a possibilidade de litigar, independentemente do pagamento de despesas processuais.

Referidas medidas contribuíram para melhorar a assistência judiciária e reduzir o enorme fosso existente entre os desfavorecidos economicamente e a Justiça.

Criados os mecanismos tendentes a resolver o óbice de natureza econômica para a busca do acesso à justiça, em um segundo momento, constatou-se que nem todos os interesses contemplavam mecanismos para a sua respectiva tutela jurisdicional, a exemplo dos direitos que extrapolavam a esfera individual. Para tanto, a "segunda onda" diz respeito à representação dos interesses difusos, especialmente os relativos aos consumidores e ao meio ambiente. Esta onda reflete a preocupação

⁴⁶ Apesar da obrigatoriedade constitucional, o Estado de Santa Catarina ainda não possui uma Defensoria Pública, todavia foi compelido por ordem do Supremo Tribunal Federal a constituir uma e o concurso está em andamento. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-14/stf-obriga-santa-catarina-implantar-defensoria-publica-em-ate-um-ano>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

⁴⁷ Art. 134 - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do Art. 5.º, LXXIV.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp80.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

⁴⁹ Art. 98 - A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I – juizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para conciliação, o julgamento e execução das causas, cíveis de menor complexidade e infrações penais de menos potencial ofensivo, mediante os procedimentos orais e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ante a dificuldade da Justiça em lidar com interesses coletivos vez que o processo civil sempre teve cunho eminentemente individualista, destinado a proteção de interesses particulares. Nesse sentido, foram criados no Brasil os remédios constitucionais para a tutela destes interesses, a exemplo da Ação Popular, prevista constitucionalmente no art. 5.º, LXXIII, a qual, segundo Hely Lopes Meirelles:

é o meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos – ou a estes equiparados – ilegais e lesivos do patrimônio federal, estadual e municipal, ou de suas autarquias, entidades paraestatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiros públicos⁵¹.

A Ação Civil Pública, que pode ser definida como o instrumento adequado conferido ao Ministério Público para reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e por infrações de ordem econômica, protegendo, assim, interesses difusos da sociedade; e o Mandado de Segurança Coletivo, previsto no art. 5.º, LXX da Constituição, o qual, nas palavras de José Cretella Júnior:

é ação de rito especial que determinadas entidades, enumeradas expressamente na Constituição, podem ajuizar para defesa, não de direitos próprios, inerentes a essas entidades, mas de direito líquido e certo de seus membros, ou associados, ocorrendo, no caso, o instituto da substituição processual.⁵²

Todavia, a despeito da inclusão de referidos institutos com o fito de contribuir para uma maior eficiência no acesso à justiça, para Gajardoni ainda há muito a melhorar vez que referidos institutos não cumprem adequadamente seus fins:

nosso processo, concebido como instrumento formal e único de solução de controvérsias individuais, por um órgão jurisdicional exclusivamente estatal, ainda não consegue responder efetivamente aos reclames do direito coletivo e corporativo, nem tampouco solucionar adequadamente os pequenos conflitos. Além disso, mesmo diante de conflitos, direitos e garantias já conhecidos, há muito contemplados no direito material, o fato

⁵¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data**. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 1997. p.87.

⁵² JÚNIOR, José Cretella. **Do mandado de segurança coletivo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. p.8.

é que o processo tradicional não tem sido capaz de solucionar tempestivamente os impasses e assegurar eficazmente as situações jurídicas de vantagem. A tutela jurisdicional invocada até que é oferecida, mas, quando obtida, por tardia, já não tem o condão de recompor as soluções sociais, como de direito.⁵³

Não se pode falar em solução definitiva uma vez que a fórmula é desconhecida, mas é possível acreditar que o aprimoramento, tendo das duas ondas anteriores como, obviamente, do acesso à justiça em si pode estar na "terceira onda", de Cappelletti e Garth.

A "terceira onda" de reforma:

inclui a advocacia, judicial ou extrajudicial, seja por meio de advogados particulares ou públicos, mas vai além. Ela centra sua atenção no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas. [...] Seu método não consiste em abandonar as técnicas das duas primeiras ondas de reforma, mas em tratá-las como apenas algumas de uma série de possibilidades para melhorar o acesso.⁵⁴

Por força desta terceira onda é que buscou-se uma maior utilização de formas alternativas de resolução de conflitos, tais como a conciliação e arbitragem⁵⁵, e que foram implantadas reformas processuais a exemplo da emenda constitucional n.º 45/2004 (conhecida como reforma do Judiciário) que teve por cerne trazer inovações capazes de dar celeridade ao processo judicial não olvidando do nosso objeto de estudo, a Lei n.º 11.419/2006 que instituiu o processo eletrônico.

Pode-se afirmar que a primeira onda se refere a obstáculo econômico; a segunda onda a obstáculo organizacional; já a terceira onda elucida um obstáculo processual, e é nesta terceira onda que se encaixa o processo eletrônico, vez que um dos grandes obstáculos organizacional da justiça é a falta de modernização a qual pode ser alcançada por meio da tecnologia da informação.

⁵³ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Técnicas de aceleração do processo**. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003. p.32.

⁵⁴ CAPPELLETTI, Mauro; e GARTH Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. de: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, p.25. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/24783186/788476264/name/2-+Mauro+Cappelletti+%26+Bryant+Garth+++Acesso+%C3%A0+Justi%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

⁵⁵ Lei n.º 9307/96.

2.6 A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA EM BUSCA DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL

No intuito de prestar uma tutela jurisdicional mais efetiva, inúmeras reformas vêm sendo promovidas com o fito de combater uma das maiores mazelas do Poder Judiciário brasileiro: a morosidade na entrega da prestação jurisdicional.

Referidas reformas têm se focado, predominantemente, no sentido de assegurar concretude aos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, simplificando os procedimentos, eliminando atos tidos por desnecessários, concedendo ao magistrado uma maior liberalidade, restringindo a interposição indiscriminada de recursos e criando órgãos, como o Conselho Nacional de Justiça a fim de fiscalizar o Judiciário.

Merecem destaque entre as reformas: a emenda constitucional nº 45/04, a qual, dentre outros dispositivos, contemplou as súmulas vinculantes e a repercussão geral; os pactos republicanos, além de outras reformas que serão aprofundadas a seguir.

2.6.1 A Emenda Constitucional n.º 45/04 e a reforma do judiciário

A Emenda Constitucional n.º 45, denominada de reforma do Judiciário, possui suas premissas hermenêuticas no contexto da terceira onda de Mauro Cappelletti e Bryant Garth. Percebeu-se, contudo, dada a disparidade existente entre a estrutura do Judiciário e o atual contexto social, a necessidade de ser realizada uma mudança mais abrupta, com a reforma não apenas da legislação infraconstitucional, mas do próprio texto constitucional, o que de fato foi efetuado com a promulgação, em 08 de dezembro de 2004, da emenda constitucional 45.

Com o escopo de garantir um número proporcional de juízes para corresponder à efetiva demanda judicial e à respectiva população, foi incluído no inciso XIII do art. 93, do texto constitucional referida obrigatoriedade. Trata-se de importante dispositivo tendente a contribuir para uma maior celeridade processual. Todavia, a efetividade desta medida esta condicionada ao trabalho do Conselho Nacional de Justiça, o qual possui, dentre as suas competências constantes no

§4.º do artigo 103-B, a de apresentar relatório anual sobre a situação do Judiciário no país, propondo as providências que entender cabíveis. Aliás, a criação do Conselho Nacional de Justiça com o fito de fiscalizar o Poder Judiciário denota-se como uma das medidas mais salutares impostas pela reforma.

Outra inovação é o art. 93, inciso VX, da Carta Constitucional o qual dispõe que: "a distribuição dos processos será imediata, em todos os graus de jurisdição". Era expediente comum, nomeadamente entre os Tribunais, a existência de uma fila de espera na distribuição dos processos, que em alguns casos levava até quatro anos para serem distribuídos. No entanto, esta garantia por si só é inerte, faz-se necessário um melhor aparelhamento do Judiciário, além de uma maior quantidade de servidores e magistrados para que o processo não saia da fila de distribuição e repouse na tão demorada fila de julgamento, sem contribuir para uma maior celeridade e, conseqüentemente, efetividade do provimento jurisdicional.

O inciso XII do artigo 93 da Constituição Federal assegura que "a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente". Trata-se de medida salutar vez que não há necessidade de, em virtude das férias de servidores e magistrados, se interrompa a atividade jurisdicional. Lamenta-se, no entanto, a limitação da medida apenas ao primeiro e segundo graus de jurisdição, olvidando dos tribunais superiores os quais deveriam ser abraçados pela mesma obrigatoriedade, como um imperativo da celeridade processual.

Por força desta emenda, foram extintos os antigos Tribunais de Alçada, encerrando eventuais dúvidas acerca da competência destes e do Tribunal de Justiça, simplificando o processo e facilitando, conseqüentemente, o acesso à justiça.

Também merece menção a possibilidade de delegação aos servidores do Judiciário para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório prevista no art. 93, XIV, da CF.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal várias foram as modificações. A competência para homologação da sentença estrangeira e para concessão de

exequatur às cartas rogatórias, que anteriormente à reforma pertencia ao STF, com o intuito de reduzir as atribuições deste órgão que deve se ater a causas de maior relevância, foi transferida para o Superior Tribunal de Justiça por força do art. 105, inciso I, alínea "i", da Constituição Federal.

Houve ampliação das hipóteses de cabimento do Recurso Extraordinário, que segundo o artigo 102, inciso III, alínea "d", estendeu a competência da Suprema Corte para julgar, mediante recurso extraordinário, "as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal". Embora muito questionada esta disposição dada a suposta ocorrência de invasão de competência do Superior Tribunal de Justiça, na verdade está correta já que, "no fundo, quando se questiona a aplicação de lei, acima de tudo, tem-se conflito de constitucionalidade já que é a Constituição Federal que fixa as regras sobre competência legislativa federativa".⁵⁶

Visando aperfeiçoar o sistema jurídico, a emenda constitucional também estabeleceu, no § 2.º do art. 102, efeito vinculante às decisões de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Todavia, as mudanças de maiores destaque devido à sua enorme carga de efetividade foram a inserção no ordenamento jurídico brasileiro das súmulas vinculantes e da repercussão geral.

2.6.1.1 As súmulas vinculantes

As súmulas vinculantes representam um importante instituto no combate a morosidade do Judiciário, vez que o intuito visa pacificar a discussão de questões examinadas nas instâncias inferiores do Judiciário, vinculando todos os agentes públicos, quer do Judiciário como também da Administração Pública, ao entendimento

⁵⁶ HERTEL, Daniel Roberto. **Aspectos processuais da Emenda Constitucional n.º 45**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7192>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

sumulado pela Corte Suprema mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional.

Prevista no artigo 103-A do texto constitucional, possui a seguinte redação:

o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Antonio Silveira Neto conceitua o instituto da súmula vinculante como:

um enunciado sintético e objetivo exarado por um Tribunal, com o escopo de uniformizar o entendimento reiterado em inúmeros e semelhantes julgados (jurisprudência), que obriga todos a harmonizarem suas condutas com o declarado pelo Tribunal⁵⁷.

O instituto tornou mais nítido, no sistema jurídico pátrio, a importância da jurisprudência como fonte primária do Direito. Lênio Streck trata o instituto como a versão para a *civil law* dos precedentes da *common law*.⁵⁸ Tal fato se deu ante o paradigma atual do contencioso de massa o qual exige um posicionamento jurisprudencial vinculante como um imperativo da celeridade processual bem como da efetividade da tutela jurisdicional.

Tendo em vista que a súmula vinculante é uma jurisprudência que vincula, ela eleva as decisões do Supremo Tribunal Federal ao patamar de fonte primária de direitos, papel até então exclusivo das leis.

Uma das críticas ao instituto é a de que a súmula vinculante engessar o Poder Judiciário, evitando a adequação das decisões aos fenômenos sociais os quais sofrem constante mutação. A crítica, contudo, não merece prosperar, isto porque, a súmula vinculante não vincula quem a edita, o Supremo Tribunal Federal, o qual detém a prerrogativa de rever quaisquer de suas súmulas, quer ex

⁵⁷ NETO, Antônio Silveira. **Súmula de efeito vinculante**. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ut/jurisnet/art64.html>> Acesso em: 02 jul. 2012.

⁵⁸ STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica, neoconstitucionalismo e "o problema da discricionariedade dos juízes"**. Disponível em: <http://www.anima-opet.com.br/primeiraedicao/artigoLenio_Luiz_Streck_hermeneutica.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

officio, quer por provocação dos legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, previstos no art. 3.º da Lei 11.417/06: o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Defensor Público-Geral da União, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

Também se alude ao cerceamento de liberdade dos magistrados com a edição destas súmulas. Outro argumento que não prospera vez que a atuação dos magistrados possui seus limites delimitados no próprio ordenamento jurídico. Além do mais, os magistrados têm liberdade para decidir conforme a lei e suas convicções, todavia, conforme explanado alhures, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é elevada a condição de fonte primária de direitos, como o são as leis, estando os magistrados, portanto, compelidos a seguir.

Antônio Ferreira Álvares da Silva rebate a alegação sustentando que:

nenhuma liberdade é plena. A dos Juízes, como todas as demais liberdades, também não é. É preciso ficar bem claro que, até a vinculação, o Juiz tem plena liberdade para decidir e, depois dela, é também por um ato de liberdade que se submete à uniformização da qual ele próprio faz parte. A limitação provém do exercício de um ato de liberdade. Está, portanto, devidamente legitimada.⁵⁹

Ainda há a crítica de que com a edição das súmulas vinculantes com caráter de "lei" vez que a todos vincula, o Supremo Tribunal Federal estaria interferindo na esfera do legislativo, afrontando a divisão dos poderes preconizada na constituição. Porém, casos outros há em que a própria constituição autoriza que um poder, em determinada situação, exerça a função precipuamente designada a

⁵⁹ BARBOSA, José Olindo Gil. **A adoção da Súmula Vinculante no sistema judicial brasileiro**. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/629>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

outro poder, como é o caso do art. 62⁶⁰, o qual permite que o Presidente da República legisle, podendo editar medidas provisórias em caso de urgência e relevância da matéria; também há o art. 52⁶¹, que autoriza, em caso de crimes de responsabilidade, que o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União sejam todos julgados pelo Legislativo.

As súmulas vinculantes, quando muito, podem ser tidas como mais uma destas situações excepcionais contidas no texto constitucional, as quais de forma alguma chegam a violar a divisão dos poderes, afinal, conforme já mencionado, o efeito vinculante da mesma não atinge o próprio STF nem o Legislativo, o qual é livre para editar normas, mesmo que contrárias ao disposto na súmula vinculante.

Também não há falar em ofensa ao processo democrático tendo em vista seu caráter de lei a qual não foi votada pelos representantes eleitos pelo povo. Ora, cabe ao Supremo Tribunal Federal o papel de interpretar a Constituição. A Constituição Federal é aquilo que o Supremo interpreta que ela é, e as súmulas vinculantes são exatamente esta interpretação dada pela Corte Suprema. Trata-se de uma decisão da instância máxima do Poder Judiciário de nosso país, a qual, por força do disposto no art. 102, *caput*, da CF, compete precipuamente à guarda da Constituição. Elas trazem uma maior segurança jurídica à sociedade ao evitar contradições e criando métodos mais eficientes de uniformização jurisprudencial.

2.6.1.2 Repercussão geral

⁶⁰ Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

⁶¹ Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:
I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

A repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso concreto foi inserida no art. 102, § 3.º, como um ônus a ser demonstrado pelo recorrente, a fim de satisfazer requisito de admissibilidade do recurso extraordinário. Afinal, as decisões tomadas pela mais alta Corte de Justiça do país visam à estabilidade da ordem jurídica, deste modo, apenas as causas que realmente sejam de interesse da federação, é que devem subir ao Tribunal. Será considerada, portanto, a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. É mister que a repercussão da matéria constitucional discutida tenha amplo espectro, vale dizer, abranja um expressivo número de pessoas.

Grandes juristas entendem que, dessa forma: "a Suprema Corte será reconduzida à sua verdadeira função, que é a de zelar pelo direito objetivo – sua eficácia, sua inteireza e a uniformidade de sua interpretação – na medida em que os temas trazidos à discussão tenham relevância para a Nação"⁶².

O § 3.º do art. 102, da CF, reza o seguinte: "no recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros".

Estabelece, a aludida regra, que a apreciação deste requisito é exclusiva do Supremo Tribunal Federal e implica, sempre em ato colegiado, da turma ou do plenário da Corte Suprema. Todavia a fim de coibir uma desnecessária sobrecarga do tribunal pleno, o § 4.º do art. 543-A do Código de Processo Civil determina que, se a turma decidir pela existência de repercussão geral pelo mínimo de quatro votos, não será necessário o referendo do plenário, vale dizer, o recurso extraordinário terá preenchido tal pressuposto. Importante mencionar que, a despeito de acarretar a malfadada demora no julgamento dada a entrar na interminável pauta de julgamento do pleno, a exigência de oito votos (ampla maioria) para o veredicto de inexistência de repercussão geral constitui relevante garantia às partes. Todavia, acredita-se a

⁶² MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Repercussão geral e súmula vinculante: relevantes novidades trazidas pela EC n.45/2004. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al.* (Coords.). **Reforma do judiciário**: primeiros ensaios críticos sobre a Emenda Constitucional n.45/2004. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p.374.

segurança não seria prejudicada e em contrapartida a dinâmica seria beneficiada se fosse exigido a maioria absoluta das turmas integrantes do Supremo Tribunal Federal.

Além de prevista constitucionalmente, a repercussão geral esta disciplinada no Código de Processo Civil e no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.⁶³ A teor do artigo 543-B do Código de Processo Civil, nos Tribunais e Turmas Recursais de origem analisará se o recurso extraordinário interposto trata de matéria isolada ou de matéria repetitiva. Em caso de matérias isoladas, realiza-se diretamente o juízo de admissibilidade, exigindo-se, além dos demais requisitos, a presença de preliminar de repercussão geral, pena de inadmissibilidade. Se for o caso de matéria repetitiva, selecionam-se cerca de três recursos extraordinários representativos da controvérsia, com preliminar de repercussão geral e que preencham os demais requisitos para sua admissibilidade, os quais deverão ser remetidos ao STF. Os demais processos sobre o tema devem ser mantidos sobrestados, inclusive os que forem interpostos a partir de então (§ 1.º do art. 543-B do CPC). Não há necessidade de prévio juízo de admissibilidade dos recursos que permanecerão sobrestados (artigo 328-A, § 1.º, do RISTF, inserido pela Emenda Regimental 23/2008). Se a seleção ainda não foi feita para um assunto específico, mas já houve pronunciamento do STF quanto à repercussão geral do assunto em outro recurso, é desnecessária a remessa de recursos representativos da mesma controvérsia, podendo ocorrer o imediato sobrestamento de todos os recursos extraordinários e agravos de instrumento sobre o tema. A identificação dessa hipótese se dá pela consulta às matérias com repercussão geral reconhecida no portal do Supremo Tribunal Federal.⁶⁴

Se o STF decidir pela inexistência de repercussão geral, consideram-se não admitidos os recursos extraordinários e eventuais agravos de instrumento interpostos de acórdãos publicados após 3 de maio de 2007 (§ 2.º do art. 543-B do CPC). Os recursos extraordinários e eventuais agravos de instrumento interpostos de acórdãos publicados anteriormente a 3 de maio de 2007 devem ser remetidos

⁶³ CPC, artigos 543-A e 543-B, acrescentados pela Lei n.º 11.418/2006.

RISTF: artigos 322-A e 328, com a redação da Emenda Regimental n.º 21/2007; artigo 328-A, com a redação da Emenda Regimental n.º 23/2008 e da Emenda Regimental n.º 27/2008; artigo 13, com a redação da Emenda Regimental n.º 2 4/2008 e da Emenda Regimental n.º 29/2009; artigo 324, com a redação da Emenda Regimental n.º 31/2009.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio/anejo/RelatorioRG_Mar2010.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

ao STF para distribuição e julgamento. Já se o STF decidir pela existência de repercussão geral, aguarda-se a decisão do Plenário sobre o mérito do assunto, sobrestando-se os recursos extraordinários anteriores ou posteriores ao marco temporal estabelecido. Se o acórdão de origem estiver em conformidade com a decisão que vier a ser proferida, consideram-se prejudicados os recursos extraordinários, anteriores e posteriores (§ 3.º do art. 543-B do CPC); se o acórdão de origem contrariar a decisão do STF, encaminha-se o recurso extraordinário, anterior ou posterior, para retratação (§ 3.º do art. 543-B do CPC).⁶⁵

Conforme se vislumbra da dinâmica do instituto, ele exige uma comunicação mais direta entre os órgãos do Poder Judiciário, principalmente no compartilhamento de informações sobre os temas em julgamento e feitos sobrestados e na sistematização das decisões e das ações necessárias à sua plena efetividade.

Atualmente, discute-se sobre a criação do requisito da relevância da questão federal para o recurso especial, objeto da PEC n.º 209/2012, como mecanismo de contenção de recursos semelhante à repercussão geral necessária à admissibilidade do recurso extraordinário.

Críticas à parte, o fato é que, a partir da Súmula Vinculante e da Repercussão Geral diminuiu consideravelmente o número de recursos ao Supremo Tribunal Federal. Em 2007 eram 100 mil agravos de instrumento e recursos extraordinários autuados no STF, sendo que em 2010, já com os dois institutos consolidados a demanda desses recursos caiu para 63 mil⁶⁶. Segundo informações veiculadas no site do STF, em 13.10.2008, entre os meses de janeiro a setembro de 2008, foram distribuídos 54.088 processos, sendo que, no mesmo período do não anterior, foram 91.087. Com isso, a média de processos de cada ministro foi reduzida de 920 por mês para 546. Até o início de outubro de 2008, 95 temas constitucionais foram reconhecidos como de repercussão geral. Dezessete dessas questões já foram julgadas e seis resultaram na edição de súmula vinculante, contribuindo para que

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=185991>. Acesso em: 02 jul. 2012.

diminuísse em quase 41% o volume de processos no STF.⁶⁷

Após a instituição da repercussão geral, entre o 2.º semestre de 2007 e o 1.º semestre de 2012, 73.669 processos foram devolvidos pelo Supremo baseado no art. 543-B do Código de Processo Civil. Isto contribuiu para diminuir em 58% do estoque de processos recursais.⁶⁸

Isto tem possibilitado firmar a sua posição de Corte Constitucional, permitindo que um maior número de questões constitucionais sejam analisadas pela Suprema Corte.

Por fim, insta mencionar que a grande conquista trazida com a Emenda Constitucional n.º 45 que foi a inclusão, no texto constitucional, da garantia à duração razoável do processo, princípio que será analisado mais a frente.

2.6.2 Reformas processuais

Seguindo esta toada, houve alterações no Código de Processo Civil, disciplinando a utilização dos precedentes jurisprudenciais no artigo 285-A, que foi introduzido pela Lei 11.277/2006 e que prevê que, quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

Da mesma forma o art. 518, § 1.º, também incorporado pela Lei 11.277/2006, dá a prerrogativa ao magistrado de rejeitar o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

A Lei 11.277/2006 também incluiu os já mencionados artigos 543-A e 543-B os quais regulamentam a repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário e o art. 543-C, o qual permite que o julgamento dos recursos por "amostragem", sendo que o que for decidido gerará uma "decisão-quadro", segundo

⁶⁷ CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.145.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=numeroRepercussao>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

Eduardo Talamini⁶⁹. O que quer dizer que, havendo multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o Tribunal de origem deverá selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia, encaminhando-os ao Superior Tribunal de Justiça, e suspendendo o andamento dos demais recursos sobre questão idêntica, até que o STJ emita seu posicionamento definitivo sobre aqueles que lhe foram encaminhados. O julgamento por amostragem racionaliza a atividade do STJ, na esteira do que foi feito no âmbito do STF com a repercussão geral. Para Talamini, a institucionalização do procedimento possibilita seu controle de modo mais eficiente.

O artigo 557, *caput* e § 1.º-A, aumentou os poderes do relator ao possibilitar que, em decisão monocrática, negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior, bem como dê provimento ao recurso quando a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF ou de Tribunal Superior.

Todas estas reformas têm em comum dar relevância aos precedentes e enaltecer sua importância, seja como forma de assegurar uma maior segurança jurídica, vez que coíbe decisões conflitantes, seja como um meio de proporcionar maior agilidade processual.

Eduardo Cambi elucida que respeitar o precedente significa verificar se os mesmos fatos que deram suporte para as decisões pretéritas estão presentes no caso a ser julgado e que a questão da racionalidade da jurisprudência, pela aplicação reiterada de precedentes, envolve a uniformização do direito, em uma sociedade cada vez mais complexa, sem retirar seu caráter dinâmico.

Interessante observar, através das modificações acima expostas, súmula vinculante, repercussão geral e as alterações mencionadas no Código de Processo Civil, que uma atual valorização do precedente está ocorrendo em nosso país. A sistemática brasileira da *civil law* está a se aproximar do modelo anglo-saxão da *common law*. Nos países que se utilizam da *common law*, as decisões judiciais atuais como precedentes em sentido amplo, de caráter persuasivo mas não

⁶⁹ TALAMINI, Eduardo. Julgamentos de recurso no STJ por "amostragem". **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini**, n.14, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.justen.com.br/informativo.php?&informativo=14&artigo=796&l=pt>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

vinculante, e, em sentido estrito, funcionando como *stare decisis* (precedente), que basicamente consiste na ideia de que a Corte Suprema firma uma regra para um caso específico a qual não será mais objeto de exame em situações idênticas, seja por aquele tribunal ou os subordinados as suas decisões. Nas situações análogas o precedente também deverá ser analisado, e conferido a força que a Corte julgar conveniente e razoável ao caso, usando de discricionariedade para ponderar a importância exercida pelo precedente sobre o caso concreto. No sistema da *common law*, a segurança jurídica está baseada no *stare decisis*, isto é, na vinculação ou no respeito obrigatório aos precedentes. No sistema da *civil law*, em razão da herança da Revolução Francesa que procurou abolir os privilégios da nobreza e do clero, o conceito de segurança jurídica se confunde com a lei. Acreditava-se que a lei refletia a vontade do povo e, por esta razão, deveria ser aplicada literalmente pelos magistrados.⁷⁰

Pode-se afirmar, conforme já elucidado alhures, que esta valorização do precedente, à luz da sistemática da *common law*, tem sido imperiosa ante o paradigma atual do contencioso de massa o qual exige um posicionamento jurisprudencial vinculante no afã de se conquistar a celeridade processual, pressuposto indispensável na entrega de uma prestação jurisdicional efetiva.

Por fim, cumpre não olvidar da Lei n.º 11.232/05, que alterou as regras da execução civil, a despeito de não ter contribuído para a diminuição do número de processos, ela tornou mais célere o seu andamento; e a Lei n.º 11.441/07 que permitiu o inventário e o divórcio extrajudiciais.

2.6.3 Pactos republicanos

Com o objetivo de reduzir a lentidão dos processos judiciais e a baixa eficácia de suas decisões, em 2004, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional firmaram uma parceria para modernizar o Judiciário por meio do Pacto Republicano.

⁷⁰ CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.149.

A primeira edição do Pacto Republicano⁷¹ foi assinada seguindo a tendência da Emenda Constitucional, em 2004, e teve como cerne a adoção de medidas que viabilizassem um Judiciário mais rápido e mais sensível às demandas da cidadania, nomeadamente através da aprovação célere de projetos de lei focados no aprimoramento da justiça em nosso país. O Pacto foi decisivo para a efetivação de mecanismos que aumentaram a agilidade da Justiça, como a regulamentação dos institutos da Súmula Vinculante, a Repercussão Geral e os Recursos Repetitivos os quais contribuíram em demasia para o desafogo do número de recursos. Dados do STF mostram que o número de Recursos Extraordinário caiu em 42% em um ano.

Segundo informações prestadas pela Corte Suprema, dos quarenta e um projetos encaminhados ao Congresso Nacional que buscavam atingir maior efetividade do Judiciário, onze viraram lei; quatro aguardam entrar na pauta; e o restante tramita nas comissões do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.⁷²

Em 2009 foi assinado a segunda edição do Pacto,⁷³ seguindo a mesma tendência do primeiro de fortalecer a proteção aos direitos humanos, a efetividade da prestação jurisdicional, o acesso universal à Justiça e assim como o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito e das instituições do Sistema de Justiça.

Dados expostos no portal do Supremo Tribunal Federal dão conta de que, no mesmo ano de 2009, esta nova versão do Pacto produziu doze leis e uma emenda constitucional. De grande relevância foi a sanção, pelo presidente da República, da Lei Complementar n.º 132, de 7 de outubro de 2009. A norma altera dispositivos da Lei Complementar n.º 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei n.º 1.060/50. A lei sancionada estabelece que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus,

⁷¹ Íntegra do Pacto. Disponível em: <http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_prog_cursos/cpc_pacto.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

⁷² Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=173547>. Acesso em: 24 jan. 2013.

⁷³ Íntegra do II Pacto. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B8E452D90%2D6A84%2D4AA6%2DBBCE%2DD6CB5D9F6823%7D¶ms=itemID=%7B87257F27%2D11D3%2D4EE1%2D930A%2D4DC33A8DF216%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5.º da Constituição Federal.

Também houve a criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos estados e municípios. Um dos projetos aprovados e de extrema importância para a população carente foi a Lei n.º 12.011/2009, que possibilitou a criação de duzentas e trinta novas varas federais, destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no interior do Brasil, com a previsão de serem instaladas quarenta e seis por ano até 2014. A vantagem é que o cidadão passou a ter mais facilidade para recorrer à Justiça, uma vez que não é necessária a atuação de advogados, o limite da causa é de 60 salários-mínimos, e o valor a ser recebido não depende de precatórios. Além disso, o resultado é obtido em seis meses, tempo considerado recorde se levar em conta a média de tramitação de um processo judicial no Brasil.⁷⁴

O II Pacto levou à aprovação da Lei n.º 12.322/2010, que alterou a natureza do agravo de instrumento, o qual será apreciado como preliminar ao recurso, o que favorecerá a aplicação da repercussão geral. Levando em conta que o agravo de instrumento representa cerca de 50% de todos os processos em tramitação (44.948 agravos em um universo de 88.834 processos, em 2010), haverá impacto não apenas na economia processual, mas também na efetiva prestação jurisdicional, sem falar da preservação ambiental.

Desde 2011 está em negociação as tratativas para a assinatura do III Pacto a fim de dar continuidade às medidas as quais vêm angariando resultados satisfatórios. Segundo artigo publicado no CONJUR, o acordo tem dois eixos principais, simplificação e acesso à Justiça, e redução da impunidade para o combate à violência e ao crime organizado. A intenção é de que este novo Pacto tenha poucos projetos, mais concretos e compreensíveis pela sociedade, vez que, a despeito dos avanços conquistados, o segundo pacto contava com mais de 100 projetos e menos da metade aconteceu⁷⁵. Até o presente momento o referido pacto ainda não foi firmado.

⁷⁴ Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=173547>. Acesso em: 24 jan. 2013.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-abr-01/pacto-republicano-projetos-concretos-serem-cumpridos>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

A Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro 2006, que disciplina o processo eletrônico encontra-se dentre o rol de medidas previstas no Pacto tendentes a modernizar o Judiciário e contribuir para uma maior celeridade e efetividade da tutela jurisdicional.

Como já é sabido, este trabalho visa analisar a efetividade da tutela jurisdicional, contrapondo-se a Lei n.º 11.419/2006 aos princípios constitucionais do acesso à justiça e da celeridade processual. Para tanto, tratar-se-á no próximo capítulo de tais princípios inseridos na Constituição Federal.

3 PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS

Considerando-se que a Constituição Federal inclui princípios constitucionais do direito processual na condição de direitos fundamentais, estes devem, conforme mencionado, concretizar-se, pena de tornar ineficaz a prestação da tutela jurisdicional devida pelo Estado ao cidadão.

Em seguida, serão abordados alguns destes princípios processuais contemplados constitucionalmente os quais, devido à sua carga de fundamentalidade, é de rigor que sejam garantidos e observados.

3.1 O PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

O princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional ou princípio do acesso à justiça é considerado por muitos doutrinadores, a exemplo de Marinoni, como o mais importante dentre todos os demais, vez que é através dele que se torna possível a concretização de todos os demais direitos e garantias fundamentais.

3.1.1 Efetivação judicial dos direitos fundamentais sociais

O Ministro Gilmar Mendes ensina que o Estado Liberal limitava os denominados direitos fundamentais às liberdades clássicas, as quais foram complementadas pelos direitos fundamentais de proteção no Estado Social, afinal, não basta que seja garantida liberdade em relação ao Estado, devendo-se desfrutar essa liberdade mediante a atuação do Estado, que deve proteger os indivíduos contra as investidas do Poder Público e também contra a agressão propiciada por particulares. Para tanto, é mister que o Estado coloque à disposição dos cidadãos, meios materiais, bem como implemente as condições fáticas que possibilitem o efetivo exercício das liberdades fundamentais.⁷⁶

Encontram-se entre os direitos fundamentais sociais herdados do Estado Social e previstos no art. 6.º da Constituição Federal: educação, saúde, trabalho,

⁷⁶ MENDES, Gilmar. Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte, v.1, n.1, abr. 2003. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31278>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Eles impõem ao Estado uma obrigação de fazer. São os responsáveis por abrir, na sociedade, a possibilidade de transformá-la através do Direito.

O discurso acerca do Estado atravessou três fases distintas: o Estado Liberal, o Estado Social e o Estado Neoliberal, o que Barroso alude como pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade respectivamente. Barroso resume com brilhantismo a situação brasileira:

a constatação inevitável, desconcertante, é que o Brasil chega à pós-modernidade sem ter conseguido ser liberal nem moderno. Herdeiros de uma tradição autoritária e populista, elitizada e excludente, seletiva entre amigos e inimigos – e não entre certo e errado, justo ou injusto –, mansa com os riscos e dura com os pobres, chegando ao terceiro milênio atrasados e com pressa.⁷⁷

A falta de efetivação dos direitos fundamentais sociais são problemas típicos de países como o nosso, onde o Estado não garante sequer o mínimo existencial a seus cidadãos, o que denota o desprezo dos governantes pela Constituição. A omissão do Estado na concretização destes direitos fundamentais fere de morte o texto constitucional e cabe ao Poder Judiciário atuar para restaurar o respeito e a autoridade da Constituição, bem como a efetivação dos direitos nela contidos. É aí que exsurge o direito à tutela jurisdicional.

3.1.2 O direito à tutela jurisdicional

O direito à tutela jurisdicional é uma conquista da própria civilização a qual foi proclamada solenemente pela ONU, em 10 de dezembro de 1948, na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O artigo 10 de referida Declaração estipulava que:

⁷⁷ BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.3, n.11, jul. 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30918>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com equidade, por um tribunal independente e imparcial para a determinação de seus direitos e obrigações, ou para o exame de qualquer acusação contra ela dirigida, em matéria penal.

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem⁷⁸, editada em 04 de novembro de 1950 em Roma, aduzia em seu artigo 6.º, número 1, que:

qualquer pessoa tem direitos a que a sua causa seja examinada equitativa e publicamente, num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, instituído por lei, que decidirá sobre os seus direitos e obrigações civis ou sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal contra ela. [...]

Da mesma forma, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos⁷⁹ (Pacto de San José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, também incluiu, em seu artigo 8.º, 1, a garantia à tutela jurisdicional efetiva, disposta da seguinte forma:

toda pessoa tem direito a ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei anterior, na defesa de qualquer acusação penal contra ela formulada, ou para a determinação de seus direitos e obrigações de ordem civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza...⁸⁰.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 atribui aos órgãos do Poder Judiciário, em caráter exclusivo, a tutela jurisdicional. Portanto, o Poder Judiciário detêm o monopólio do *munus* judicante e este é o primeiro traço que tipifica a função jurisdicional.

Não se confunde o direito de ação com outro direito assegurado constitucionalmente, qual seja, o direito de petição. Enquanto o primeiro objetiva proteger direitos do cidadão contra ameaça ou lesão, o segundo assegura a participação política,

⁷⁸ Disponível em: <http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm>. Acesso em: 18 ago. 2012.

⁸⁰ VIEIRA, Valber Siqueira. **A prestação jurisdicional**. Disponível em: <<http://www.universojuridico.com.br/publicacoes/doutrinas/default.asp?action=doutrina&coddou=651>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

independente da existência de lesão ao direito do peticionário⁸¹.

Nelson Nery Júnior menciona a lição de Manoel Antônio Teixeira Filho, para o qual o princípio da inafastabilidade da jurisdição possui profundas raízes históricas e representa uma espécie de contrapartida estatal ao veto à realização, pelos indivíduos, de justiça por mãos próprias (exercício arbitrário das próprias razões, na peculiar dicção do Código Penal - art. 345). Para o autor, este direito é uma pilastra de sustentação do Estado de Direito⁸². Canotilho o classifica como princípio jurídico fundamental⁸³.

A Ministra da Corte Suprema, Carmem Lúcia Antunes Rocha, em artigo de sua titularidade denominado "*As Garantias do Cidadão na Justiça*", ensina que: "o direito à jurisdição é o direito público subjetivo constitucionalmente assegurado ao cidadão de exigir do Estado a prestação daquela atividade. A jurisdição é, então, de uma parte direito fundamental do cidadão, e, de outra, dever do Estado"⁸⁴.

Segundo Marinoni, o direito à prestação jurisdicional efetiva é decorrência da própria existência dos direitos e, assim, a contrapartida da proibição da autotutela. O direito à prestação jurisdicional é fundamental para a própria efetividade dos direitos, uma vez que esses últimos, diante das situações de ameaça ou agressão, sempre restam na dependência da sua plena realização. Não é por outro motivo que o direito à prestação jurisdicional efetiva já foi proclamado como o mais importante dos direitos, exatamente por constituir o direito a fazer valer os próprios direitos⁸⁵.

Por óbvio, referido direito figura como o mais importante dos direitos, uma vez que, para a concretização dos demais, primeiro se faz necessário abrir as portas do Judiciário.

⁸¹ JÚNIOR, Nelson Nery. **Princípios do Processo Civil da Constituição Federal**. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

⁸² JÚNIOR, Nelson Nery. **Princípios do Processo Civil da Constituição Federal**. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

⁸³ GRAUS, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.159.

⁸⁴ ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O direito constitucional a jurisdição. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **As garantias do cidadão na justiça**. São Paulo: Saraiva, 1993.

⁸⁵ MARINONI, Luis Guilherme. **O direito à tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5281>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

3.1.3 Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva

Ao interpretar esta garantia constitucional da tutela jurisdicional não há como limitá-la ao plano normativo. Pelo contrário, interpretando-se o texto constitucional à luz dos direitos fundamentais e, especialmente após o acréscimo do inciso LXXVIII ao artigo 5.º (garantia à duração razoável do processo) e, tomando-se como suporte o contido no já mencionado art. 6.º, 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, depreende-se, por certo, que referido direito deve ser interpretado como um direito fundamental à tutela jurisdicional adequada, célere e efetiva. Afinal, a concretização do Estado Constitucional de Direito depende da máxima efetivação dos direitos fundamentais, para tanto é necessário criar a maior proximidade possível entre normatividade e efetividade.

Eduardo Cambi, citando Comoglio, Ferri e Taruffo elucida que a perspectiva constitucional dos direitos fundamentais garante o direito ao "justo" processo, isto é, não mais um processo apenas estruturado formalmente (estático), mas entendido como garantia mínima de meios e resultados, uma vez que deve ser concretizada não apenas a suficiência quantitativa mínima dos meios processuais, mas também um resultado modal (ou qualitativo) constante.⁸⁶

Freire, em artigo intitulado "*Direito Fundamental à Jurisdição Efetiva da Sociedade de Informação*", cita a posição de Marinoni, para o qual:

a ação, antes vista como um mero aspecto do direito material, depois como um direito a uma sentença favorável, para alguns, ou apenas como um direito à jurisdição, para outros, é hoje, no Estado Constitucional, tida como um DIREITO FUNDAMENTAL A UMA JURISDIÇÃO EFETIVA, em consonância com o disposto no inciso XXXV do art. 5.º da Carta Magna⁸⁷.

Este direito à efetividade em sentido estrito é compreendido como o direito ao

⁸⁶ COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Conrado; TARUFFO, Michele. **Lezione sul processo civile**. v.1, p.63 *apud* CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessoalismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.218.

⁸⁷ FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Direito fundamental à jurisdição efetiva na sociedade da informação. In: MOURA, Lenice S. Moreira de (Org.). **O novo constitucionalismo na era pós-positivista**: homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: Saraiva, 2009. p.389-396.

provimento e aos meios executivos capazes de dar efetividade ao direito substancial. Já em sentido lato, esta tutela jurisdicional deve ser tempestiva e, conforme o caso, preventiva. Este caráter preventivo da tutela jurisdicional há muito fora contestado, ocorre que a inclusão do termo "ameaça de direito" na redação de referido princípio não deixa dúvidas à cerca de sua natureza preventiva, capaz de impedir a violação de um direito, afinal, o direito à tutela inibitória está contido no próprio corpo da norma que institui algumas espécies de direitos. Ele está na esfera do direito material e não processual⁸⁸.

Neste sentido, cabe o julgado do Excelso e Supremo Tribunal Federal:

poder de cautela. Judiciário. Além de resultar da cláusula de acesso para evitar lesão a direito – parte final do inciso XXXV do art. 5.º da CF –, o poder de cautela, mediante o implemento de liminar, é ínsito ao Judiciário. (ADPF 172-MC-REF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 10-6-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009.)

Nery Júnior preconiza que a invocação da tutela jurisdicional deve efetivar-se pela ação do interessado que, exercendo o direito à jurisdição, cuide de preservar, pelo reconhecimento (processo de conhecimento), pela satisfação (processo de execução) ou pela asseguuração (processo cautelar), direito subjetivo material violado ou ameaçado de violação⁸⁹.

Para Marinoni, o direito à tutela jurisdicional engloba o direito à técnica processual adequada, o direito de participação através de procedimento justo e o direito à resposta pelo Estado-Juiz.

Por certo não basta apenas que o Estado preste tão somente o "munus" judicante. Necessário se faz que esta resposta seja prestada com rapidez e eficiência, ou seja, é preciso que a tutela jurisdicional seja efetiva. E este é justamente um dos grandes entraves da atualidade.

⁸⁸ MARINONI, Luis Guilherme. **O direito à tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5281>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

⁸⁹ NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil da Constituição Federal**. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Cabe a preclara ensinança de Marinoni, para o qual:

uma leitura mais moderna, no entanto, faz surgir a ideia de que essa norma constitucional garante não só o direito de ação, mas a possibilidade de um acesso efetivo à justiça e, assim, um direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva. Não teria cabimento entender, com efeito, que a Constituição da República garante ao cidadão que pode afirmar uma lesão ou uma ameaça a direito apenas e tão somente uma resposta, independentemente de ser ela efetiva e tempestiva. Ora se o direito de acesso à justiça é um direito fundamental, porque garantidor de todos os demais, não há como imaginar que a Constituição da República proclama apenas que todos têm direito a uma mera resposta do juiz.⁹⁰

Neste mesmo sentido, leciona a Ministra Carmem Lúcia Antunes:

o direito à jurisdição apresenta-se em três fases que se encadeiam e se completam, a saber, a) o acesso ao poder estatal prestador da jurisdição; b) a eficiência e prontidão da resposta estatal à demanda de jurisdição; e c) a eficácia da decisão jurisdita. A dicção, mesmo que constitucional, do direito à jurisdição não basta para que o cidadão tenha a segurança de ver assumido e solucionado pelo Estado o conflito que, eventualmente, surja na aplicação do direito. [...] Por isso, é insuficiente que o Estado positivasse a jurisdição como direito, enunciando-o na fórmula principiológica da inafastabilidade do controle judicial, mas não viabilize as condições para que este direito seja exercido pelos seus titulares de modo eficiente e eficaz.⁹¹

O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva vincula o legislador, o qual está obrigado a regulamentar dispositivos constitucionais para melhorar assegurar a proteção judiciária, estando, da mesma forma limitada a sua atuação legislativa sendo vedada a disposição de normas que criem barreiras de acesso à Justiça. Da mesma forma está vinculado o magistrado, afinal, segundo Eduardo Cambi,

incorporou-se a noção de efetividade do mecanismo processual, antes reservada à sociologia, passando a ser estudada pela dogmática jurídica. O direito processual jamais poderá impedir a realização do direito substancial, sendo que todo e qualquer obstáculo, presente na lei processual, deve ser analisado à luz do art. 5.º, XXXV, da CF/1998. Aqueles considerados

⁹⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. Garantia da tempestividade da tutela jurisdicional e duplo grau de jurisdição. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Garantias constitucionais do processo civil**. São Paulo: RT, 1999. p.218.

⁹¹ ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O direito constitucional a jurisdição. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **As garantias do cidadão na justiça**. São Paulo: Saraiva, 1993.

desproporcionais e não razoáveis devem ser declarados inconstitucionais, para não se prejudicar a tutela do direito material.⁹²

Marinoni corrobora este entendimento ao asseverar que:

o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva incide sobre o legislador e o juiz, ou seja, sobre a estruturação legal do processo e sobre a conformação dessa estrutura pela jurisdição. [...] A obrigação de compreender as normas processuais a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional e, assim, considerando as várias necessidades do direito substancial, dá ao juiz o poder-dever de encontrar a técnica processual idônea à proteção (ou à tutela) do direito material.⁹³

Em nosso ordenamento pátrio, várias são as normas e os entendimentos da Corte Suprema que vêm objetivando produzir uma maior acessibilidade ao direito de ação por parte dos cidadãos.

Inclui-se neste rol a Lei n.º 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária), a qual isenta o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios àqueles que não possuem condições de arcar com referidas despesas sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família. Da mesma forma o art. 5.º, LXXIV da Constituição, o qual dispõe: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". A Lei n.º 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), em seu art. 9.º permite o acesso ao judiciário, sem a assistência por advogado, nas causas inferiores a vinte salários mínimos.

Nos procedimentos relativos à ação popular e às ações que tutelam direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dispensam o pagamento das custas processuais e dos ônus de sucumbência como uma forma de estímulo ao direito de ação.

Nossa Corte Suprema editou duas súmulas no afã de barrar procedimentos a-tentatórios ao princípio da inafastabilidade, a saber:

⁹² CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.221.

⁹³ MARINONI, Luis Guilherme. **A legitimidade da atuação do juiz a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva**. Disponível em: <http://www.professormarinoni.com.br/principal/pub/anexos/20080320041013A_legitimidade_da_atuacao_do_juiz.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

Súmula Vinculante 28: "É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário."

Súmula 667: "Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa."

Conforme preconiza o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso:

a explosão de demandas, havida nos últimos 20 anos, de um lado revela uma sociedade mais consciente de seus direitos, e, de outro deixa transparecer que o Judiciário ainda é percebido como a instância extrema de que dispõe o cidadão para ver assegurados, dentre outros, direitos fundamentais mínimos, como saúde e educação".⁹⁴

O que se quer afirmar, portanto, é que ante a proibição da justiça privada, o Estado moderno assumiu para si o encargo e o monopólio da Jurisdição, e, como consequência, deve viabilizar o acesso de todo e qualquer cidadão à solução dos seus conflitos de interesses, bem como os meios necessários para que esta solução seja dada pelo Estado da forma mais eficiente e eficaz possível.

3.2 O PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Uma vez que a Constituição da República assegura em seu art. 5.º, XXXV o direito fundamental à tutela jurisdicional e que esta deve ser prestada de maneira eficaz a fim de dar concretude a esta garantia fundamental, é evidente que o aspecto temporal está umbilicalmente ligado à esta noção de tutela eficaz. Afinal, nas sábias palavras de Ruy Barbosa, "*Justiça tardia não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta*".

Portanto, a norma que garante a celeridade de tramitação vem para complementar o direito de ação, não garantindo tão somente ao cidadão a prerrogativa de recorrer ao Judiciário, mas também o de receber uma tutela célere e eficaz.

O princípio da duração razoável do processo também está diretamente ligado

⁹⁴ Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/54809/leia+a+integra+do+discurso+de+peluso+na+abertura+do+ano+judiciario.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ao princípio da dignidade da pessoa humana, sendo certo que um processo moroso e ineficaz é um ato atentatório à dignidade. Percebe-se, portanto que referido princípio é corolário do pleno exercício da cidadania e do respeito à dignidade da pessoa humana, atributos que constituem um Estado Democrático de Direito.

Para a grande maioria dos doutrinadores, o direito a razoável duração do processo já estava contemplado em nosso ordenamento constitucional, estando inserido no princípio do devido processo legal e no princípio da eficiência aplicável à Administração Pública (art. 37, *caput* da CF).

Ademais, cabe salientar novamente a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), tratado internacional de direito humanos do qual o Brasil é signatário, que em seu artigo 8.º, 1, também garante a toda pessoa o direito a ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, bem como a Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, a qual garante a toda pessoa o direito a que sua causa seja examinada num prazo razoável.

Este também era o entendimento referendado pela nossa Corte Suprema, conforme se vislumbra dos excertos abaixo:

o direito ao julgamento sem dilações indevidas qualifica-se como prerrogativa fundamental que decorre da garantia constitucional do "*due process of law* [...]

o réu - especialmente aquele que se acha sujeito a medidas cautelares de privação da sua liberdade - tem direito subjetivo de ser julgado, pelo Poder Judiciário, dentro de prazo razoável, sem demora excessiva nem dilações indevidas. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Art. 7.º, ns. 5 e 6). [...]

o excesso de prazo, quando exclusivamente imputável ao aparelho judiciário – não derivando, portanto, de qualquer fato procrastinatório causalmente atribuível ao réu – traduz situação anômala que compromete a efetividade do processo, pois, além de tornar evidente o desprezo estatal pela liberdade do cidadão, frustra um direito básico que assiste a qualquer pessoa: o direito à resolução do litígio, sem dilações indevidas, em tempo razoável e com todas as garantias reconhecidas pelo ordenamento constitucional. (HC 99.289-MC/RS. Relator Ministro Celso de Mello)⁹⁵

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC99289CM.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

Conforme bem elucidado por Paulo e Alexandrino,

sabe-se que no Brasil a morosidade dos processos judiciais e a baixa efetividade de suas decisões, dentre outros males, retardam o desenvolvimento nacional, desestimulam investimentos, propiciam a inadimplência, geram impunidade e solapam a crença dos cidadãos no regime democrático⁹⁶.

Por estas razões, a despeito desta garantia já ser reconhecida pela ampla maioria dos doutrinadores e da Excelsa Corte, ante a pretensão de dar uma maior segurança ao jurisdicionado, a Emenda Constitucional n.º 45/2004 (Reforma do Judiciário), acrescentou o inciso LXXVIII ao artigo 5.º, o qual estipulou expressamente o direito fundamental a uma prestação jurisdicional em tempo razoável e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação:

Art. 5.º - [...]

LXXVIII - A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação.

Nery Júnior expõe que referida garantia também se faz presente nas constituições da Itália (art. 111), Espanha (art. 24) e Portugal (art. 20), além de constar na Convenção Europeia de Direitos Humanos (art. 6.º), o que denota que a preocupação com a excessiva duração do processo não é uma exclusividade brasileira.

Este mesmo autor acredita que referido princípio abarca dupla função: o respeito ao tempo do processo em sentido estrito, ou seja, a duração levando em conta o início do processo até o trânsito em julgado; e a adoção de meios alternativos de resolução de conflitos com o intuito de aliviar a carga de trabalho da justiça como forma de contribuir para o desafogo e para a diminuição da duração média do processo.⁹⁷

Nery Júnior afirma que é possível se aferir a razoabilidade da duração do processo mediante quatro critérios objetivos, quais sejam, a natureza do processo e a complexidade da causa; o comportamento das partes e seus procuradores; a

⁹⁶ PAULO, Vicente e ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 7.ed. São Paulo: Método. 2011. p.208.

⁹⁷ JUNIOR, Nelson Nery. **Princípios do Processo na Constituição Federal**. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.319.

atividade e o comportamento das autoridades judiciárias e administrativas competentes e a fixação legal de prazos para a prática de atos processuais que assegurem efetivamente o direito ao contraditório e ampla defesa. Ele destaca que se faz necessário a verificação da hipótese concreta para tal aferição, não sendo possível o tratamento dogmático da matéria⁹⁸.

Para Clementino, o princípio da celeridade dita que o processo, para alcançar um resultado útil, deve ser concluído em um lapso temporal razoável, suficiente para o fim almejado e rápido o bastante para que atinja eficazmente os seus três objetivos: o de solução do conflito, de modo a restabelecer a paz social; a sanção de ordem civil ou penal a ser imposta ao vencido na demanda, com força corretiva; de prevenir a ocorrência de novas situações da mesma natureza, mediante a demonstração a todos das consequências a que se sujeitam os que intentam reproduzir a situação que gerou manifestação corretiva do julgador.⁹⁹

O legislador, ciente da necessidade de concretizar este direito fundamental a um processo mais célere e eficaz, vêm empenhando-se em editar normas com o fito de tornar a tutela jurisdicional tempestiva e, conseqüentemente mais justa e efetiva. Contudo, outras medidas se fazem necessárias nesta busca pela efetividade da tutela jurisdicional. Já existem no sistema jurídico brasileiro numerosas manifestações legislativas que se traduzem em meios de celeridade do processo judicial e administrativo, a exemplo da arbitragem, da ação monitória (art. 1.102 CPC), da simplificação do procedimento de recurso de agravo (art. 522 CPC), da extinção da liquidação por cálculo do contador (art. 604 CPC), da tutela antecipada do mérito da ação e do recurso (art. 273 CPC), dentre outras.

Alexandre de Moraes ensina que os processos administrativos e judiciais devem garantir todos os direitos às partes sem, contudo esquecer a necessidade de desburocratização de seus procedimentos e na busca de qualidade e máxima eficácia de suas decisões. A Emenda Constitucional n.º 45, na tentativa de alcançar estes objetivos trouxe diversos mecanismos de celeridade, transparência e controle de qualidade da atividade jurisdicional, tais como: a vedação de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo de grau, a proporcionalidade do número de juízes à efetiva demanda judicial e à respectiva população, a distribuição imediata

⁹⁸ *Ibid.*, p.321.

⁹⁹ CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico**. Curitiba: Juruá, 2007. p.154.

dos processos, em todos os graus de jurisdição, a possibilidade de delegação aos servidores do Judiciário para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, a necessidade de demonstração de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso para fins de conhecimento do recurso extraordinário, a instalação da justiça itinerante e as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal¹⁰⁰. A lei que instituiu o processo eletrônico também é um exemplo de alterações legislativas no âmbito do direito processual que visa buscar uma tutela jurisdicional rápida e eficaz, cumprindo com os ditames constitucionais.

Por fim, cumpre mencionar que, uma vez que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, diante do insculpido no §1.º do art. 5.º da Constituição Federal, é certo que o direito a duração razoável do processo pode ser exigido do poder público. Deste modo, também é certa a prerrogativa de se impetrar mandado de segurança ante a violação de um direito fundamental constante no texto constitucional. Neste sentido cabe o posicionamento de Fernando Gajardoni trazido por Sérgio Takoi¹⁰¹:

na dimensão subjetiva, é certo afirmar que a garantia da tutela jurisdicional tempestiva concede a todo e qualquer jurisdicionado o direito de ver seu processo se desenvolver em tempo razoável, assegurado ainda, os meios necessários para que tal desiderato seja alcançado. Além de medidas correicionais contra os violadores da garantia (art. 198 do CPC), já tive oportunidade de sustentar o cabimento de mandado de segurança contra a letárgica omissão institucional, sem prejuízo, por óbvio, de eventual reparação a ser obtida contra o Estado pelo mau funcionamento de seu sistema judicial.

Vale ressaltar também os ensinamentos de Marinoni, que afirma o seguinte:

se o tempo é a dimensão fundamental na vida humana, no processo desempenha ele idêntico papel, não somente porque, como já dizia Carnelutti, processo é vida, mas também porquanto, tendente o processo a atingir seu fim moral com a máxima presteza, a demora na sua conclusão é sempre detrimental, principalmente às partes mais pobres ou fracas, que

¹⁰⁰ MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

¹⁰¹ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **O princípio constitucional da tutela jurisdicional sem dilações indevidas e o julgamento antecipadíssimo da lide**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p.158 *apud* TAKOI, Sérgio Massaru. **O princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5.º LXXVII da CF/88) e sua aplicação no direito processual civil**. Disponível em: <http://www.fadisp.com.br/download/Sergio_Takoi.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

constituem a imensa maioria da nossa população, para as quais a demora em receber a restituição de suas pequenas economias pode representar angústias psicológicas e econômicas, problemas familiares e, em não poucas vezes, fome e miséria¹⁰².

Além de referido remédio constitucional, Takoi traz o posicionamento de Paulo Hoffman, para o qual, em caso de violação de referido princípio é cabível o pedido de indenização em virtude da responsabilidade objetiva do Estado insculpida no art. 37, § 6º, da CF/88,

motivada por culpa ou dolo do juiz, bem como por ineficiência da estrutura do Poder Judiciário, devendo indenizar o jurisdicionado prejudicado – autor, réu, interveniente ou terceiro interessado –, independentemente de sair-se vencedor ou não na demanda, pelos prejuízos materiais e morais.¹⁰³

Uma vez acionado o poder público e sendo demandado a indenizar pela duração desproporcional do processo, o ônus da prova de comprovar a razoável duração do mesmo pertence ao poder público.

Depreende-se que o direito a duração razoável do processo é garantia fundamental e imprescindível para a efetividade da tutela jurisdicional, vez que a demora na solução da lide implica em uma provável decisão injusta, decorrente do significativo afastamento temporal dos fatos que originaram o processo, gerando, consequentemente, o desprestígio do Estado como ente apto a dirimir as controvérsias.

3.3 EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA

É de rigor enaltecer que a efetividade da tutela jurisdicional não está adstrita à celeridade processual insculpida no inciso LXXVIII do art. 5º. De suma importância é zelar pela segurança jurídica prevista no preâmbulo e no caput do artigo 5º da Constituição Federal. Afinal, é preciso que os cidadãos tenham segurança de que

¹⁰² MARINONI, Luiz Guilherme. O direito à adequada tutela jurisdicional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n.663, p.243, jan. 1991.

¹⁰³ HOFFMAN, Paulo. **Razoável duração do processo**. São Paulo: Quatier Latin do Brasil, 2006, p.99 *apud* TAKOI, Sérgio Massaru. **O princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º LXXVII da CF/88) e sua aplicação no direito processual civil**. Disponível em: <http://www.fadisp.com.br/download/Sergio_Takoi.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

tanto o Estado, quanto terceiros comportar-se-ão em conformidade com o direito e que este será respeitado pelos órgãos incumbidos de aplicá-lo. Além disso, a segurança jurídica também se faz relevante para que o cidadão tenha o condão de escolher seu próprio comportamento e ações¹⁰⁴.

A Constituição brasileira refere-se à segurança jurídica como valor fundamental, arrolando-a no *caput* do artigo 5.º como direito inviolável, ao lado dos direitos à vida, liberdade, igualdade e propriedade. Ainda que não fale de um direito fundamental à segurança jurídica, a Constituição Federal possui inúmeros dispositivos que a tutelam, como os incisos II (princípio da legalidade), XXXVI (inviolabilidade do direito adquirido, da coisa julgada e do ato jurídico perfeito), XXXIX (princípio da legalidade e anterioridade em matéria penal) e XL (irretroatividade da lei penal desfavorável) do artigo 5.º.¹⁰⁵

O professor Marinoni defende que para a caracterização da segurança jurídica dois elementos são imprescindíveis: "Para que o cidadão possa esperar um comportamento ou se postar de determinado modo, é necessário que haja univocidade na qualificação das situações jurídicas. Além disso, há que se garantir-lhe previsibilidade em relação às consequências das suas ações"¹⁰⁶.

Em outra perspectiva aludida pelo ilustre jurista, a segurança jurídica reflete a necessidade de a ordem jurídica ser estável, ter um mínimo de continuidade. E isto deve ser aplicável à legislação e à produção judicial. Todavia, a despeito das tentativas das Cortes Superiores em pacificar entendimentos conforme se vislumbra com a adoção de súmula vinculantes e o julgamento dos recursos repetitivos, na prática dos tribunais brasileiros ainda não há esta preocupação com a estabilidade das decisões¹⁰⁷.

Ingo Sarlet liga a segurança jurídica à noção de dignidade da pessoa humana:

considerando que também a segurança jurídica coincide com uma das mais profundas aspirações do ser humano, viabilizando, mediante a

¹⁰⁴ MARINONI, Luis Guilherme. **Segurança dos atos jurisdicionais**. Disponível em: <<http://marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2010/11/Princípio-da-Segurança-dos-Atos-Jurisdicionais-MARINONI.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

¹⁰⁵ MARINONI, Luis Guilherme. **Segurança dos atos jurisdicionais**. Disponível em: <<http://marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2010/11/Princípio-da-Segurança-dos-Atos-Jurisdicionais-MARINONI.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ *Ibid.*

garantia de uma certa estabilidade das relações jurídicas e da própria ordem jurídica como tal, tanto a elaboração de projetos de vida, bem como a sua realização, desde logo é perceptível o quanto a ideia de segurança jurídica encontra-se umbilicalmente vinculada à própria noção de dignidade da pessoa humana. [...] a dignidade não restará suficientemente respeitada e protegida em todo o lugar onde as pessoas estejam sendo atingidas por um tal nível de instabilidade jurídica que não estejam mais em condições de, com um mínimo de segurança e tranquilidade, confiar nas instituições sociais e estatais (incluindo o Direito) e numa certa estabilidade das suas próprias posições jurídicas.¹⁰⁸

Pode-se afirmar, com toda a certeza, que a aplicação do direito fundamental à celeridade processual de forma preponderante e em detrimento dos demais princípios autocríticos-discursivos¹⁰⁹ do contraditório, da ampla defesa e da isonomia, também configura um atentado à segurança jurídica. Não é possível limitar a segurança jurídica somente à estabilidade e a previsibilidade vez que o devido processo legal, bem como os princípios que derivam deste primado são um dos pilares da segurança jurídica.

Críticas não faltam acerca da imposição imperativa da celeridade processual em detrimento das demais garantias processuais. Como exemplos do aludido, destacam-se entre as alterações mais criticadas a Lei 8.952 que introduziu no Código de Processo Civil as tutelas de urgência em caso de dano eminente e perigo de demora, uma vez demonstrada a verossimilhança da alegação. Entre a segurança jurídica propiciada pela cognição plena e exauriente e a celeridade processual optou-se pela última. Também as Leis 9.099/95 e 10.259/01, que instituíram os Juizados Especiais Estaduais e Federais e criaram óbices ao jurisdicionado na interposição de recurso de agravo retido e agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias, e de recursos especiais, cerceando parcialmente o direito ao duplo grau de jurisdição. Também a dispensa de advogado se mostra temerária à ampla defesa, à isonomia e ao contraditório.

Para estes críticos, os exemplos acima, dentro outros, denotam a tendência hodierna da supremacia da celeridade processual em detrimento do primado da

¹⁰⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista de Direito Constitucional**, v.57, p.11 *apud* MARINONI, Luis Guilherme. **Segurança dos atos jurisdicionais**. Disponível em: <<http://marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2010/11/Principio-da-Seguranca-dos-Atos-Jurisdicionais-MARINONI.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

¹⁰⁹ Expressão utilizada por Rosemiro Pereira Leal.

rule of law e, conseqüentemente, da segurança jurídica.

Nery Júnior adverte que a concretização da duração razoável do processo não pode ser feita a esmo, a qualquer preço e em desrespeito a outros valores constitucionais e processuais caros e indispensáveis ao Estado Democrático de Direito, nomeadamente o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Na mesma linha é o ensinamento de Moacyr Amaral Santos, para o qual:

o processo judicial deve ser realizado com eficácia e velocidade, desenvolvendo-se e encerrando-se no menor prazo possível para que a paz jurídica seja restabelecida rapidamente e o cidadão tenha o seu direito reconhecido e assegurado num menor tempo possível, evitando, assim, prejuízos. Acrescenta ainda, que o princípio da brevidade deve, como qualquer outro preceito, ser analisado em conjunto com os outros princípios, haja vista a necessidade de proporcionar uma correta prestação jurisdicional. O princípio da celeridade processual não pode prejudicar os preceitos da veracidade e da utilidade, sob pena da prestação jurisdicional trilhar o defeituoso caminho da ética de resultados, em detrimento à ética de princípios¹¹⁰.

O fato é que o direito processual hodierno é um pêndulo entre a necessidade de uma decisão célere e a segurança jurídica. Se de um lado o processo moroso representa a falência do direito posto em litígio, a precipitação na entrega da tutela pode resultar em uma relativização indevida dos princípios da isonomia, do contraditório e da ampla defesa, fazendo ruir o arcabouço que envolve a garantia do devido processo legal e configurando verdadeiro atentado ao Estado democrático de Direito. Afinal, o direito de ação, o direito ao contraditório e à ampla defesa combinados com o devido processo legal afirmam as garantias processuais do indivíduo em nosso Estado Democrático de Direito.

Cumprir trazer à baila a ensinância de Canotilho:

[...] a exigência de um direito sem dilações indevidas, ou seja, de uma proteção judicial em tempo adequado, não significa necessariamente justiça acelerada. A aceleração da proteção jurídica que se traduz em diminuição de garantias processuais e materiais (prazos de recurso, supressão de instâncias) pode conduzir a uma justiça pronta, mas materialmente injusta. Noutros casos, a existência de processos céleres, expeditos e eficazes – de especial importância no direito penal mas

¹¹⁰ SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1994 *apud* NETO, Antônio Silveira. **Súmula de efeito vinculante**. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ut/jurisnet/art64.html>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

extensiva a outros domínios – é condição indispensável de uma protecção jurídica adequada¹¹¹.

3.3.1 Celeridade e efetividade

Conforme restará demonstrado em tópico posterior ao analisarmos a diferença entre processo e procedimento, pode-se afirmar que o processo nunca poderá se mostrar moroso, mas sim o procedimento. O que é morosa é a atividade jurisdicional monopolizada pelo Estado. Portanto, o que se almeja é a celeridade do procedimento e não do processo.

Como corolário deste entendimento, chega-se a afirmativa de que a efetividade, no sentido de celeridade na tramitação do processo padece de técnica. A efetividade do processo se presta para garantir a observância a direitos e garantias processuais, nomeadamente o devido processo legal, bem como os princípios que derivam deste postulado. Portanto a efetividade é a própria lei atuando segundo o princípio do devido processo legal; e a celeridade esta ligada ao procedimento, só este aceita intervenções, tais como concentração ou redução de atos, como forma de diminuir o prazo de duração do procedimento, desde que não afete o devido processo legal. Para que se alcance a almejada celeridade de tramitação é mister mudanças a fim de tornar o serviço público jurisdicional mais eficiente, além de alterações procedimentais que não requeiram os princípios da isonomia, da ampla defesa e do contraditório.

O problema do Judiciário, infecto pela morosidade, não está na seara do processo, tampouco na aplicação da lei e dos princípios autocríticos-discursivos do processo, mas na forma de realização dos atos procedimentais pela jurisdição, os quais estão eivados do denominado "tempo morto" do processo, qual seja, quando os autos ficam aguardando a prática de determinados atos físicos, como a autuação da petição inicial ou a juntada de documentos. Também contribuem para a morosidade os prazos impróprios a juízes e auxiliares da justiça, os prazos privilegiados concedidos à Fazenda Pública, o número insuficiente de magistrados

¹¹¹ CANOTILHO *apud* SOUSA, Isabella Saldanha e GOMES, Magno Federici. **A efetividade do processo e a celeridade do procedimento em detrimento dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da isonomia: o mito da urgencialidade.** Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/isabella_saldanha_de_sousa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

comparativamente à demanda judicial, de funcionários públicos dotados de capacidade técnica além da escassez de dotação orçamentária a fim de estruturar e modernizar a máquina judiciária.

O que deve ser combatida é a demora exagerada ou excessivamente longa da atividade jurisdicional, a fim de que as partes recebam pronunciamento decisório conclusivo em prazo razoável, evitando-se dilações indevidas no processo (leia-se procedimento), resultantes dos períodos prolongados em que não são praticados atos no processo ou o são fora da previsão legal do tempo em que devem ser realizados, em desobediência aos prazos previstos no próprio Código e impostos ao Estado, ao prestar o serviço público jurisdicional que monopoliza.¹¹²

O principal problema do Judiciário, nas palavras de Pierpaolo Cruz Bottini¹¹³, "se encontra na gestão" quando afirma o seguinte:

não se quer, com isso, afastar a relevância de outros gargalos que dificultam a atividade de prestação jurisdicional, como a legislação processual, que deve ser reformulada a fim de suprimir entraves na tramitação processual, sem ferir os instrumentos de contraditório e ampla defesa. Porém, é necessário ressaltar a insuficiência de qualquer reforma legislativa diante de um sistema de gestão da Justiça lento e ultrapassado, que mantém procedimentos burocráticos desnecessários, responsáveis pela procrastinação de feitos e resultados.

É preciso, portanto, que ocorram mudanças na sistemática procedimental, erradicando burocracias e simplificando o procedimento, sendo que o processo eletrônico foi instituído justamente no afã de suprimir estas etapas burocráticas e conferir, desta forma, maior celeridade à tutela jurisdicional.

3.4 O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E O PROCESSO ELETRÔNICO

O princípio da publicidade tem por cerne garantir a imparcialidade e transparência das atividades jurisdicionais; caracterizando-se como uma salutar ferramenta

¹¹² DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. As reformas do Código de Processo Civil e o Processo Constitucional. In: DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho; NEPOMUCENO, Luciana Diniz (Coords.). **Processo civil reformado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p.220.

¹¹³ BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Os desafios do Conselho Nacional da Justiça**. Disponível em: <www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=16081>. Acesso em: 03 jul. 2011.

fiscalizatória, permitindo que, não somente as partes, mas toda a sociedade tenha acesso às decisões judiciais permitindo o acesso dos cidadãos às audiências. Em se tratando da nossa mais alta Corte de Justiça, a publicidade é ainda mais ampla, vez que os julgamentos são transmitidos ao vivo através da TV Justiça.

Na prestação jurisdicional há um interesse maior do que o interesse privado defendido pelas partes: é a garantia da paz e harmonia social, procurada através da manutenção da ordem social.

Por esta razão, a justiça não pode ser secreta, de modo que todos, e não somente as partes, têm o direito de conhecer e acompanhar tudo o que se passa durante o processo. Todos têm o direito de acesso aos atos do processo, exatamente como meio de se dar transparência à atividade jurisdicional.

A publicidade dos atos processuais é uma garantia processual dada pela Constituição no art. 5.º, LX: "LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem".

Após a emenda constitucional 45, foi inserido o inciso IX ao art. 93, garantindo a publicidade no julgamento de todos os órgãos do Poder Judiciário, com a seguinte redação:

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

O que antes se tratava de uma garantia processual passou a ser constitucional, estabelecendo uma preciosa garantia ao indivíduo no tocante ao exercício da jurisdição, uma vez que a presença de público nas audiências e a possibilidade do exame de autos por qualquer pessoa configuram o mais popular e democrático instrumento de fiscalização popular sobre a obra dos magistrados, promotores e advogados.

Arruda Alvim leciona que a "publicidade é garantia para o povo de uma justiça justa, que nada tem a esconder; e, por outro lado, é também garantia para a própria Magistratura diante do povo, pois agindo publicamente, permite a veri-

ficação de seus atos".

Além do objetivo da publicidade geral (extra partes), há que se observar outra faceta sua, que é a de levar ao conhecimento das partes o conteúdo das decisões proferidas no Processo, para que tomes as providências que lhe dizem respeito, bem como, para que tenham conhecimento das manifestações da parte adversa. Eventual determinação de que alguma providência seja tomada pela parte somente se torna exigível a partir do seu conhecimento pela destinatária.

Este princípio, porém, não impede que existam processos que correm em segredo de justiça, no interesse das próprias partes (art. 155 do CPC). Este sigilo excepcional não é absoluto, visto que as partes e seus advogados terão sempre garantido o acesso a todos os atos praticados no processo. Deste modo, o sigilo é restrito aos estranhos à relação jurídica processual.

Importante destacar que o princípio da publicidade não é observado em sua totalidade nos processos eletrônicos; isto ocorre porque, muito embora a publicidade dos atos processuais seja uma garantia prevista na Constituição Federal, é preciso resguardar outras garantias igualmente constitucionais como a da intimidade e da própria personalidade das pessoas envolvidas no processo.

Pode-se afirmar que o processo Judicial eletrônico atenderá ao princípio da publicidade, eis que promove a ampliação do conhecimento das etapas processuais, propiciando aos litigantes e à coletividade pública tomar ciência das decisões nele proferidas, todavia, não de forma absoluta vez que, em determinados casos, duas forças entram em rota de colisão: a publicidade dos atos processuais e o direito à intimidade.

Diante desta constatação é que José Carlos de Araújo Almeida Filho defende a necessidade de relativização do princípio da publicidade no âmbito do processo eletrônico. O autor argumenta que a despeito da importância do princípio da publicidade, este cede se em confronto com o princípio da dignidade da pessoa humana, sustentáculo da ordem constitucional de 1988. Para ele, é mister repensar a forma de aplicação da publicidade na hodierna sociedade de informação aonde questões como a intimidade e a privacidade não podem estar expostas a uma simples busca na internet. É errônea a constatação de que ante a virtualização do processo, todos os atos processuais devem ser públicos, em obediência à Constituição Federal. Esta excessiva e desnecessária exposição virtual pode acarretar prejuízos à dignidade do

ser humano, valor supremo garantido constitucionalmente, e hierarquicamente superior à garantia da publicidade.

Não se quer olvidar a importância do princípio da publicidade, entretanto, mais do que garantir a transparência nos atos judiciais, é preciso preservar a intimidade e a vida privada, direitos da personalidade do ser humano. A própria constituição garante a limitação da publicidade quando da defesa da privacidade, demonstrando, portanto, a valoração que se atribui aos direitos de personalidade.

Os direitos da personalidade são aqueles que "têm por objeto os atributos físicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais", dentre os quais se inclui o direito à privacidade, também considerada inviolável pelo inciso X do art. 5.º da Constituição Federal. A vida privada é entendida como a vida particular da pessoa natural, compreendendo como uma de suas manifestações o direito à intimidade.¹¹⁴ A dogmática dos direitos da personalidade surgiu como corolário da noção de respeito à dignidade da pessoa humana, consagrada no art. 1.º, III, da Constituição Federal.

Vale registrar que a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), inserida em nosso ordenamento jurídico positivo pelo Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992, determina, no plano internacional, que os Estados se comprometem a respeitar e garantir os direitos da personalidade.

Maria Helena Diniz¹¹⁵ reconhece nos direitos da personalidade dupla dimensão: a axiológica, pela qual se materializam os valores fundamentais da pessoa, individual ou socialmente considerada, e a objetiva, pela qual consistem em direitos assegurados legal e constitucionalmente, vindo a restringir a atividade dos três poderes, que deverão protegê-los contra quaisquer abusos, solucionando problemas graves que possam advir com o progresso tecnológico, por exemplo, conciliando a liberdade individual com a social.

Exatamente este progresso tecnológico à que alude Maria Helena Diniz e, nomeadamente, o processo eletrônico, que têm o condão de trazer inúmeros prejuízos aos direitos da personalidade (leia-se, direito à intimidade e à vida privada).

¹¹⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, volume I**: parte geral. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p.171.

¹¹⁵ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, volume 1**: teoria geral do direito civil. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p.119.

Almeida Filho¹¹⁶ manifesta preocupação diante da possibilidade que as pessoas têm, nos dias de hoje, de consultarem a Internet e, com isto, *vasculharem* a vida íntima do cidadão. Se uma destas pessoas solicitar emprego em uma empresa, poderá o empregador fazer uma busca na Internet, por exemplo, e identificar se ele possui ações cíveis, como uma execução, de Direito de Família, etc. Sendo o direito de ação garantido a todos, pode até mesmo ocorrer a possibilidade de ajuizamento de demanda totalmente inapropriada. Ainda que no futuro seja julgado improcedente pedido infundado e o abuso do Direito Processual seja devidamente repugnado pelo Judiciário, a parte em questão já se encontra em prejuízo moral e material, porque não almejou um emprego ou mesmo uma promoção.

Almeida Filho¹¹⁷ narra um caso, ocorrido em meados de 2005, em que um estudante foi indiciado por crime de interceptação de dados telemáticos e a matéria foi veiculada apenas em dois jornais que possuem sítios na internet. Jamais houve o aforamento do inquérito policial por falta de provas, no entanto, em simples busca na internet pelo nome do indiciado, que antes contava com seus artigos, vez que cursava doutorado em química na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), hoje há inúmeras páginas afirmando que o mesmo é um criminoso virtual. Indo mais a fundo no caso em apreço, descobriu-se que o indiciado foi compelido a buscar a tutela jurisdicional a fim de obrigar que as empresas Google e Yahoo retirassem seu nome de suas buscas robóticas. A decisão foi procedente ao indiciado, contudo, em busca na presente data (04/02/2013), quase oito anos após o ocorrido, ainda foi possível localizar as notícias aliando o nome do indiciado à fraude.

Uma vez que o art. 20 do Código de Processo Penal prevê que a autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, a inserção dos fatos na mídia, atualmente a digital, é uma afronta ao texto legal que pode causar sérios prejuízos à honra e à dignidade da pessoa humana.

O mau uso da publicidade pode ocasionar uma mancha indelével na vida de

¹¹⁶ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.92.

¹¹⁷ ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.88.

um cidadão, com o agravante de ser na rede mundial de computadores, vez que na mídia convencional as informações são paulatinamente esquecidas, enquanto que a internet não permite o esquecimento. As pessoas que têm seus nomes e imagens publicados nos sistemas de divulgação de dados Google, Yahoo, Youtube ou em redes sociais, deles não conseguem livrar-se jamais, pouco importando se a informação é certa ou errada, nova ou antiga, boa ou má. A internet retira do cidadão o direito ao esquecimento. O direito ao esquecimento, tratado no direito norte-americano como "*the right to be alone*", garante que os dados sobre uma pessoa somente serão conservados de maneira a permitir a identificação do sujeito a eles ligado, além de somente poder ser mantido durante o tempo necessário para suas finalidades.

O desembargador federal aposentado do TRF 4.^a Região, Vladimir Passos de Freitas, cita o professor Ángel Acedo Penco, da Universidade de Extremadura, Cedral, Espanha chamando a atenção para o fato de que, mesmo nos casos de delitos graves com sentença condenatória, as pessoas têm o direito de livrar-se dos efeitos da pena, seja por cumpri-la, seja pela existência da prescrição. Como é possível que possam ficar tão desprotegidos os cidadãos por fatos de sua vida privada, muitas vezes publicados na mídia, verdadeiros ou não?¹¹⁸ Tomemos por exemplo um caso de estupro. Como ficará a vítima com o fato e todos os detalhes dos autos expostos na internet? E em caso de uma demissão por justa causa? Provavelmente este trabalhador estaria relegado ao ostracismo, vez que dificilmente teria outra oportunidade de trabalho.

Para o ilustre desembargador, a veiculação de notícias de "supostos" crimes na rede mundial de computadores caracteriza uma pena perpétua ao acusado. E pior, uma pena perpétua que passa da pessoa do acusado.

Por exemplo, determinado Ministro de Estado é acusado de corrupção. A notícia é amplamente divulgada, em razão da importância de seu cargo. Absolvido ou condenado, ela permanecerá eternamente. Os filhos desse cidadão não estarão sendo afetados pela notícia? Não serão por ela prejudicados? No mínimo moralmente, mas, quem sabe, até na obtenção de um

¹¹⁸ FREITAS, Vladimir Passos. **Internet, direito ao esquecimento x pena perpétua**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-nov-06/segunda-leitura-internet-direito-esquecimento-pena-perpetua>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

emprego. Mesmo que a acusação seja procedente, não está sendo revogado o princípio de que a pena não passará da pessoa do delinquente?¹¹⁹

As notícias judiciais, com o advento da Internet, fazem tábula rasa do direito ao esquecimento, tornando a notícia imperecível.

O fato despertou o interesse da União Europeia. A comissária europeia da Justiça e dos Direitos Fundamentais, Viviane Reding, apresentou em Bruxelas uma proposta legislativa para proteger o "direito ao esquecimento" nas redes sociais.¹²⁰

Um grupo de trabalhos do Conselho Nacional de Justiça se reuniu para discutir o texto da resolução que irá regulamentar a publicidade dos atos processuais eletrônicos na internet. Cerca de 70 propostas foram encaminhadas ao Conselho, por meio de uma consulta pública. Entre as manifestações recebidas pelo CNJ na consulta pública está a de um cidadão que conta ter sido condenado em 2002 a dois anos e quatro meses de pena em regime aberto e que até hoje sofre efeitos da condenação, por causa da divulgação de dados relativos ao seu processo. Outra pessoa alertou que existem empresas que exploram comercialmente o fornecimento de informações processuais privilegiadas. De acordo com Walter Nunes, o objetivo da resolução é exatamente combater esses tipos de práticas, evitando efeitos negativos que essa publicidade pode gerar a pessoas envolvidas em processos ou que já foram absolvidas pela Justiça.¹²¹

No processo eletrônico, ante a inexistência de uma norma regulamentadora que garanta a efetiva proteção de dados, a ideia de relativização do princípio da publicidade pode ser bem aplicada. Segundo Almeida Filho, "vigorando o Processo Eletrônico, entendemos que o princípio da publicidade deve ser repensado, porque o *direito ao esquecimento*, como uma das garantias ao direito da personalidade, não estará a salvo."¹²²

Almeida Júnior cita a Profa. Ada Pellegrini Grinover, a qual trata sobre a colisão de princípios constitucionais e admite ser "um dos maiores desafios postos ao jurista contemporâneo". O mencionado autor acreditava que o princípio da proporcionalidade

¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/1441031-direito-ao-esquecimento-bem-recebido-mas-difícil-de-aplicar>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

¹²¹ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9338&Itemid=675>. Acesso em: 05 fev. 2013.

¹²² ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**: a informatização judicial no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.84.

era a melhor solução para se discorrer sobre a necessidade de relativização de um princípio constitucional e cita advertência da ilustre e consagrada jurista:

a referida proporcionalidade deve ser entendida como justo equilíbrio entre os meios empregados e os fins a serem alcançados. Assim, segundo a doutrina, a proporcionalidade deve levar em conta os seguintes dados: (i) adequação, ou seja, a aptidão da medida para atingir os objetivos pretendidos; (ii) necessidade, como exigência de limitar um direito para proteger outro, igualmente relevante; (iii) proporcionalidade estrita, como ponderação da relação existente entre os meios e os fins, ou seja, restrição imposta (que não deve aniquilar o direito) e a vantagem conseguida, o que importa na (iv) não-excessividade.¹²³

A *adequação* consiste em promover um processo justo e rápido, mas sem a possibilidade de invasão de privacidade; a *necessidade* de limitar um direito ao outro, igualmente relevante, se justifica com mais propriedade no Processo Penal, porque a intimidade do réu, enquanto não transitada em julgado a sentença penal condenatória, não justifica que ele seja execrado pela opinião pública; a *proporcionalidade estrita* necessita impor limites a um novo sistema processual que se encontra em vigor, e finalmente, a *não-excessividade* dos meios, sob pena de transformarmos o processo eletrônico em tribunal de exceção.¹²⁴

No entanto, em suas manifestações posteriores acerca do tema, o mencionado autor chegou à conclusão de que a adoção do princípio da proporcionalidade ainda é praticada com enorme subjetividade, tornando sua utilização inadequada.

Para tanto, a adoção de critérios de ponderação de princípios se mostra como a alternativa mais segura para conciliar a dicotomia entre publicidade e intimidade. Conforme leciona Guilherme Marinoni:¹²⁵

quando há colisão de princípios, um deve ceder diante do outro, conforme as circunstâncias do caso concreto. De modo que não há como se declarar a invalidade do princípio de menor peso, uma vez que ele prossegue íntegro e

¹²³ GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo**: estudos e pareceres. São Paulo: DPJ, 2006 *apud* ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **A segurança de informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados**. Disponível em: <http://www.dgaf.com.br/index_arquivos/ASEGURAN%C3%87ADAINFORMA%C3%87%C3%83ONOPROCESSOELETR%C3%94NICO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

¹²⁴ ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **A segurança de informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados**. Disponível em: <www.dgaf.com.br/index_arquivos/ASEGURAN%C3%87ADAINFORMA%C3%87%C3%83ONOPROCESSOELETR%C3%94NICO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

¹²⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**. Curso de Processo Civil. Vol. I. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p.55.

válido no ordenamento, podendo merecer prevalência, em face do mesmo princípio que o precedeu, diante de outra situação concreta.

Levando-se a cabo o princípio da publicidade irrestrita, seria possível que, ressalvados os casos de segredo de justiça, após o trânsito em julgado e cumprimento da sentença um indivíduo poderia lançar todo o processado na Internet, vez que as bases de dados do Tribunal admitem o acesso irrestrito, garantido pela Constituição, a qualquer cidadão. Também é verdade que a virtualização do processo não se preocupa, como deveria, com o respeito ao tratamento de dados pessoais.

Em artigo denominado "*A informatização do processo*", Almir Pazzianotto Pinto, ex presidente do Tribunal Superior do Trabalho, comunga com este posicionamento ao afirmar que: "Salvo excepcionais casos em que deve prevalecer o segredo de justiça, a ação judicial é de natureza pública. Não significa, contudo, que deve ser exposta ao conhecimento de quem nela não tem interesse. O TST, aliás, veda a divulgação dos nomes de reclamantes, receando causar-lhes dificuldades de obtenção de novo emprego."¹²⁶

Por certo e tendo em vista todo o exposto, necessário se faz a relativização do princípio da publicidade, a fim de impedir livre acesso aos autos na forma eletrônica. Conforme defende Almeida Filho¹²⁷, até que uma política pública de segurança de dados seja implantada, é primordial a restrição dos atos às partes e seus procuradores. A nova redação conferida pela Emenda Constitucional 45 possibilita que a lei limite a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Esta restrição não coíbe a emissão de certidões nem que advogados tenham acesso aos autos, ainda que desprovidos de procuração. O CNJ já decidiu que advogados sem procuração podem consultar processos eletrônicos, desde que estejam credenciados para tanto. Basta que o advogado interessado peticione

¹²⁶ PINTO, Almir Pazzianotto. **A informatização do processo**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI147975,31047-A+informatizacao+do+processo>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

¹²⁷ ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **A segurança de informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados**. Disponível em: <http://www.dgaf.com.br/index_arquivos/ASEGURAN%C3%87ADAINFORMA%C3%87%C3%83ONOPROCESSOELETR%C3%94NICO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

eletronicamente, com utilização de certificação digital, requerendo ao juiz vista dos autos. Sendo assim, a partir do momento em que qualquer pessoa alheia ao feito dele tiver conhecimento, passa a ser corresponsável por qualquer violação a outros direitos fundamentais.

Infere-se do exposto que inexistindo a proteção de dados telemáticos no processo eletrônico a relativização do princípio da publicidade, notadamente diante da atual redação inserida pela Emenda Constitucional 45/2004, se mostra como única alternativa apta a impedir possíveis violações ao direito fundamental à intimidade, à vida privada e à dignidade da pessoa humana.

A morosidade processual dos tribunais brasileiros é sim um dos grandes entraves da atualidade, no entanto, criaremos um problema maior se este novo processo não puder asseverar a segurança e o manuseio adequado a fim de não expor a vida dos cidadãos litigantes. Nas palavras de Almeida Filho:

o Processo moderno não deve se intimidar diante das novas tecnologias, ao mesmo passo em que as novas tecnologias não podem suplantam princípios seculares consagrados. Desde a Proclamação da Revolução Francesa e seguindo a linha histórica, com a Declaração dos Direitos do Homem, o direito da personalidade sempre foi – e deverá continuar sendo – um princípio sagrado, que poderá sobrepor-se a outros de inferioridade hierárquica no sistema constitucional pátrio.¹²⁸

O que se pretende demonstrar no próximo capítulo, é justamente que o processo moderno não se intimidou e criou a possibilidade de termos um processo cujos atos processuais são realizados, transmitidos e armazenados eletronicamente, com foco na eliminação das etapas burocráticas e com vistas à almejada celeridade processual.

¹²⁸ ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**: a informatização judicial no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.94.

4 O PROCESSO ELETRÔNICO

Diz-se, nas palavras de Aldemario Araújo Castro¹²⁹, que a partir do século XX, a sociedade humana ingressou em um novo patamar histórico de produção de riquezas e valores, conhecido como Revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no qual justamente a informação e o conhecimento passaram a desempenhar o papel central na atividade social.

A formação de uma imensa e sempre crescente rede mundial de computadores aglutinou um incalculável fluxo de informações, atraindo todo tipo de dado e informação, agora circulante pela internet, tais como, financeiros, comerciais, públicos e até pessoais, entre outros. Portanto, pode-se afirmar que esta nova realidade mundial, potencializada pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), trouxe consigo uma inegável revolução econômica e tecnológica em todas as instituições do Estado contemporâneo. Vive-se atualmente num ritmo eletrizante, na era *online* e instantânea, onde os conceitos de velocidade e mobilidade foram e continuam sendo modificados a cada instante. A sociedade é regida pelo tempo e, por esta razão, clama pela brevidade.

Os avanços da tecnologia que vão se consolidando por meio da alteração das relações interpessoais, da explosão do volume de informações e pela facilidade de acesso às mesmas, além da velocidade das comunicações acabaram por atingir a Justiça. O próprio modo de vida das pessoas, cada vez mais imerso nos avanços tecnológicos, não faculta ao Judiciário a possibilidade de não aderir às TIC's.

A Revolução da TIC está latente na sociedade hodierna e necessário se faz que o Direito e seus operadores a acompanhem e que sejam enfrentadas as questões jurídicas que se apresentem e que podem traduzir-se tanto como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento desta nova realidade potencializada pela tecnologia da comunicação, quanto como uma barreira intransponível para o mesmo.

O Direito e o homem historicamente são muito lentos em aceitar e empreender modificações significativas, mas terão de aplacar essa lentidão, visto serem

¹²⁹ CASTRO, Aldemario Araújo. Artigo intitulado o triunfo da convergência digital e as cautelas necessárias. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, Ano XV, n.338, 15 fev. 2011.

inegáveis as consequências provocadas pelo avanço tecnológico. Por essa razão é que a linguagem universal dos *bits* (0s e 1s) chegou inclusive aos domínios do processo judicial.

O processo judicial, é o meio de resolução de conflitos que, com o intuito de melhor atender aos anseios da sociedade, está em constante mutação. Por esta razão é que novas leis vêm promovendo alterações no Código de Processo Civil brasileiro há décadas, reformulando o procedimento, sempre com o objetivo de alcançar a maior efetividade e celeridade na prestação da tutela jurisdicional, indispensáveis à administração da Justiça nos tempos atuais.

Neste contexto surge o processo eletrônico no Brasil – país que está sendo pioneiro, como o foi no âmbito do direito eleitoral com as urnas eletrônicas, dando um passo de modernidade, na ânsia de acompanhar a evolução da sociedade e responder aos seus anseios, propiciando o acesso à justiça de acordo com a realidade social contemporânea. Alexandre Rodrigues Atheniense, ex-presidente da Comissão de Tecnologia da Informação do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), salientou:

não existe nenhum país no mundo que tenha implantado o processo eletrônico na amplitude que está sendo proposto no Brasil. Existem exemplos como a Espanha que implantou procedimentos de autos integralmente por meio eletrônico para os processos administrativos de competência tributária, em Portugal onde existe a utilização de correio eletrônico para a prática de alguns atos processuais, na Suíça no Centro de Mediação de Conflitos sobre domínios da internet na Organização Mundial da Propriedade Intelectual e no Estados Unidos onde existe o sistema PACER que adotou o processo eletrônico na Justiça Federal Americana, mas nenhum destes será tão abrangente quanto o exemplo brasileiro e nem mesmo terá o volume de processos que tramitarão somente em formato digital¹³⁰.

A realidade procedimental trazida pelo processo manipulado em formato digital e manipulado em meio eletrônico retrata uma mudança cultural da sociedade, além da preocupação com a economia processual, a desburocratização da Justiça, o aumento da capacidade de processamento e julgamento de ações, a preservação do meio ambiente, entre outras.

¹³⁰ ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. Processo eletrônico. **Consulex - Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 06 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=2940&ver=268>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

A Lei 11.419/2006 é decorrente da celebração do já mencionado primeiro Pacto entre os três Poderes da República com o fito de combater a mazela da morosidade. Como bem salientou o ex Ministro Cezar Peluso:

o primeiro (Pacto), assinado em 2004, teve por objetivo fundante a construção de um Judiciário mais rápido e mais sensível às demandas da cidadania. Dele advieram, para combater a morosidade dos processos judiciais, prevenir a multiplicação de demandas em torno do mesmo tema e aperfeiçoar procedimentos, as seguintes inovações e alterações legislativas: a previsão de racionalização de processos repetitivos no STJ; a regulamentação dos institutos da súmula vinculante e da repercussão geral; a vedação aos órgãos da Justiça do Trabalho para conhecer de questões já decididas, salvos os casos expressamente previstos na CLT e a ação rescisória, e a regulamentação do uso do meio eletrônico na tramitação de processos. (grifo nosso).

Neste contexto, o Conselho Nacional de Justiça traçou um conjunto de 10 metas para o ano de 2009, as quais o Judiciário deveria atingir naquele ano para proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça. Dentre referidas metas, a de número 10 estabelecia especificamente: Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.¹³¹

Consoante exposto, inúmeras reformas foram implantadas com o fito de dar maior celeridade à tutela jurisdicional, infecta pelo problema da morosidade. Entretanto, a despeito da relevância e contribuição das medidas citadas, o fato é que nenhuma delas ataca diretamente a questão da "burocratização", tão repudiada pelos jurisdicionados. Segundo o Conselho Nacional de Justiça 70% da demora na entrega da tutela jurisdicional deve-se ao denominado "tempo morto" do processo, ou seja, a lentidão oriunda da execução de simples atos de movimentação e comunicação processual, tais como a juntada de petições, expedições de mandados, ofícios, cartas precatórias, dentre outros, ou seja, com atos burocráticos.¹³²

A Lei n.º 11.419/06 que regulamentou a informatização do processo judicial é o primeiro diploma tendente a substituir as rotinas processuais burocráticas pela virtualização dos procedimentos. Para o conselheiro do Conselho Nacional de

¹³¹ Disponível em: <www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-de-nivelamento-2009>. Acesso em: 06 fev. 2013.

¹³² Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/10506:cerca-de-70-do-tempo-de-tramitacao-do-processo-judicial-gasto-com-atos-burocraticos>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

Justiça (CNJ), Walter Nunes: "O problema crônico do Judiciário é a burocracia" e "o processo eletrônico é a grande revolução do modelo de prestação jurisdicional e resolve todos esses problemas relacionados à burocracia".¹³³ Trata-se de verdadeira revolução em um país que, em pleno século XXI, ainda prima pelo papel e o carimbo como ferramentas essenciais de trabalho no serviço público.

A Lei n.º 11.419/2006¹³⁴, que trata da informatização do processo judicial, projeta o judiciário brasileiro em uma nova e hodierna era com arrimo na utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e tem o fito de tornar o processo mais célere, conforme garante o inciso LXXVIII do artigo 5.º da Constituição Federal de 1988¹³⁵ ao assegurar a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Deste modo, é de rigor demonstrar as principais alterações legislativas introduzidas com a Lei n.º 11.419/06, tendentes a aperfeiçoar a prestação jurisdicional, sendo o cenário a sociedade tecnológica e o suporte a informatização do Poder Judiciário as tecnologias de informação e comunicação, principalmente, a Internet.

4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE INFORMATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

A possibilidade de implantação do processo judicial eletrônico no Brasil, como solução ao problema de gestão do Poder Judiciário, vem sendo alinhavada há alguns anos. Inicialmente, os profissionais do Direito começaram a utilizar computadores, sepultando definitivamente as máquinas de escrever; na sequência, programas de gerenciamento da movimentação processual começaram a ser utilizados pelas secretarias judiciárias e, algum tempo depois, permitiram-se consultas externas sobre o andamento processual via internet.

A primeira norma que comprova esta preocupação do legislador é datada de

¹³³ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/10506:cerca-de-70-do-tempo-de-tramitacao-do-processo-judicial-gasto-com-atos-burocraticos>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

¹³⁴ Disponível em: <http://ww.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11419.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹³⁵ Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2751899/art-5-inc-lxxviii-da-constitucao-federal-de-88>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

1984, quando foi promulgada a Lei n.º 7.244¹³⁶, a qual previa, no § 3.º do art. 14, a possibilidade de se gravar em fita magnética os atos realizados em audiência de instrução e julgamento. Isto modificava sobremaneira a forma de captura e armazenamento das audiências, exigindo dos organismos uma estruturação básica na área de Informática.

Uma segunda norma digna de nota, por demonstrar que o legislador já estava atento às modernas tecnologias de comunicação, é a Lei n.º 8.245¹³⁷, de 18 de outubro de 1991 que, no seu art. 58, inc. IV, autoriza a citação e a intimação mediante *fac-símile*. Esta possibilidade de se praticar atos processuais via *fac-símile* ou outro sistema de transmissão de dados similar, restrita aos atos de comunicação processual, foi estendida a todos os atos processuais com a promulgação da Lei n.º 9.800/99¹³⁸, denominada Lei do Fax.

Muito embora a Lei do Fax seja um marco importante na informatização do Judiciário, é necessário salientar que o legislador não teve como objetivo a substituição de um sistema processual arcaico por outro moderno. A exigência de que as peças processuais enviadas por *fac-símile* tivessem suas vias originais protocoladas normalmente dentro do prazo de cinco dias, contados do envio das mesmas via *fac-símile*, e a faculdade (não obrigatoriedade) atribuída aos órgãos judiciais em utilizar este meio de transmissão de dados, demonstram que esta lei não significa um real avanço na modernização do processo judicial brasileiro.

A revolução provocada pela Lei do Fax, na realidade, ocorreu com a abertura de espaço para ideias mais progressistas de alguns operadores do Direito que tentaram utilizar a internet para a transmissão de petições, alegando-se que o *e-mail* é um sistema de transmissão de dados similar ao fax – o que foi inicialmente rechaçado pelos tribunais. Tecnicamente, de acordo com Peterson e Davie¹³⁹, tem-se que o *e-mail* é uma das aplicações de rede mais antiga, constituindo um método para enviar e receber mensagens eletrônicas mediante utilização de sistemas eletrônicos de comunicação, tal qual definido por Tânia M. Vidigal Limeira¹⁴⁰. Desta forma, pessoas

¹³⁶ Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1984/7244.htm>> Acesso em: 10 jun. 2012.

¹³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8245.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹³⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9800.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹³⁹ PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S. **Redes de computadores**: uma abordagem de sistemas. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹⁴⁰ LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **e-Marketing**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

em diferentes pontos geográficos podem se comunicar de forma fácil, rápida, e a baixo custo como afirmado por Kurose e Ross¹⁴¹. Atualmente, sabe-se que o *e-mail* está sendo usado na prática no 2º Juizado Especial de Boa Vista-PR, como projeto piloto, a partir de 19 de maio de 2004, por meio da Portaria 076/04, da Corregedoria Geral de Justiça, baixada por sugestão Erick Cavalcanti Linhares Lima¹⁴² (Ofício n.º 15/2004 do 2.º JECCRIM/Gab). Assim, foi observado que foram realizadas 120 citações eletrônicas, com o êxito de 98,3%, percentual visivelmente superior à média da citação por carta comum (45%) e por mandado (70%), respectivamente. Dados que demonstram a eficiência do método empregado.

Um marco extremamente importante no histórico do processo eletrônico é a Lei n.º 10.259¹⁴³, de 12 de julho de 2001, que autorizou expressamente a utilização dos meios eletrônicos para a prática e a comunicação de atos processuais nos juizados especiais federais ao estabelecer, no § 2.º do art. 8.º, que "os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico". Esta lei garantiu a possibilidade de um processo totalmente eletrônico, que, no âmbito do TRF-4.ª Região (RS-SC-PR) denomina-se e-Proc¹⁴⁴.

De acordo com o TRF-4.ª Região¹⁴⁵ durante o XI Congresso de Informática Pública em 2005, consta que o e-Proc é "um sistema processual totalmente virtual, dedicado aos juizados especiais federais da 4.ª Região da Justiça Federal, hospedado na *web* com acesso interno pela *intranet* e externo pela *internet* de qualquer lugar do mundo." À época, foram apresentados os objetivos do e-proc, sendo estes:

- permitir a tramitação de processos nos juizados especiais federais de forma totalmente eletrônica;
- buscar economia e celeridade na tramitação dos processos;
- melhorar as condições de trabalho nos juizados especiais federais;

¹⁴¹ KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a internet**: uma abordagem top-down. 5.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2010.

¹⁴² Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/praticas/citacao-eletronica-1080/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁴³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110259.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁴⁴ Cujas implantações em todas as subseções do Judiciário Federal da Região Sul foram concluídas em 2010.

¹⁴⁵ Disponível em: <www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_prog.../jef_eproc.ppt>. Acesso em: 10 jun. 2012.

- facilitar o trabalho dos advogados e procuradores dos órgãos públicos;
- melhor a qualidade de atendimento às partes;
- agiliza do serviço dos servidores;
- garantir segurança e rapidez na atuação dos Magistrados, Procuradores e Advogados; e
- agilizar os processos.

Neste mesmo ano de 2001, foi promulgada a medida provisória n.º 2.200-2, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conferindo presunção de validade e autenticidade aos documentos eletrônicos assinados digitalmente através de certificados digitais emitidos por Autoridades Certificadoras credenciadas pela ICP-Brasil.

Outra iniciativa do legislador, no sentido de sacramentar a possibilidade de se praticarem atos processuais com a utilização dos meios eletrônicos, ocorreu com a Lei n.º 11.280/2006¹⁴⁶. Esta lei acrescentou um parágrafo ao art. 154 do Código de Processo Civil brasileiro, assegurando a prática e comunicação oficial de atos processuais por meios eletrônicos, desde que atendidos os requisitos de autenticidade da autoria, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil. Vale ressaltar que assim ficou reconhecida não somente a possibilidade de uso dos meios eletrônicos mas também os requisitos que devem ser atendidos para que a segurança da informação tramitada pelas redes de computadores seja alcançada.

Modificações ao Código de Processo Civil também foram feitas por meio da Lei n.º 11.341¹⁴⁷, de 07/12/2006, e da Lei n.º 11.382¹⁴⁸, de 06/12/2006, admitem as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet e a penhora *online*¹⁴⁹, respectivamente.

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11280.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁴⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11341.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11382.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁴⁹ Realizada através de um programa desenvolvido pelo Banco Central do Brasil batizado de BACEN-JUD, que possibilita ao juiz o bloqueio e desbloqueio dos valores existentes nas contas bancárias das pessoas físicas e jurídicas que atuam no Sistema Financeiro Nacional. Semelhantemente ao Bacen Jud, surge agora o Renajud, que é um sistema de restrição judicial

O ciclo de normas jurídicas voltadas para a informatização do processo civil brasileiro, buscando atender ao preceito do tempo razoável de duração do processo, completou-se com a promulgação da Lei n.º 11.419¹⁵⁰, de 19 de dezembro de 2006, iniciando uma fase de transição sem precedentes no Poder Judiciário, na qual se pretende, com fundamento no princípio da instrumentalidade das formas, substituir o processo físico em papel pelo armazenado em memória de computador acessível pela Internet.

Esta lei foi a primeira norma da legislação brasileira a admitir o uso da tecnologia da informação para comunicação de atos processuais, devendo ser considerada como marco inicial da informatização no país.

A alteração que se busca não é das mais simples, não se restringe somente a receber intimações e enviar petições pela internet, mas implica em uma mudança de paradigmas sacramentais do direito processual. Com a edição da Lei n.º 11.419/2006 e a consequente implementação do processo eletrônico no Brasil, abre-se verdadeira revolução na técnica de implementar um novo caminho para o Judiciário nacional; encontra-se no processo eletrônico via rápida, de fácil acesso e que comunga do ideal de modernidade. Pode-se afirmar que a Revolução do Conhecimento triunfou na seara jurídica – tradicionalmente a mais apegada ao formalismo exacerbado e, em consequência, refratária às mudanças, transformações e avanços tecnológicos.

Conforme relata Petrônio Calmon¹⁵¹, a Lei n.º 11.419/2006 é fruto do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 5.828, de 4 de dezembro de 2001, de autoria formal da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, acatando sugestão formulada pela Associação dos Juízes Federais (AJUFE). Com regime de prioridade, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), e aprovado em 19/06/2002; teve como relator o Deputado Federal José Roberto Batoschio. Posteriormente, foi remetido ao Senado Federal e recebeu o n.º 71/2002, sendo relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que recebeu a

de veículos, em tempo real, que elimina o intervalo entre a emissão de ordens judiciais e o cumprimento das mesmas.

¹⁵⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11419.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁵¹ CALMON, Petrônio. **Comentários à lei de informatização do processo judicial**. Rio de Janeiro: Forense. 2008. p.48.

colaboração da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e do Superior Tribunal de Justiça. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) através do relator Senador Osmar Dias, apontou algumas críticas e foram feitas novas alterações em sua redação até que, em 07/12/2005, o projeto foi aprovado e devolvido à Câmara dos Deputados, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto no dia 30 de novembro de 2006, alterando-o mediante seis emendas de redação apresentadas pelo novo relator, Deputado José Eduardo Cardozo e, finalmente, em 19 de dezembro de 2006, foi sancionada, com alguns vetos, a Lei n.º 11.419, dispondo sobre a informatização do processo judicial brasileiro e promovendo alterações do Código de Processo Civil ao criar uma nova sistemática procedimental ao processo judicial tradicional, sempre com o intuito de reduzir custos, buscar celeridade e economia processuais e facilitar o acesso à Justiça, na medida em que o papel deixa de existir e os atos processuais são elaborados, transmitidos e armazenados eletronicamente.

Consolida-se, assim, uma realidade processual que veio, gradativamente, se implantando no sistema jurídico-processual brasileiro e que vem progressivamente fazendo parte do cotidiano dos profissionais do Direito.

Por último, vale mencionar as iniciativas dos tribunais para regulamentar a tramitação dos processos judiciais de acordo com os preceitos traçados pela Lei n.º 11.419/2006. O Supremo Tribunal Federal baixou a Resolução n.º 344¹⁵², em 27 de maio de 2007, que regulamenta o meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no sistema de processo eletrônico do tribunal, denominado e-STF, e, posteriormente, a Resolução n.º 427¹⁵³, de 20 de abril de 2010, regulamentando o referido sistema. O mesmo ocorreu no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, com a Resolução n.º 01¹⁵⁴, de 10 de fevereiro de 2010, a qual regulamenta o processo

¹⁵² Disponível em: <<http://www.ticontrôle.gov.br/portal/pls/portal/docs/824982.PDF>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO427-2010.PDF>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/27153/Res%20_1_2010_PRE.pdf?sequence=3> Acesso em: 10 jun. 2012.

judicial eletrônico (e-STJ) no âmbito deste Tribunal.

Todo este caminho demonstra que mudanças vêm sendo realizadas para que o Poder Judiciário possa estar lado a lado com a tecnologia, a qual de um modo geral se constitui em elemento meio e não fim, pois faz uso da tecnologia para atender seus objetivos que permeiam uma nova realidade, aquela formada por documentos eletrônicos, processamento em tempo real, disponibilidade, mobilidade e acessibilidade.

Neste cenário, pode-se agora adentrar com alguns conceitos básicos de Informática e certificação digital, elementos importantes para a garantia da segurança da informação veiculada pelas redes de computadores, seja intranet ou Internet.

4.2 NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Se por um lado a internet, como uma rede mundial de computadores interligados, possibilita que milhares de pessoas reúnam-se em torno de ideias, no mesmo tempo, em diferentes lugares, estabelecendo uma nova forma de comunicação, totalmente dissociada de limites territoriais, por outro lado essa revolução dos mecanismos de comunicação faz surgir problemas e incertezas que se intensificam na mesma proporção em que a tecnologia avança.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo processo eletrônico, que afeta sua credibilidade, é a falta de segurança de que os documentos digitais que tramitarão durante toda a marcha processual permanecerão íntegros, autênticos e invioláveis, sem o que não terão validade e eficácia jurídicas. É necessário facultar aos documentos firmados no ambiente digital um nível de proteção igual ao existente nos documentos tradicionais, para solucionar o problema antes enfrentado.

Outro problema que merece destaque é a grande resistência que o processo eletrônico vem encontrando por parte dos operadores do Direito. Considerando-se que o Judiciário brasileiro está em meio a uma notória e irreversível revolução e que toda inovação traz consigo inseguranças, o processo eletrônico exige de todos que intervêm no mesmo um conhecimento mais abrangente das novas tecnologias existentes e utilizadas no processo digital, para demonstrar sua segurança e obter

credibilidade. Ocorre que, como bem salienta Omar Kaminski¹⁵⁵ salienta que, muito embora "o substrato do trabalho do advogado esteja, cada vez mais, concentrado no formato digital, alguns têm aversão à tecnologia, senão fobia" e, por esta razão, a primeira ideia que surge para estas pessoas é a de que o processo eletrônico não é seguro, seguida da pouca ou nenhuma disposição em entender o mecanismo tecnológico utilizado pelo processo digital. Petrônio Calmon¹⁵⁶ destaca as principais dúvidas que os operadores do Direito têm, a saber: "Pode existir total segurança (confiança) utilizando-se da comunicação eletrônica? Ao receber uma petição por meio eletrônico, como pode o juiz ter certeza de sua autoria e integridade?".

Para que estas questões sejam respondidas e os medos e incertezas que o processo eletrônico provoca sejam eliminados, faz-se necessário abordar alguns aspectos acerca da tecnologia empregada no mesmo. É preciso entender, ainda que superficialmente, alguns termos técnicos que resultam herméticos para os operadores do Direito, para que sejam mais facilmente compreensíveis e, assim, sejam sanadas as dúvidas sobre a segurança e validade dos atos produzidos, transmitidos e/ou armazenados digitalmente.

Nesta linha de raciocínio, serão abordados na sequência os três componentes da assinatura digital: criptografia, código *Hash* e certificado digital – mecanismos tecnológicos que asseguram ao processo eletrônico o sigilo, a autenticidade, a integridade e a tempestividade dos atos processuais por ele transmitidos e nele armazenados.

4.2.1 Assinatura digital

Os documentos que são elaborados, transmitidos e armazenados no processo eletrônico não se encontram no suporte de papel, mas em suportes eletrônicos. Por esta razão, a assinatura manuscrita foi substituída pelas assinaturas eletrônicas (senhas, sinais, reconhecimento de voz, etc.), sendo a assinatura digital a mais

¹⁵⁵ KAMINSKI, Omar. **Os meios eletrônicos desafiam operadores do Direito**. Disponível em: <<http://www.infraworksys.com.br/materias.asp?id=138>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

¹⁵⁶ CALMON, Petrônio. **Comentários à lei de informatização do processo judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p.13.

utilizada, por proporcionar maior segurança e garantir eficácia e validade probatória ao documento eletrônico.

A assinatura digital não é obtida do punho e letra da pessoa, nem tampouco se trata de uma assinatura escaneada ou simplesmente uma técnica de criptografia assimétrica. Entende-se por assinatura digital o resultado da aplicação, em um documento, de um procedimento matemático que requer informações de exclusivo conhecimento e absoluto controle do firmante. É um mecanismo complexo, advindo de um ramo da matemática aplicada e constituído por certos códigos ou sinais que contêm dados e que pertencem indubitavelmente ao seu titular, envolvendo uma séria de intrincadas funções matemáticas para transformar mensagens em códigos ininteligíveis e, a partir de um procedimento reverso, recuperar a mensagem original. É a única assinatura capaz de garantir a equivalência funcional em relação à assinatura manuscrita.

Sua aplicação se dá sob a produção e emissão de chaves por meio de programas computacionais com alto grau de complexidade, o que assegura a impossibilidade de duplicação ou clonagem dessas chaves. Uma vez codificada uma mensagem com a chave privada, apenas quem tem a chave pública poderá decodificar o texto e vice-versa.

A assinatura digital é o mecanismo que possibilita a transformação de uma mensagem, através do sistema de criptografia assimétrica, de maneira que o destinatário da mensagem, de posse da chave pública matematicamente vinculada à chave privada do assinante, possa identificá-lo e vinculá-lo e garantir a autenticidade e integridade do documento eletrônico. A assinatura em questão é uma técnica de proteção da autoria de uma mensagem que circula na internet, hábil a assegurar o reconhecimento inequívoco do remetente de um e-mail assinado digitalmente.

Os documentos eletrônicos, ainda que sejam voláteis e predispostos a falsificações, podem ter validade jurídica, se preenchidos determinados requisitos capazes de proporcionar segurança nas transações na *web*. Para que haja segurança e validade jurídica com eficácia probatória no ambiente eletrônico é necessário identificar com precisão as partes envolvidas, preservar a integralidade do documento, certificar a tempestividade e armazenar os documentos com garantia de sigilo.

A assinatura digital, desenvolvida a partir da criptografia assimétrica, é capaz de garantir autoria, integridade, tempestividade, sigilo e eficácia probatória aos documentos eletrônicos, de maneira que a solução para um dos maiores problemas do comércio eletrônico já existe: é necessário apenas difundi-la.

O procedimento de criação da assinatura digital ocorre com a formação de um emaranhado de números, letras e símbolos, ordenados por um *software*. Aos operadores do direito, sem a necessidade de lucubrar-se no objetivo de entender profundamente o procedimento complexo de funcionamento da assinatura digital, basta uma noção básica do mesmo para que seja possível analisar a força probante de um contrato firmado eletronicamente. Desta maneira, necessário analisar os três os componentes da assinatura digital: a) a criptografia assimétrica; b) a função *Hash* e c) o certificado digital.

4.2.1.1 Criptografia assimétrica

Considerando-se que a segurança é o elemento garantidor do sucesso do processo eletrônico surgiram modos ou técnicas de cifrar (embaralhar) e decifrar as mensagens, de forma que apenas o remetente e o destinatário possam ter acesso ao conteúdo dos documentos envolvidos, ou seja, garantindo o sigilo do conteúdo do documento.

Criptografia vem do grego *kryptos*, que significa esconder, ocultar, seguido de *graphein*, que significa escrever. Criptografia, então, quer dizer escrita oculta, que resulta da adição de um código a uma linguagem conhecida¹⁵⁷.

Esta técnica de cifrar textos resulta da adição de um código, denominado *chave*, a uma linguagem conhecida tornando-a incompreensível (criando-se uma mensagem secreta), de modo que somente as pessoas que conhecem o código utilizado na encriptação logram êxito em decifrar a mensagem; ou seja, somente quem conhece o padrão de codificação utilizado poderá descriptografar e ler a mensagem, traduzindo-se como uma das principais armas contra a insegurança

¹⁵⁷ VOLPI, Marlon Marcelo. **Assinatura digital**: aspectos técnicos, práticos e legais. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004. p.6.

nas relações levadas a efeito em meio virtual.

Este sistema de codificação e decodificação, denominado criptografia, é fundamental não apenas para o processo eletrônico, mas, também, para todas as ações desenvolvidas na *web*.

Com a criptografia as mensagens são escritas de maneira cifrada (codificada) e embaralhada, tornando, assim, inviável sua interpretação por terceiros que não estejam envolvidos na relação externada pelo documento, proporcionando o sigilo desejável nas comunicações realizadas pela internet.

Lógica é conclusão de que, ao transportar uma informação pela internet, o emitente deseja que sua mensagem, ao viajar pelo espaço cibernético, não sofra qualquer tipo de alteração, garantindo, assim, sua validade, autenticidade e confiabilidade, não permitindo possível acesso ao conteúdo por parte de usuários da internet estranhos à informação; em função destas necessidades é que a criptografia foi criada.

O objetivo da criptografia, transformando, através de algoritmos matemáticos programados em *softwares*, um texto compreensível em um conjunto de caracteres ininteligível (um emaranhado de caracteres numéricos sem nenhum sentido), é criar uma comunicação totalmente segura e sigilosa, acessível exclusivamente para os interlocutores desta comunicação. Obviamente que se faz necessário que haja entre os interlocutores o conhecimento dos elementos a serem utilizados para decifrar a mensagem embaralhada, revelando o conteúdo documento.

Historicamente, diz-se que a criptografia teve como seu precursor o imperador romano Júlio César, que enviava instruções aos centuriões do campo de batalha utilizando-se de uma técnica rudimentar de criptografia, com o fito de evitar uma possível interceptação ou traição dos mensageiros. Esta técnica simples consistia em substituir cada letra do texto original pela terceira letra posterior no alfabeto; de maneira que a letra "a" de uma palavra aparecia como sendo a letra "d" e assim por diante. Desta forma o conteúdo do texto só se tornaria claro e legível para quem tivesse o código de decifração, ou seja, soubesse que cada letra do texto corresponderia à terceira letra anterior.

Nos dias atuais, a criptografia utiliza conceitos matemáticos complexos,

avançados e abstratos, denominados algoritmos (combinações matemáticas), para embaralhar, não mais palavras ou as letras das palavras de um texto, mas sim os *bits* do documento eletrônico. O seu funcionamento baseia-se na utilização de determinadas chaves (senhas), chamadas de chave privada e chave pública, compostas por uma sequência de caracteres. Trata-se de combinações matemáticas elaboradas a partir de estudos de codificação, utilizando-se de conjuntos numéricos para codificar e decodificar frases e textos inteiros.

Importante ressaltar que a segurança proporcionada pela criptografia depende da qualidade, do tipo e do tamanho da chave criptográfica utilizada como embaralhadora do texto – quanto maior o tamanho da chave utilizada, mais difícil "quebrá-la" e decodificar o texto.

Com o advento do computador, são incontáveis os avanços das técnicas sofisticadas para encriptar e decifrar mensagens secretas, de modo que hoje se utiliza a criptografia valendo-se dos mais avançados recursos de informática para criação de combinações matemáticas, que geram como resultado uma cadeia alfanumérica.

Existem duas formas de criptografia: simétrica e assimétrica. Quando a mesma chave (padrão criptográfico utilizado) for utilizada para cifrar e decifrar a mensagem, ocorre a chamada criptografia simétrica ou de chave privada. Com explicado por Freitas¹⁵⁸, a criptografia simétrica ou de chave secreta tem por base uma única chave para utilização por ambos os lados da transação, ou seja, utiliza-se a mesma chave para encriptar ou descriptografar a mensagem, o documento, a imagem, o vídeo, entre outros. Fácil é concluir que a criptografia simétrica é um método seguro de comunicação entre duas pessoas, mas não é a mais adequada quando há várias pessoas envolvidas nesta comunicação, necessidade básica da vida moderna.

Nessa hipótese, necessário se faz que o destinatário da mensagem saiba qual foi o algoritmo utilizado para criptografar, sob pena de não conseguir decifrar o conteúdo dela, ou seja, tanto remetente quanto destinatário devem ser conhecedores da chave secreta. Em havendo dúvida sobre a integridade e honestidade de um dos conhecedores da chave, comprometida estará a segurança desta técnica, que está

¹⁵⁸ FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra. Assinatura digital: necessidade ou obrigação? In: EFING, Antônio Carlos; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra (Orgs.). **Direito e questões tecnológicas**: aplicados no desenvolvimento social. Curitiba: Juruá, 2008. p.132-136.

intimamente vinculada ao envolvimento do remetente com o destinatário.

Outro aspecto negativo da criptografia simétrica é que não se permite demonstrar para outra pessoa que a mensagem efetivamente provém do suposto emissor, já que o próprio receptor também pode encriptar a mensagem, vez que também conhece a senha. Mais um problema deve ser destacado: para que remetente e destinatário saibam qual é a chave secreta, precisarão de um mensageiro para carregar e divulgar o padrão criptográfico utilizado, ou seja, a chave secreta nunca será tão secreta quanto necessário e há o risco de o mensageiro, conhecedor da chave que codifica e decodifica a informação, criar ou modificar as mensagens.

Continua Freitas, explicando que na criptografia assimétrica ou de chave pública a mesma é composta por um par de chaves, denominadas de chave privada e chave pública. Deve-se ter em mente que o par de chaves é calculado simultaneamente e, portanto, para uma dada chave privada só existe uma chave pública que lhe sirva como par¹⁵⁹. Percebe-se que neste par de chaves, as chaves são distintas e independentes, mas vinculadas entre si através da relação matemática e computacional proporcionada por programas computacionais (*software*).

Qualquer uma das chaves poderá cifrar o conteúdo do documento eletrônico e somente a outra é capaz de decifrá-lo, de modo que será quase impossível decodificar aleatoriamente um documento cifrado pela criptografia assimétrica.

Deste modo, o documento encriptado com uma chave privada (de conhecimento exclusivo do transmissor da mensagem) só poderá ser decriptado com a chave pública que lhe é correspondente; o contrário também é verdadeiro: codificada uma mensagem ou imagem com a chave pública, gera-se uma mensagem cifrada que só poderá ser decifrada com a chave privada vinculada a ela. Sendo assim, o método de criptografia assimétrica é considerado um dos melhores sistemas de segurança, em virtude de a chave privada ser de conhecimento apenas do seu titular. O proprietário de um par de chaves deve somente divulgar a chave pública, pois como o próprio

¹⁵⁹ **Certificados eletrônicos e assinaturas digitais.** Disponível em: <http://cert.oab.org.br/cert_assin.htm>. Acesso em: 25 jul. 2012.

nome diz, esta é pública.

Para o processo eletrônico, a grande importância da criptografia assimétrica é que a mesma permite assinar digitalmente os documentos e atos realizados, sendo capaz de garantir absoluta segurança às peças processuais elaboradas, transmitidas e armazenadas eletronicamente.

4.2.1.2 Função *Hash*

Mas a criptografia e a assinatura digital não seriam o que são sem a função *hash*. Na verdade, tal como explicado por Freitas¹⁶⁰ a criptografia tem por base um algoritmo de dispersão ou função *hash*, o qual tem por objetivo identificar um conjunto de informações, no caso em questão os documentos eletrônicos (petição, despacho, sentença, certidão, entre outros), de forma unívoca. Isto significa que para cada conjunto ou documento existe um único *hash*, o que garante que a cada documento somente existe um único *hash* que o identifica, não sendo possível acessar ou conhecer o conteúdo do documento somente a partir do *hash*, pois se necessita aplicar as chaves para realizar a decodificação do documento propriamente dito.

Elaborado um documento eletrônico e devidamente embaralhado por um método de criptografia assimétrica, conforme analisado anteriormente, aplica-se sobre ele, com a utilização de um *software*, um algoritmo de autenticação, conhecido como sistema *hash*, que realiza operações resumindo os dados formadores da mensagem, gerando um resumo (sequência de letras e números) do conteúdo eletrônico do documento, associado univocamente a este. Este resumo denomina-se Código *Hash* (*message digest*) e é irreversível, ou seja, a partir dele não é possível recuperar a mensagem original (ao contrário da criptografia, que é reversível quando aplicado o código de decifração).

Entende-se, portanto, que o resultado da aplicação destes algoritmos gera um resumo, ou seja, uma cadeia de caracteres alfanuméricos, conhecido tecnicamente como código *hash* ou simplesmente *hash* do documento. Sempre que aplicado este

¹⁶⁰ FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra. Assinatura digital: necessidade ou obrigação? In: EFING, Antônio Carlos; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra (Orgs.). **Direito e questões tecnológicas**: aplicados no desenvolvimento social. Curitiba: Juruá, 2008. p.133.

algoritmo na mesma mensagem eletrônica surgirá o mesmo resumo do conteúdo do documento. Se o documento eletrônico for alterado, ainda que apenas por uma vírgula, quando for aplicado o sistema *hash* causará a geração de um novo resumo ou *hash*. O surgimento de outro código hash significará que o conteúdo do documento foi alterado. Tem-se, portanto, a garantia de integridade do documento eletrônico, visto ser impossível que dois documentos iguais gerem resumos diferentes, sendo que a existência de outro código *hash* significa que o conteúdo do documento foi alterado.

Portanto, o Código *Hash* é que permite identificar o documento que não permaneceu com seu conteúdo intacto, garantindo a integridade de um documento eletrônico.

Vale ressaltar que o Código *Hash* não impede que o conteúdo de um documento seja alterado. A integridade garantida através deste código consiste na possibilidade de se identificar com precisão um documento que teve sua sequência de *bits* alterada, fazendo uma comparação entre o resumo da mensagem gerado e aquele recebido e decodificado pela chave pública.

Assim, se os códigos *hash* forem idênticos, o conteúdo da mensagem permanece intacto, caso contrário o documento foi alterado. Esta garantia de que um documento não pode ser alterado sem deixar vestígios é um dos fatores que proporciona segurança e confiabilidade aos documentos firmados digitalmente e transmitidos e armazenados na forma eletrônica.

4.2.1.3 Certificado digital

O terceiro e último componente que deve ser analisado é o certificado digital, entendido a partir do Instituto Nacional de Tecnologia (ITI) como sendo a carteira de identidade virtual de um autor¹⁶¹. De uma maneira geral, o certificado digital é o conjunto de dados que contém a chave pública do usuário e os dados necessários para informar a identidade deste usuário, podendo conter também o prazo de validade do certificado, a localização do centro de revogação (um endereço URL¹⁶² para *download* da LCR, lista de certificados revogados), entre

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/wiki/bin/view/Certificacao/WebHome>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

¹⁶² URL (*Uniform Resource Locator* ou em português *Localizador-Padrão de Recursos*): é o endereço de um recurso que pode ser, por exemplo, um arquivo ou uma impressora, que está disponível em uma rede; seja a Internet, ou uma rede corporativa, uma intranet.

outras informações.

Como descrito por Freitas¹⁶³, existem dois tipos de certificados: o pessoal e o de servidor. O primeiro diz respeito à pessoa, a quem utiliza ou tem interesse em utilizar uma assinatura digital. Este certificado garante que o par de chaves (privada e pública) pertence a uma única pessoa proprietária das mesmas.

O segundo certificado é o que possibilita, por exemplo, que usuários de um *site* de uma empresa possam conferir sua autenticidade e navegar ou fornecer dados tranquilamente, pois o *site* é seguro.

Portanto, para que se proporcione total e absoluta segurança ao documento eletrônico é necessário que se observem, além do código hash e da criptografia assimétrica, o último componente da assinatura digital: o certificado digital (conjunto de dados assinado digitalmente por uma terceira parte confiável que associa o nome e atributos de uma pessoa a uma chave pública).

Deste modo, depois de gerado o código hash, aplica-se a chave privada (de conhecimento e utilização exclusivos) do assinante do documento, obtendo-se um resumo de mensagem criptografada e, por último, anexa-se ao documento a chave pública do autor, presente no arquivo denominado certificado digital.

Finalizado todo o procedimento acima descrito, entende-se que ao se criptografar um documento eletrônico este estará ilegível, vez que embaralhado pela criptografia assimétrica; será possível verificar a inviolabilidade do documento, através da comparação do código *hash*; e anexado ao instrumento estará o certificado digital do assinante, identificando com precisão as partes envolvidas na transação. Para tanto, o destinatário da mensagem assinada digitalmente, ao recebê-la, aplicará a chave pública do assinante realizando a descrição da mensagem e, obtendo o mesmo resumo criptografado, terá um elevado grau de certeza jurídica de que a assinatura foi aposta pelo titular do certificado digital (autenticidade da autoria) e que o documento permanece intacto (integridade)¹⁶⁴.

¹⁶³ FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra. Assinatura digital: necessidade ou obrigação? In: EFING, Antônio Carlos; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra (Orgs.). **Direito e questões tecnológicas**: aplicados no desenvolvimento social. Curitiba: Juruá, 2008. p.143-146.

¹⁶⁴ Este é o mecanismo utilizado para viabilizar as conexões seguras da internet (identificadas pelo cadeado amarelo no portal). Para se estabelecer uma conexão segura o servidor acessado transfere para o computador do usuário um certificado digital e, a partir deste momento, todas as informações enviadas pelo usuário serão criptografadas com a chave pública recebida no

Assim, garante-se aos documentos eletrônicos as propriedades de autenticidade, integridade, confiabilidade e veracidade, tal qual exposto por Freitas¹⁶⁵.

Nas palavras de Fabiele Behrens¹⁶⁶, a assinatura digital possibilita, além da identificação da autoria, a "imutabilidade lógica" do documento. Na verdade esta técnica traz a presunção de autenticidade e integridade, pela circunstância de que, uma vez modificado o documento ou não combinado os dados necessários para a verificação, não haverá a possibilidade da validação da assinatura.

Portanto, ultrapassadas estas etapas (geração do resumo, aplicação da chave privada e anexação do certificado digital), o documento eletrônico estará devidamente assinado digitalmente e, em consequência:

- a) o conteúdo do documento (sequência de *bits*) não poderá ser alterado sem invalidar a assinatura, garantindo ao destinatário do mesmo a integridade do documento eletrônico;
- b) é possível verificar, a qualquer momento, se o conteúdo do documento assinado está íntegro e, como mencionado no item anterior, invalidar a assinatura digital se ocorrerem modificações, ainda que mínimas;
- c) igualmente possível é a identificação segura da autoria do documento, assegurando a autenticidade e demonstrando ao destinatário que o subscritor assinou o documento, tornando-o uma manifestação inequívoca da sua vontade;
- d) identificando o assinante, também é possível revelar a capacidade do mesmo para firmar o contrato eletrônico;
- e) garantida estará a confidencialidade das informações constantes no documento assinado pela dupla de chaves secretas.

Consequentemente, ao documento eletrônico assinado digitalmente pode ser atribuída força probatória, porque preenchidos estarão todos os requisitos que deságuam na validade e eficácia jurídicas.

certificado digital e, deste modo, somente o servidor acessado, com a chave privada vinculada, poderá decodificar as informações que lhe foram enviadas pelo usuário.

¹⁶⁵ FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra. Assinatura digital: necessidade ou obrigação? In: EFING, Antônio Carlos; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra (Orgs.). **direito e questões tecnológicas**: aplicados no desenvolvimento social. Curitiba: Juruá, 2008. p.141-142.

¹⁶⁶ BEHRENS, Fabiele. **Assinatura eletrônica e negócios jurídicos**. Curitiba: Juruá, 2007. p.46.

Interessante salientar que, como o resumo de mensagem criptografada é obtido com a aplicação da chave privada sobre determinado código *hash*, conclui-se que a assinatura digital de um mesmo usuário, que utiliza a mesma chave privada, será diferente de documento para documento, já que o código *hash* varia de documento para documento; portanto, haverá uma assinatura digital diferente para cada documento eletrônico assinado digitalmente, ao contrário da assinatura manuscrita, que é sempre igual.

Daniel Hargain¹⁶⁷ salienta a importância da assinatura digital como mecanismo de segurança dos documentos eletrônicos ao destacar: "la firma digital y las entidades certificadoras, como forma de asegurar la identidad de los emisores de documentos electrónicos", e a encriptação "para asegurar la privacidad e inalterabilidad de los mensajes".

A possibilidade de quebra do sistema criptográfico assimétrico, utilizado na assinatura digital, é remota e depende de um alto custo e elevado tempo, mas existe. Por esta razão é que os certificados digitais tem prazo de validade.

Por último, é importante mencionar que a data e a hora em que foi firmado um documento eletrônico são dados importantes para o processo eletrônico, por permitir a verificação da tempestividade do ato processual praticado. Esta tempestividade também é alcançada pela assinatura digital.

Considerando-se que a hora do sistema computacional não é confiável, necessário se faz a certificação da tempestividade no ambiente eletrônico com eficácia probatória, também denominada de datação eletrônica. A data e a hora oficiais devem ser geradas, mantidas e distribuídas por uma entidade legalmente constituída para esse fim. No Brasil, o Observatório Nacional é o órgão oficial para prestar os serviços de tempestividade.

Deste modo, obrigatoriamente deve haver uma sincronização entre o Observatório Nacional e as Autoridades Certificadoras, analisadas em seguir, para que o carimbo de tempo e os protocolos eletrônicos tenham eficácia probatória.

Na assinatura digital o carimbo de tempo está associado ao resumo do conteúdo eletrônico (código *hash*), portanto, inalterável sem deixar vestígios.

Em resumo, a assinatura digital possibilita ao documento eletrônico a

¹⁶⁷ HARGAIN, Daniel. **Comércio electrónico análisis jurídico multidisciplinario**. Buenos Aires: B de F, 2003. p.26.

certificação de autenticidade através do certificado digital (se conhece com certeza o emitente da mensagem e a procedência da mesma), a certificação de integridade através da função *hash* (impossível ocorrer alterações sem invalidar a assinatura), a certificação de sigilo através da criptografia assimétrica e a certificação de tempestividade pelo carimbo de tempo. Por estas razões é que Marcelo Bauzá concluiu que a assinatura eletrônica é o "elemento objetivo dotado de mayor importancia desde una perspectiva jurídica"¹⁶⁸.

4.2.1.4 Certificação digital

A assinatura digital aposta nas peças processuais contém as mesmas características e iguais efeitos da assinatura manuscrita lançada no papel, desde que o certificado digital do assinante tenha sido emitido por uma Autoridade Certificadora (AC). Esta exigência advém da Medida Provisória 2.200-2¹⁶⁹, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP) Brasil e estabelece o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) como autoridade-raiz, transformando-o em autarquia federal.

O certificado digital que compõe a assinatura igualmente digital nada mais é do que um conjunto de dados assinado digitalmente por uma terceira parte confiável, que associa o nome e atributos de uma pessoa à uma chave pública. Esta terceira parte confiável, encarregada de conferir o certificado à assinatura digital, é justamente a Autoridade Certificadora.

Este certificado deve conter os dados de identificação do assinante e da autoridade certificadora, a chave pública do titular do certificado, o método de verificação da assinatura digital do subscritor, o número de série e a vigência do certificado, além da assinatura digital da Autoridade Certificadora.

A preocupação em exigir que o certificado digital seja emitido por uma Autoridade Certificadora prende-se ao fato de que o sistema de criação da assinatura digital deve estar sujeito a um tratamento que garanta sua emissão de forma

¹⁶⁸ BAUZÁ, Marcelo. **Comercio electrónico análisis jurídico multidisciplinario**. Buenos Aires: Editorial B de f. 2003. p.75.

¹⁶⁹ Medida Provisória que se tornou permanente por força do art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 32, de 11/09/2001, e que permanece em vigor até que medida provisória ulterior a revogue expressamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

segura, única e autêntica, garantindo o vínculo lógico entre os dados que constam no certificado e o signatário do documento.

Esta infraestrutura é composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras. A autoridade gestora de políticas é exercida, no Brasil, pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, vinculado à Casa Civil da Presidência da República e tem, dentre outras funções, a de adotar as medidas necessárias para o funcionamento da ICP-Brasil, estabelecer as regras operacionais da AC Raiz e os critérios para o credenciamento das Autoridades de Registro e das Autoridades Certificadoras.

A cadeia de autoridades certificadoras, por sua vez, é composta pela Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), pelas Autoridades Certificadoras (AC) e pelas Autoridades de Registro (AR).

A AC-Raiz é a primeira autoridade na cadeia de certificação, mantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), assina digitalmente os certificados das Autoridades Certificadoras de primeiro nível, as quais, por sua vez, assinam os certificados das de segundo nível. É a autoridade executora das políticas de certificados e normas técnicas e operacionais, aprovada pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. É vedado à AC Raiz emitir certificados digitais para usuários.

Na sequência encontram-se as Autoridades Certificadoras (AC), que são entidades credenciadas a emitir certificados digitais vinculando pares de chaves criptográficas ao respectivo titular. É instituída por lei e se encarrega da emissão, modificação ou cancelamento dos certificados digitais, bem como possibilita a consulta dos certificados já emitidos e/ou revogados.

Compete a AC emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar certificados de usuários finais, disponibilizar aos usuários listas de certificados revogados e outras informações pertinentes.

São as Autoridades Certificadoras que atestam a identidade do dono de ambas as chaves: pública e privada e garantem a validade da assinatura. Na maioria dos países, as Autoridades Certificadoras são empresas privadas. Por essa razão, podem ser acreditadas ou não, conforme possuam aval de alguma autoridade governamental para prestarem esse serviço. No Brasil atualmente existe apenas uma autoridade

certificadora, com sede no Rio de Janeiro, denominada *Certisign*.

Por último estão as Autoridades de Registro (AR). São entidades vinculadas operacionalmente a uma AC. Compete à AR identificar de forma documental e presencial os solicitantes de certificados digitais, cadastrar usuários, encaminhar solicitações de certificados às AC e manter registros de suas operações.

Uma vez garantida, por meio da assinatura digital, a identificação do subscritor da peça processual e a integridade e o sigilo deste documento eletrônico, conclui-se que há no processo eletrônico total segurança e confiabilidade dos atos processuais elaborados na linguagem dos 0s e 1s, transmitidos e armazenados eletronicamente. Tecnicamente, pode-se confiar no documento eletrônico muito mais que no documento em papel, visto os inúmeros tipos e possibilidades de fraudes relacionadas com o papel. O que se pretendeu até o presente momento foi demonstrar que as peças processuais elaboradas, transmitidas e armazenadas eletronicamente, desde que tenham sido assinadas digitalmente, terão a total garantia de origem, sigilo, integridade e autenticidade. Esta garantia é essencial para que o processo eletrônico tenha credibilidade e traga aos operadores do Direito a segurança necessária para a total adesão ao novo sistema processual instituído pela Lei n.º 11.410/2006.

Com o conhecimento, ainda que superficial, acerca dos componentes e das consequências da assinatura digital, muitos dos medos e das incertezas que o processo eletrônico possa provocar vem sendo são eliminados e as alterações de paradigmas na sistemática procedimental que o processo eletrônico traz estão sendo aceitas mais facilmente.

4.3 PROCEDIMENTO ELETRÔNICO

O surgimento da internet, que está revolucionando o mundo em todos os setores, e a tecnologia da informação é que possibilitam que o processo eletrônico rompa com a arcaica sistemática processual, criando um novo *modus operandi* no direito processual, para garantir a efetivação dos direitos e uma eficaz prestação da tutela jurisdicional por parte do Poder Judiciário.

Conforme mencionado, as alterações que ocorreram com a instituição do processo eletrônico são, na realidade, procedimentais, ou seja, o que se altera é o modo de se operacionalizar os atos processuais necessários à prestação da tutela jurisdicional. Assim, tecnicamente, a terminologia correta seria *procedimento eletrônico* e não processo eletrônico.

A análise da terminologia correta depende da diferença conceitual existente entre processo e procedimento. Para tanto, deve-se analisar processo e procedimento levando-se em conta o mesmo paradigma: atos processuais.

Processo deve ser entendido como o conjunto de atos coordenados e regulados pelo direito processual, através dos quais o Estado presta a tutela jurisdicional, solucionando conflitos, efetivando direito já acertado ou prestando cautela aos processos em andamento ou a se instaurarem, para que não percam sua finalidade prática e sua eficácia.

Assim, processo pode ser definido como a soma dos atos que objetivam a composição do litígio, a efetivação do direito já acertado ou o acautelamento de um processo principal.

Humberto Theodoro Júnior, citando Calamandrei, define processo como a "série de atos coordenados regulados pelo direito processual, através dos quais se leva a cabo o exercício da jurisdição".¹⁷⁰ Processo é conceito de cunho finalístico, teleológico, que se consubstancia numa relação jurídica de direito público, traduzida num método de que se servem as partes para buscar a solução do direito para os conflitos de interesses.

Em suma, processo é o conjunto de atos processuais necessários para que a jurisdição atue e a tutela jurisdicional seja prestada.

Ocorre que o processo não se submete a uma única forma. Exterioriza-se de várias maneiras diferentes, conforme as particularidades da pretensão do autor e da defesa do réu: uma ação de cobrança não se desenvolve como uma ação de usucapião. O modo próprio de desenvolver-se o processo, conforme as exigências de cada caso, é exatamente o procedimento do feito.

¹⁷⁰ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. V. I. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p.49.

Levando-se em conta que o sufixo "mento" (do latim *mem, mentum*), significa "a forma mais perfeita que...".¹⁷¹, neste sentido, procedimento é a forma mais perfeita para o desenvolvimento do processo; casamento é a forma mais perfeita de convívio entre duas pessoas, etc. O procedimento permite a previsibilidade (sabe-se o que vai acontecer na sequência) e isto é importante para a segurança jurídica) é a sistematização prática dos diversos atos que compõem a marcha processual; é a forma de exteriorização e materialização do processo, é o modo e a forma por que se movem os atos no processo; é o modo pelo qual o processo se forma, se exterioriza e se movimenta; é o elemento visível do processo. Procedimento é o mecanismo pelo qual se desenvolvem os processos diante dos órgãos da jurisdição. É o procedimento que dá exterioridade ao processo. É ele que, nos diferentes tipos de demanda, define e ordena os diversos atos processuais necessários.

Em resumo, a sistematização dos atos praticados entre o pedido do autor e o provimento jurisdicional e que objetivam apenas a forma e a movimentação processual chama-se procedimento e o conjunto desses atos chama-se processo.

Dessa diferença conceitual, fácil é notar que as mudanças trazidas pela lei do processo eletrônico em nada alteraram o processo (como conjunto de atos necessários à prestação da tutela jurisdicional). O que ocorreu, na realidade, foi uma alteração na forma de se praticar os atos processuais, além da extinção de alguns atos que fazem parte do procedimento tradicional como, por exemplo, carga de autos. Por isso, fala-se em *procedimento eletrônico*.

Portanto, o processo eletrônico não cria um novo processo civil, mas é tão somente um modo diferenciado do modelo tradicional de praticar os atos processuais. Esta realidade, todavia, não descaracteriza a grande revolução conceitual e procedimental trazida pela inevitável conversão dos autos judiciais em papel para o formato digital.

4.4 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES IMPLANTADAS PELO PROCESSO ELETRÔNICO

Os avanços da internet e da tecnologia da comunicação revolucionaram,

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/Even/VITermNeo/Erica.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

como já mencionado, todos os setores e as instituições do Estado contemporâneo, na medida em que se consolidam como mecanismo de relação interpessoal, de explosão de informações e facilidade de acesso às mesmas. Também já mencionado que os profissionais do Direito devem valer-se destas *benesses* e não podem prescindir dos sistemas inteligentes que se mostram como viabilizadores de uma Justiça mais célere e eficaz.

Assim é que, com o objetivo de alcançar a maior efetividade e celeridade na prestação da tutela jurisdicional, indispensáveis à administração da Justiça nos tempos atuais, surgiu no Brasil, paralelamente às reformas legislativas, o processo eletrônico com a promulgação da Lei n.º 11.419, de 19/12/2006, no qual todos os atos processuais são produzidos, enviados e armazenados por meio eletrônico.

Várias mudanças significativas foram operadas nos últimos anos, e muitas outras se fazem necessárias como via de um aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional, fração imprescindível de uma democracia. O processo eletrônico judicial é um dos mais recentes patamares da constante evolução dos mecanismos de administração da justiça.

Deve-se atribuir à Lei n.º 11.419/2006, sem sombra de dúvida, a verdadeira revolução no Poder Judiciário, porque esta é a lei responsável para inserção definitiva do processo eletrônico no direito processual civil brasileiro.

Muito embora o aperfeiçoamento completo do processo digital ainda não tenha ocorrido, caminha-se a passos concretos dentro do espírito da informatização plena e da concretude da Lei n.º 11.419/2006, que culminará em um processo amplamente informatizado que prescinde do papel.

Cabe, portanto, ao presente estudo abordar as alterações processuais implantadas pelo processo eletrônico de modo que se possa vislumbrar a eficácia socioeconômica da política judiciária a partir do processo eletrônico.

A legislação traz inúmeras alterações procedimentais criando uma nova maneira de se praticar, transmitir e armazenar atos processuais, com o intuito de estar "à disposição do sistema judiciário, provocando um *desafogo*, diante da possibilidade de maior agilidade na comunicação dos atos processuais e de todo

o procedimento"¹⁷².

A primeira grande alteração que o processo eletrônico traz na roupagem do processo tradicional é a eliminação por completo do volumoso saldo negativo de papéis que em nada contribuem para a efetividade da prestação da tutela jurisdicional. O uso racional e inteligente da tecnologia sintonizada com a importante temática da preservação ambiental é um dever que se impõe a todos e a inexistência do papel como suporte dos autos traz inúmeras vantagens que refletem na prestação jurisdicional, tornando-a mais célere e eficaz. Neste cenário, não há mais necessidade de autuação dos processos, numeração de páginas, juntada de peças processuais e tampouco de se costurar os autos apensos. Estas práticas tornam-se obsoletas porque o próprio sistema virtual faz todo este trabalho automaticamente. E esta automação das etapas processuais de mero registro permite a redução do "tempo morto" ou "tempo neutro" que o processo fica em cartório, consagrando-se a primazia do procedimento e o resultado prático correspondente a ele inerente e, em consequência, fica em relevo o tempo nobre do processo ou aquele em que se produzem peças em que sejam necessárias a reflexão, a elaboração e o amadurecimento de entendimento judicial.

Observa-se que à medida que as tecnologia de informação e comunicação (TIC) vão sendo incorporadas ao sistema produtivo, elas alteram radicalmente a estrutura e o modo pelo qual o trabalho é executado, sobretudo no que diz respeito ao trabalho de produção e de coordenação das atividades relacionadas ao processo judicial.

Como no processo digital não existe o processo-papel, como tradicionalmente ocorre, não há que se falar em remessa e retorno dos autos aos Tribunais, o que reduz o custo dos recursos. Também há redução da necessidade de espaço físico e do custo com despesas de arquivo solucionando o problema de inúmeras secretarias que não tem mais espaço para arquivar os processos.

Observa-se que o trabalho de coordenação das atividades tende a tornar-se mais efetivo, em razão do aumento da capacidade em coletar, estocar, processar e

¹⁷² ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**: a informatização judicial no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.52.

transferir informações. É evidente que as TICs tornam possível obter maior velocidade de comunicação, seja esta intra e inter-partes, reduzindo o prazo de resposta às variações nos ambientes interno e externo. De um modo geral, incrementa-se o processo de integração entre as diferentes atividades, tornando-se o trabalho uma fonte de dinamismo e eficiência.

Além deste pontos, vale ressaltar que é o fim do extravio e restauração de autos e das demoras no desarquivamento dos processos (o qual depende somente de simples consulta à base de dados); não se discute mais sobre a necessidade de incineração de autos. É a erradicação do sistema de juntadas excessivamente lento, de carga de autos, de manuseio e fotocópias de peças processuais. Estas mudanças na rotina cartorial, pela redução de etapas burocráticas e simplificação do trabalho mecânico com foco no intelectual, permitem que o cartório trabalhe em plena harmonia com o Juízo, fazendo com que o processo tenha imediata sequência; ou seja, demonstra a plena aplicação do princípio da celeridade processual no processo digital, vez que há redução dos custos operacionais e no tempo de tramitação processual. Estas alterações permitem, ainda, que os magistrados possam contar com suporte humano capaz de auxiliá-los no momento de efetivar-se a prestação jurisdicional.

Com isto, obtém-se também economia de mão de obra dos serviços burocráticos da Justiça com elaboração de mandados, editais e certidões, entre outros.

Deve-se lembrar ainda que neste novo ambiente de trabalho, os processos eletrônicos não ficam restritos a um cartório ou tribunal, mas podem ser acessados por todos os operadores habilitados e em todos os cantos do mundo, inclusive simultaneamente, através da internet. Isto viabiliza o aumento de prazos comuns e permite que advogados, membros do Ministério Público e peritos, entre outros, peticionem ou pratiquem demais atos processuais fora do ambiente do tribunal ou vara. O mesmo ocorre com o juiz, que pode sentenciar, decidir e proferir despachos sem ficar restrito aos gabinetes de trabalho, utilizando o sistema mediante senha, lançando sua assinatura digital, de qualquer lugar do planeta, evitando julgamentos tardios. É possível, também, o acesso imediato das decisões de alguns tribunais, através do sistema de acórdão digital¹⁷³.

¹⁷³ Disponível em: <http://www.bomdia.adv.br/noticias.php?id_noticia=26463>. Acesso em: 08 jul. 2011.

O desembargador Olegário Monções Caldas apontou vantagens do uso do sistema de acórdão digital, como a imediata publicação das decisões:

não precisamos esperar a burocracia das Câmaras e os advogados podem acompanhar do escritório os resultados. Os desembargadores acessam antecipadamente o voto do relator, o que facilita os debates prévios das matérias. Os senhores haverão de ter no acórdão digital, um grande apoio na agilização das atividades, com menos esforço dos servidores das câmaras, mas principalmente com mais tempo para os desembargadores estudarem a questões antes de decidir.¹⁷⁴

Torna-se viável a Justiça em tempo real e permite-se que seja ampliado o acesso à justiça com a possibilidade de processo à distância e de ser manejado em horário integral, visto que as portas da Justiça estão sempre abertas para o jurisdicionado.

Esta acessibilidade ininterrupta ao sistema do processo virtual, disponibilizando os autos processuais na rede mundial de computadores vinte e quatro horas por dia, nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, torna desnecessária a frequência assídua dos operadores do Direito aos balcões do Judiciário (já que possibilita o acompanhamento à distância da marcha processual), permite uma maior sintonia entre primeira e segunda instâncias e faz com que a transparência, o contraditório e ampla defesa sejam valorizados; aumenta a segurança desta nova modalidade procedimental, vez que a íntegra dos autos passará a ser monitorada de maneira muito mais efetiva por todos os interessados no deslinde da ação. Se alguma peça indevida for inserida no sistema, alguém certamente vai denunciar e não há possibilidade de se alterar o andamento processual sem que o sistema aponte que esta alteração ocorreu e por quem foi realizada.

Um fato que traz maior segurança no processo eletrônico, do que no tradicional, é o fato de se contar com o sistema de *backup*, espelhamento em tempo real, redundância, inclusive remota, para evitar qualquer problema de extravios de dados – o que não é possível fazer-se no processo-papel com a mesma eficácia.

¹⁷⁴ Disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br/web/guest/sala_imprensa.jsessionid=ffc33211b5144c052acc19d14693?p_p_id=62_INSTANCE_F9uy&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_62_INSTANCE_F9uy_struts_action=%2Fjournal_articles%2Fview&_62_INSTANCE_F9uy_groupId=10099&_62_INSTANCE_F9uy_articleId=2841338&_62_INSTANCE_F9uy_version=1.0>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Seguindo em frente nestas considerações, deve-se apontar que o sistema do processo eletrônico é capaz de propiciar a descoberta de qualquer prevenção, litispendência ou coisa julgada, além de conexão e continência; também possibilita que sejam marcados os processos com prioridade de tramitação ou que devem correr em segredo de justiça.

Uma importante alteração, com consequências relevantes, diz respeito aos atos de comunicação processuais. As comunicações internas são estabelecidas de forma muito prática, para priorizar o tempo real, e as citações e as intimações podem ser feitas através do próprio sistema do processo eletrônico gerando um enorme custo/benefício, já que o custo e o tempo despendido para a prática destes atos de comunicação processual passam a ser quase nulo.

A petição inicial é automaticamente distribuída, sendo-lhe atribuída uma identificação numérica e, de pronto, disponibilizada ao Magistrado para sua análise inicial.

A automação destas etapas não-criativas do processo, de comunicação e impulso processual, também demonstram a aplicação da garantia constitucional da duração razoável do processo e o objetivo de agregar agilidade e transparência ao Poder Judiciário.

Esta praticidade do processo digital também tem reflexos nos prazos processuais, antecipando o termo inicial dos mesmos e reduzindo drasticamente as manobras evasivas das partes para adiamento ou não recebimento de citações e intimações. A já mencionada acessibilidade ininterrupta ao sistema do processo eletrônico permite que peças processuais sejam protocoladas vinte e quatro horas por dia e em todos os dias do ano.

Os prazos processuais findam-se às 23h59'59" do último dia do lapso temporal fixado, ou seja, há uma dilação dos prazos processuais, fato que coaduna com a regra estipulada no art. 172 do Código de Processo Civil brasileiro, uma vez que considera-se que o sistema computacional tem expediente ininterrupto.

Cartas precatórias, de ordem e rogatórias devem ser expedidas e cumpridas preferencialmente de forma eletrônica, ou seja, de maneira extremamente mais rápida e ágil em comparação ao processo tradicional.

A economia de tempo e redução de custo proporcionados pelo processo eletrônico, livre de entraves burocráticos, da presença física e da produção de papéis, não ocorrem só para o Estado, mas também para os advogados, que podem controlar com mais precisão os prazos processuais, reduzir gastos com cópias reprográficas,

com arquivos, bem como diminuir despesas com deslocamentos à sede da Justiça.

Uma última alteração trazida pelo processo virtual ainda deve ser salientada: a possibilidade de se armazenar eletronicamente os atos praticados oralmente nas audiências de instrução, perenizando a prova oral, viabilizam decisões mais justas, uma vez que permitem que juízes e desembargadores, com acesso integral à prova produzida em audiência, consigam extrair a verdade exarada nos depoimentos com maior facilidade – isto porque a manifestação oral representa um complexo de ideias que na maioria das vezes não podem ser transcritas para o papel.

Enfim, estas e outras inúmeras são as alterações procedimentais promovidas pela Lei n.º 11.410/2006 e as modificações no Código de Processo Civil¹⁷⁵ para adequá-lo à nova realidade imposta pela lei mencionada. O processo eletrônico retrata uma mudança cultural da sociedade e surge como a ferramenta indispensável para alcançar o almejado fim instituído pela Emenda Constitucional n.º 45/2006 da duração razoável do processo e da prestação da tutela jurisdicional pelo Estado de forma eficaz.

4.5 O PROCESSO ELETRÔNICO E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

A inserção do processo eletrônico no cenário nacional traz não só uma concepção moderna da própria Sociedade da Informação, mas também demonstra que o Judiciário brasileiro vem sofrendo mudanças em toda a sua estrutura processual, à luz dos direitos fundamentais consagrados constitucionalmente, buscando efetivar o direito à Justiça e possibilitar um processo mais rápido e com um custo financeiro menor, proporcionando ao jurisdicionado uma tutela mais

¹⁷⁵ Foram alterados os seguintes artigos do CPC: art. 38, parágrafo único, para possibilitar que as procurações sejam assinadas eletronicamente; art. 154, § 2.º, para permitir que os atos e termos do processo possam ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico; art. 164, parágrafo único, para autorizar que a assinatura do juiz também possa ser feita por meio digital; art. 169, §§ 1.º, 2.º e 3.º, para obrigar o armazenamento dos arquivos digitais em sistema inviolável e com o aval dos sujeitos processuais, determinando que as eventuais impugnações sejam feitas oralmente no momento do ato; art. 202, § 3.º, para estabelecer que as cartas precatórias e rogatórias podem ser enviadas e processadas por meio eletrônico; arts. 221 e 237, para instituir a citação, intimação e notificação digital; art. 365 para equiparar os arquivos digitais aos documentos físicos; art. 399, §§ 1.º e 2.º, para regulamentar o procedimento de requisição, pelo juiz, de documentos de bancos de dados; art. 399, §§ 1.º e 2.º, para possibilitar a transcrição digital dos depoimentos e atos ocorridos em audiência; art. 556, parágrafo único, para permitir que os votos e acórdãos sejam registrados em arquivos eletrônicos.

eficaz que a proporcionada pelo processo tradicional.

É sabido que o acesso à Justiça é uma preocupação constante ao longo da história. O sistema processual, extremamente formalista, na ânsia de representar garantias de direitos, revela uma justiça morosa, tardia e que conflita com as necessidades da sociedade moderna. Sabe-se também que desde há muito tempo no Brasil cresce a litigiosidade e a administração dos Tribunais mostra-se cada vez mais lenta e congestionada.

Com o intuito de solucionar os problemas acima mencionados, satisfazendo os anseios sociais e observando as garantias constitucionalmente previstas, do acesso à Justiça, do devido processo legal e da duração razoável do processo, é que inúmeras alterações no Código de Processo Civil foram promovidas e que alternativas, como a do Juízo Arbitral e Juizados Especiais, foram criadas e, por último, que o processo eletrônico foi instituído. A busca pela efetividade e celeridade processual foi e continuará sendo o grande objetivo do legislador nas reformas processuais.

A Constituição Federal do Brasil, no art. 5.^o, inc. XXXV, garante aos cidadãos amplo acesso ao Poder Judiciário ao estabelecer que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" e, em consequência, o Estado deve proporcionar os mecanismos que efetivamente propiciem esta garantia constitucional, mecanismos capazes de assegurar que, em cada situação litigiosa, o Judiciário dê a solução definitiva para o conflito de interesse através da aplicação da lei ao caso concreto.

Por esta razão é que o Estado, através da sua máquina judiciária, tem o dever de, tomando conhecimento da pretensão resistida, fazer valer o ordenamento jurídico prestando a tutela jurisdicional necessária. Trata-se de um poder-dever do Estado de solucionar os conflitos de interesses existentes e que, em contrapartida a este monopólio estatal da função jurisdicional, cria para os cidadãos o direito de exigir esta atitude estatal, direito este que se denomina "direito de ação" e que se traduz como o canal de acesso ao Judiciário.

Todavia, a noção de acesso ao Judiciário não se finda com a possibilidade de se provocar o Estado para que preste a tutela jurisdicional; é preciso também garantir aos cidadãos uma resposta satisfatória ao conflito de interesses. Este posicionamento

é sustentado por Regina Márcia Gerber¹⁷⁶ ao afirmar que "considera-se que a ideia de 'acesso à justiça' comporta em si duas finalidades essenciais ao sistema jurídico: uma que diz respeito a um sistema que seja acessível a todos, e outra que determina que os resultados produzidos sejam justos".

Cabe ao Estado, portanto, promover as políticas públicas necessárias para viabilizar o acesso ao Judiciário, ou melhor, o Estado tem o dever de criar os mecanismos necessários para que o cidadão possa exigir a prestação da tutela jurisdicional e obter uma resposta satisfatória: que solucione o conflito de interesses de maneira justa e através de um processo que tramite em um tempo razoável e dentro de regras preestabelecidas.

Os objetivos mencionados que devem nortear as políticas promovidas pelo Estado de acesso ao Judiciário nada mais são do que princípios básicos do processo civil brasileiro, os quais se traduzem em garantias constitucionais desde a Constituição Federal de 1988: acesso à Justiça, devido processo legal e duração razoável do processo¹⁷⁷.

4.5.1 O processo eletrônico e o acesso à justiça

O acesso à Justiça, conforme já mencionado, está previsto no inc. XXXV do art. 5.º da Constituição Federal do Brasil, segundo o qual o Estado deve permitir e facilitar aos cidadãos o acesso ao Poder Judiciário para que nenhuma lesão ou ameaça de lesão fique sem a proteção do mesmo.

De acordo com as diretrizes deste princípio constitucional, cabe ao Estado criar os mecanismos que possibilitem ao cidadão exigir a tutela jurisdicional para a solução do seu conflito de interesses e, também, os necessários para viabilizar a

¹⁷⁶ GERBER, Regina Márcia. **Acesso ao judiciário como condição justa e igualitária entre autor e réu**. Disponível em: <<http://www.datavenia.net/artigos/acessojudiciariocomocondicaojusta.html>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

¹⁷⁷ Art. 5.º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: ... *omissis* ...
XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito
LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal
LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

entrega da tutela estatal sem dilações e de forma efetiva (uma tutela jurisdicional adequada e eficaz entregue ao jurisdicionado de uma forma tempestiva).

Considerando-se que o alcance do princípio do acesso ao Poder Judiciário extrapola a simples previsão de que este acesso é livre para todo e qualquer cidadão, vez que exige também a celeridade e efetividade da tutela jurisdicional, fácil é concluir que o processo judicial é um dos instrumentos de acesso à Justiça.

Portanto, nesta realidade que revela um acesso à Justiça lento, caro e inadequado para a sociedade moderna, surge o processo eletrônico, cuja finalidade precípua é atender ao preceito constitucional da duração razoável do processo. A Lei n.º 11.419/2006 atende ao clamor de desafogar a Justiça, possibilita que sejam encurtados os entraves causados pela burocracia, vez que permite uma instrumentalidade ligada à celeridade no procedimento. Com o processo eletrônico espera-se ganhar em eficácia e efetividade na resposta da Justiça.

O acesso à Justiça certamente inclui uma prestação equilibrada entre os litigantes utilizando-se do meio processual para efetivar tal medida com olhos à celeridade. Não restam dúvidas que a informatização do processo judicial será de suma importância no que concerne à celeridade processual, por outro lado, é motivo de preocupação o relacionamento do mencionado instituto com o princípio constitucional de acesso à justiça.

A questão que se coloca é: como pessoas desfavorecidas economicamente e detentoras de hipossuficiência técnica terão acesso ao processo?

O mapa da inclusão digital divulgado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas demonstra que, no Brasil, apenas 33% das pessoas possuem acesso à internet em suas casas. Entre os Estados da Federação há uma desigualdade muito expressiva de acesso. O Líder é o Distrito Federal, onde 66,48% das pessoas possuem computador em casa e 58,69% estão conectados à rede. Em contrapartida, o Estado do Maranhão somente 15,16% da população têm computador em casa, dos quais 10,98% com acesso à internet.¹⁷⁸ Há lugares, principalmente o meio rural, onde está cerca de 15% da população e a exclusão digital chega a 82%, 27% das pessoas estão desconectadas porque a internet sequer existe.¹⁷⁹

Conforme se infere da pesquisa, muitas de nossas regiões ainda não estão

¹⁷⁸ Disponível em: <www.fgv.br/cps/telefonica>. Acesso em: 06 fev. 2013.

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/brasileiros-desconectados-internet-inclusao-digital-infoexame-540669.shtml?func=1>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

aptas a receber o processo eletrônico, pois ainda carecem de infraestrutura para tal. Além disso, em se tratando do processo eletrônico, é certo que não basta o simples acesso à internet, vez que é necessário a digitalização de petições e documentos os quais serão transmitidos eletronicamente, o que demanda uma velocidade de conexão satisfatória, através da utilização de internet banda larga ou tecnologia similar que possui um alto custo além de não estar disponível em todas as regiões.

Para o real sucesso na diretriz de ampliação ao acesso à justiça, é de rigor que o Poder Judiciário cumpra o disposto no o disposto no art. 10, §3.º, da Lei 11.419/2006:

Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a atuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

[...]

§3.º. Os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais.

Tal medida se impõe, vez que é certo que a hipossuficiência técnica e econômica da grande maioria da população, também se estende aos meios tecnológicos e é inegável a imensa quantidade de jurisdicionados que não dispõem de condições de promover o encaminhamento eletrônico de petições por conta própria, devido à existência barreiras, seja de ordem geográfica, econômica ou cultural.

É claro que dar cumprimento ao referido comando não significa que, tão somente equipamentos sejam disponibilizados. É mister que sejam em quantidade razoável, suficiente para atender a demanda, que sejam colocados em todas as comarcas, inclusive as do interior e, embora não conste no texto legal, é cediço que servidores qualificados sejam disponibilizados a fim de prestar informações ao jurisdicionado sobre o manuseio do sistema, além de apoio técnico aos equipamentos, em caso de defeito.

Se em cumprimento ao disposto no preceito referido o Poder Judiciário desse cumprimento a tais medidas, poderiam os tribunais simplesmente recusar o

recebimento de petições por meio físico, vez que fora conferido ao jurisdicionado as mínimas condições para utilização do novo sistema, medida esta que certamente seria de grande valia para a almejada celeridade de tramitação.

Esta hipossuficiência técnica não está presente somente entre os jurisdicionados, a grande maioria dos advogados não está apto a lidar com as novas tecnologias. O Conselheiro Federal da OAB Guilherme Zagallo, em palestra realizada no dia 25 de setembro de 2012 na sede da OAB Paraná, chamou a atenção para o fato de que, atualmente, apenas 15% dos advogados no Brasil possuem o certificado digital¹⁸⁰ – instrumento necessário para a prática de atos processuais no meio eletrônico, embora alguns tribunais ainda se utilizem de sistemas de cadastro por meio de login e senha, sem exigir certificados digitais – o que é um atentado à segurança e integridade do processo.

O ex-presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante reconhece que a advocacia anda a passos lentos em direção à inclusão digital. Ele aponta dois fatores principais: resistência cultural e falta de estrutura do Judiciário e dos tribunais. O último motivo, diz, é técnico e passa pela falta de "maquinário adequado" da maior parte dos tribunais brasileiros, que não têm condições de armazenamento de arquivos, ou computadores suficientes. "Há sistemas que não aguentam processos com mais de mil páginas, por exemplo."¹⁸¹

Quanto à resistência cultural, Ophir Cavalcante, da OAB, explica que a maior parte dos advogados vem de gerações que não estão acostumadas com o computador. Passaram toda sua vida profissional lidando com processo em papel, e de repente têm de lidar com documentos digitais, em telas de computadores. Isso, inclusive, exige uma série de investimentos "anormais" aos advogados, como scanner, ou a máquina leitora de certificados digitais.¹⁸²

O processo eletrônico representa uma verdadeira revolução arrimada na tecnologia da informação. Não se trata apenas da transformação do papel em processo eletrônico, mas da adoção de um sistema operacional complexo de automação do serviço jurisdicional inédito a todos os jurisdicionados e operadores do direito. No

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.php?tl=1&id=1336568&tit=O-processo-eletronico-e-o-acesso-a-Justica>>. Acesso em: 07 fev.2013.

¹⁸¹ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-24/advocacia-ainda-nao-preparada-processo-eletronico>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

¹⁸² Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-24/advocacia-ainda-nao-preparada-processo-eletronico>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

entanto, uma mudança de tamanha envergadura demanda tempo para adaptação, afinal há toda uma tradição arraigada em torno do uso do papel no processo judicial a qual terá que ser suplantada para a inserção da nova tecnologia. E nem todos estão preparados, neste momento, para uma mudança tão radical. Por este motivo, é recomendável cautela no momento de transição para que seja adotado, ainda que temporariamente, os dois meios de prática processual, presencial e eletrônico, cabendo ao requerente a escolha daquele que melhor lhe convier.

De fato, conforme assevera Petrônio Calmon:

não se pode cogitar de transformação tão profunda sem que sejam previstas regras de transição, sem que se possa atender a quem não está familiarizado com as máquinas eletrônicas, as quais deveriam ser modernas também na facilidade de manuseio e na linguagem utilizada pelos técnicos e não somente na velocidade.

É imperioso que o avanço do processo judicial eletrônico respeite as reais condições de cada região, que o Poder Judiciário disponibilize estrutura e funcionários capacitados aptos a prestar assistência aos jurisdicionados que não possuem condições de operar o meio eletrônico. O processo eletrônico exige adequação tecnológica à nova realidade. Para tanto é imprescindível a aquisição de scanners para digitalização de petições e documentos além de acesso à internet com alta velocidade de navegação. São recursos que inegavelmente, demandam um custo elevado, o qual, futuramente, pode advir da economia de recurso que o próprio processo eletrônico irá acarretar – economia esta que já está acontecendo, conforme restará demonstrado. Paralelamente, também é salutar que a OAB se empenhe em patrocinar cursos de capacitação aos advogados para lidar com a nova tecnologia e que as defensorias públicas sejam equipadas e estruturadas para poderem representar a população carente neste novo procedimento que se apresenta.

São medidas essenciais a fim de que não haja a arbitrária exclusão daqueles impossibilitados de utilizar o novo sistema e o acesso do cidadão à justiça não reste ainda mais prejudicado. Não investir nestas medidas não é somente desarrazoado mas, acima de tudo, antidemocrático e inconstitucional, ferindo de morte o acesso à justiça aos desfavorecidos técnico e economicamente. É preciso cautela na implantação do processo eletrônico como via única para o recebimento de petições enquanto o Poder Judiciário, a instituição incumbida pela lei infraconstitucional e constitucional,

permanecer desprovida de aporte orçamentário necessário à garantir infraestrutura decente de funcionamento, a fim de que os benefícios trazidos pela nova sistemática não sejam suplantados pelos problemas oriundas de sua má utilização.

4.5.2 O processo eletrônico e a duração razoável do processo

Sabe-se que o tempo é o maior inimigo do processo – quanto mais tempo demora a satisfação do direito lamentado em juízo, mais se discute a aptidão de o processo alcançar os fins para os quais foi instituído, ou seja, mais se discute a efetividade da tutela jurisdicional.

A celeridade processual e consequente tempestividade da resposta dada pelo Estado para solução do litígio são cada vez mais perseguidas pelas partes e pela sociedade contemporânea; todavia, é preciso salientar que, em paralelo, o processo precisa desenvolver-se de acordo com o devido processo legal. Portanto, o que precisa ser combatido, nas palavras de Rafael Costa Fortes¹⁸³, é a "demora patológica". Assim, o que se pretende é que o processo se desenvolva em um lapso de tempo razoável e suficiente para a prestação de uma tutela jurisdicional eficaz e efetiva, levando-se em consideração a complexidade da causa, o comportamento dos litigantes e a atuação do órgão jurisdicional.

Várias são as causas da morosidade do Judiciário (grande número de recursos, efeito suspensivo dos mesmos, acentuada litigiosidade, duração excessiva da fase instrutória, comportamento das partes e dos juízes, burocracia exacerbada, entre outras); seja qual for a causa o que importa salientar é que a demora do processo, se não caracterizar a denegação da Justiça, no mínimo desprestigia o Poder Judiciário, desvirtua seus fins e tem efeitos sociais graves que constituem fonte de angústias e culminam na dificuldade de se obter a pacificação social tão almejada pelo Estado.

O princípio da celeridade processual foi normatizado no ordenamento

¹⁸³ FORTES, Rafael Costa Fortes. **Informatização do judiciário e o processo eletrônico**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/14101/informatizacao-do-judiciario-e-o-proceso-eletronico>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

jurídico brasileiro com a recepção do Pacto de São José da Costa Rica¹⁸⁴ e a garantia do tempo razoável de duração do processo passou a ser assegurada constitucionalmente com a Emenda Constitucional n.º 45, promulgada em 08 de dezembro de 2004, coordenado para a finalidade de descongestionar a Justiça brasileira e que está intimamente relacionada à existência de um novo padrão de procedimento judicial. Para que a morosidade do Poder Judiciário seja aplacada é preciso que ocorra a simplificação das normas processuais baseada na conciliação da efetividade com a segurança jurídica, de modo que a falibilidade da tutela jurisdicional não se faça presente e tampouco se aniquilem as garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

A Emenda Constitucional n.º 45/2004 vedou a concessão de férias coletivas no Poder Judiciário e a promoção de juiz que mantenha os autos em seu poder além do prazo legal, exigiu a distribuição automática dos processos e que o número de juízes seja proporcional à efetiva demanda e respectiva população, criou a súmula vinculante, o procedimento de uniformização jurisprudencial e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem sido essencial no processo de reforma administrativa de todo o judiciário, entre tantas outras alterações realizadas pela referida emenda à Constituição Federal.

Em sintonia com a Emenda Constitucional n.º 45, várias alterações legislativas ocorreram, mas, conforme já mencionado, estas alterações são insuficientes para o desenvolvimento do processo em tempo razoável, é preciso que também ocorra a simplificação do procedimento. Rafael Costa Fortes¹⁸⁵ afirma que "as autoridades brasileiras perceberam que a modernização do judiciário não pode se pautar unicamente na mudança das leis" e que "deve-se também perquirir na alteração da postura dos operadores e administradores do judiciário, na mudança estrutural com o uso de novas técnicas e tecnologias de resolução de conflito".

¹⁸⁴ Art. 8.º - Toda pessoa tem o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei.

¹⁸⁵ FORTES, Rafael Costa Fortes. **Informatização do judiciário e o processo eletrônico**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/14101/informatizacao-do-judiciario-e-o-processo-eletronico>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

Neste contexto surgiu o processo eletrônico, trazendo facilidades no decorrer do procedimento e respostas mais rápidas e justas ao jurisdicionado, possibilitando o aumento da celeridade da comunicação e transmissão dos atos processuais e tramitação dos feitos e, em consequência, proporcionando uma prestação jurisdicional mais rápida e, principalmente, mais eficaz.

O processo eletrônico possibilita a consulta aos autos do processo simultaneamente por advogados, magistrados e partes; dispensa uma série de atos administrativos judiciais, a exemplo da juntada de documentos e o traslado dos autos; extingue as infundáveis buscas por autos perdidos; assim como reduz os custos com material, possibilitando que a maior parte dos investimentos seja convertida em equipamentos de informática e serventuários da Justiça.

O peticionamento das partes no processo sofre uma grande alteração com o advento da Lei n.º 11.419/06, uma vez que não precisará de servidores das entidades judiciárias para protocolar as petições, a juntada dessas, deixa de ser ato humano, e passar a ser um ato automático. A petição é recebida automaticamente no juízo competente, aonde receberá identificação numérica, podendo ser imediatamente analisada pelos assessores do Magistrado, os quais poderão selecionar uma proposta de despacho, que será analisada pelo Magistrado e assinada digitalmente pelo mesmo. Importa salientar que esta peça processual pode ser acessada de qualquer lugar pelas partes do processo bem como ser analisada, despachada e assinada digitalmente pelo Magistrado de qualquer lugar que esteja.

A comunicação processual de forma eletrônica é uma alteração capaz de causar significativa economia temporal. No processo físico, a citação ou intimação dependia, em sua ampla maioria, do regular funcionamento do serviço postal, o qual, não eventualmente, sofria com extravios de documentos além de greves por grandes períodos. Em caso de comunicação via oficial de justiça, meio extremamente moroso, em virtude do volumoso número de mandados a serem cumpridos e reduzido número de profissionais para fazê-lo. Deve-se considerar também que, não raro, o destinatário da citação/intimação acaba ocultando-se maliciosamente, o que contribui para o insucesso da diligência, ou, quando for possível, a sua realização com hora certa, no aumento dos custos e da demora processual. Como as citações e as intimações não mais dependem de outros meios que não o eletrônico, reduz-se o tempo para que o

ato de comunicação processual se efetive e, em consequência, também se reduz o tempo de contagem de prazos, já que seu termo inicial ocorre na data em que houver o acesso ao sistema (portal do Tribunal).

Quando o advogado, ou a parte interessada consultar o portal do Tribunal, terá ciência de todas as intimações em seu nome que constarem no portal, e é considerada a data da efetiva ciência para a contagem dos prazos. No caso de ter sido publicada a intimação, e não ter sido realizada consulta no portal, o prazo começará a ser contado após 10 (dez) dias de sua publicação.

Clementino¹⁸⁶ elucida que, no tocante às empresas contribuintes, poder-se-ia estabelecer a exigência de indicação de endereço eletrônico para as empresas com faturamento acima de limite a ser fixado, combinando com critérios como número de empregados, dentre outros, de modo a alcançar, em um primeiro momento, apenas as empresas de médio e grande porte. Dessa forma, a citação nas execuções fiscais, por exemplo, seria muito mais célere, o que também propiciaria ao executado a oportunidade de melhor e mais rapidamente defender-se contra eventual ação ilegítima do Estado. Além disso, sabe-se que muitas vezes a demora na atuação do Fisco em cobrar seus créditos pode torná-los insuscetíveis de pagamento, em razão dos índices de correção utilizados e encargos incidentes, problema que seria minimizado com a adoção da via eletrônica, tanto para as cobranças administrativas, quanto judiciais.

A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos do processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretária judicial, situação em que a atuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

É o fim da remessa e retorno de autos às instâncias superiores, os quais normalmente demandava excessivo tempo pois após pagas as devidas taxas de porte de remessa e de retorno, os autos do processo eram enviados à instância superior, depois recebido, distribuídos e só então analisados. Acaso fosse constatado que faltava algum documento, os autos eram devolvidos ao Tribunal de origem e,

¹⁸⁶ CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico**. Curitiba: Juruá, 2007. p.155.

solucionada a pendência, novamente enviados. No processo eletrônico, paulatinamente, todos os tribunais de instância inferior terão seus processos físicos digitalizados e os novos processos já em meio eletrônico o que possibilitará o envio de recursos e feitos para apreciação das instâncias superiores, não mais na forma física, mas sim em arquivos digitais. Portanto, o processo físico permanece no tribunal de origem, aguardando o julgamento do recurso, cujos autos foram enviados digitalmente aos Tribunais Superiores. Estes, por sua vez, quando proferem seus julgados, apenas devolvem ao Juízo *a quo* os seus veredictos, também na forma informatizada.

Um dos grandes benefícios de toda essa modernização é a rapidez com que os processos chegam aos gabinetes dos ministros, já que os feitos lhes são enviados na forma digitalizada, não mais havendo a necessidade de remessa dos autos (físicos) para Brasília-DF, local onde são sediados o STJ e o STF.

O sistema e-Proc, utilizado pela Justiça Federal da 4.^o Região, por exemplo, em 07 de janeiro de 2013, expediu a resolução n.^o 2/2013, tornando obrigatória a interposição dos agravos de instrumento incidentais a processos físicos em meio eletrônico. Referida resolução assim dispõe:

RESOLUÇÃO N.º 2, DE 07 DE JANEIRO DE 2013.

Altera a Resolução n.^o 17/2010, que regulamenta o processo judicial eletrônico – eprocv2 – no âmbito da Justiça Federal da 4.^a Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.^a REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista constante no Processo Administrativo n.^o 10.1.000011595-1, *ad referendum* da Corte Especial resolve:

Art. 1.^o Acrescentar na Resolução n.^o 17/2010 o artigo 43-A que segue:

Art. 43 A Os agravos de instrumento incidentais a processos físicos da Justiça Federal serão interpostos, a partir de 01/02/2013, pela parte agravante, em meio eletrônico.

§ 1.^o A interposição eletrônica do agravo, no sistema e-Proc de segundo grau, dispensa a juntada da cópia do agravo nos autos do processo originário.

§ 2.^o A parte agravante instruirá a petição inicial do agravo, anexando digitalmente os documentos determinados no artigo 525, I e II do Código de Processo Civil.

§ 3.^o Distribuído o agravo no Tribunal, o órgão processante providenciará, se necessário, a adequação do registro de partes e do advogado do agravado.

§ 4.º O sistema lançará automaticamente registro na movimentação processual dos autos originários (Siapro), informando a distribuição do agravo com a indicação do respectivo número.

§ 5.º A comunicação da interposição do agravo, bem como as decisões nele proferidas, serão feitas eletronicamente à vara de origem no painel do diretor de secretaria, que adotará as providências cabíveis.

§ 6.º Aplica-se aos agravos eletrônicos disciplinados no caput o disposto no artigo 47 desta resolução.

As cartas precatórias, rogatórias e de ordem, se cumpridas de forma eletrônica, haverá um ganho imensurável em tempo e até mesmo em economia. Afinal, não há a necessidade de se fazer autos complementares nem o dispêndio de tempo que era gasto para que essas cartas fossem efetivamente cumpridas.

Algumas das vantagens do processo digital enumeradas acima demonstram a possibilidade de uma tutela jurisdicional mais célere e, conseqüentemente, eficaz, principalmente porque elimina a burocracia desnecessária e o "tempo neutro" do procedimento (quando os autos ficam aguardando a prática de determinados atos físicos, como a autuação da petição inicial, a juntada de documentos, a remessa dos autos, etc.), que é um dos entraves do processo tradicional. Afinal, segundo números divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 70% do tempo de tramitação de um processo se perde no vai e vem de papéis entre gabinetes, protocolos e cartórios (juntadas, carimbos, certidões e movimentações físicas dos autos)¹⁸⁷.

O que se pretende com o processo eletrônico é que a atividade jurisdicional e os procedimentos empregados sejam melhor otimizados, de forma a tornarem-se mais eficazes, sem prejuízo da finalidade de atingir seus objetivos. O processo eletrônico determinará paulatinamente o descongestionamento da Justiça, simplificação dos ritos, transparência dos procedimentos e completa revisão do modelo obsoleto.

4.6 RESULTADOS ALCANÇADOS

Alexandre Rodrigues Atheniense, ex-presidente da Comissão de Tecnologia

¹⁸⁷ ZAMPIER, Débora. **Novo sistema pode reduzir em até 70% o tempo de tramitação de processo na justiça**. Disponível em: <http://www.aasp.org.br/aasp/imprensa/clipping/cli_noticia.asp?idnot=10103>. Acesso em 04 jul 2011.

da Informação do Conselho da OAB (2001-2010) informa que nos quatro anos de vigência da Lei n.º 11.419, tem-se "4% dos autos em trâmite nos tribunais brasileiros integralmente digitalizados e uma economia de tempo em torno de 40% neste novo cenário"¹⁸⁸.

A inserção do processo eletrônico no cenário nacional traz a ideia de um novo sistema procedimental que, por possibilitar um processo mais rápido e com um custo financeiro menor, proporciona ao jurisdicionado uma tutela mais eficaz que a proporcionada pelo processo tradicional.

Este entendimento de que o processo digital traduz-se como uma política pública que proporciona maior eficácia do Poder Judiciário é salientada por inúmeros profissionais do Direito. Carlos Henrique Abrão entende que "a grande transformação do processo eletrônico traz repercussão incomensurável no procedimento cível, eliminando volumes, reduzindo gastos desnecessários, evitando deslocamentos, consultas em balcão, pedidos de cópias, de vista dos autos, eis que doravante, com a implementação do sistema eletrônico, tudo será acessível pela consulta realizada"¹⁸⁹.

Walter Nunes¹⁹⁰, membro do Conselho Nacional de Justiça, salienta que o processo eletrônico tem uma tramitação mais segura que a dos processos em papel e acaba com um dos principais problemas da tramitação física: a retirada dos autos dos cartórios. Afirma também que a nova realidade imposta pelo processo eletrônico "não é apenas a mudança de papel para a mídia eletrônica, é a automação do serviço jurisdicional, eliminando a fase humana. É enfrentar a questão que resulta na morosidade, que é a burocracia".

O balanço após quase quatro anos de funcionamento do processo eletrônico no TRT da 13.^a Região é bastante entusiasmante, uma vez que houve um crescimento considerável das demandas atendidas na localidade. Os prazos médios de tramitação entre a instauração do processo e a primeira audiência foram reduzidos em trinta e seis dias, o que para muitos não representa nada, mas para aqueles que esperam e necessitam da agilidade da Justiça, representa uma vida. O prazo

¹⁸⁸ ATHENIENSE, Alexandre. **Avanços e entraves do processo eletrônico na justiça**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-dez-16/retrospectiva-2010-avancos-entraves-processo-eletronico-justica>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

¹⁸⁹ ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.83.

¹⁹⁰ ZAMPIER, Débora. **Novo sistema pode reduzir em até 70% o tempo de tramitação de processo na justiça**. Disponível em: <http://www.aasp.org.br/aasp/imprensa/clipping/cli_noticia.asp?idnot=10103>. Acesso em: 04 jul. 2011.

de conclusão para despacho era de três a cinco dias, enquanto que agora é de vinte e quatro horas. O decurso de tempo entre o despacho e cumprimento era de dois a quatro dias, agora é de vinte e quatro a quarenta e oito horas, um recorde quando se refere à Justiça.¹⁹¹

O juiz Marcelo Bertasso, da 2.^a Vara Cível de Umuarama, autointitula-se como "um entusiasta do Projudi". Com o sistema, ele já conseguiu concluir um processo em oito dias – desde o momento em que a petição foi protocolada até a sentença ser proferida. Se fosse em um processo físico, uma ação civil pública semelhante àquela que ele julgou em praticamente uma semana, levaria, em média, sete meses para ser concluída, de acordo com o juiz.¹⁹²

O STJ foi o primeiro tribunal nacional a extinguir integralmente o processo em papel, ao desenvolver um sistema no qual todas as fases de tramitação são feitas por meio eletrônico, desde a entrada do processo, passando pela distribuição, decisão até a sua publicação no Diário de Justiça eletrônico (e-STJ). Com esta iniciativa, o STJ deu início a um efeito dominó positivo, pois os tribunais de segunda instância não têm como guardar os processos em papel que estão sendo devolvidos pelo STJ e já estão digitalizando os processos e partindo para a sua própria virtualização.

Os ministros do STJ¹⁹³ são unânimes em salientar as vantagens do processo eletrônico. O ministro Luis Felipe Salomão afirmou ter percebido que houve "para prestação da justiça uma melhora muito grande, não só em termos de celeridade, mas de segurança, de um melhor controle dos processos dentro do gabinete". Esta opinião é compartilhada pelo ministro Castro Meira, o qual observa que "a remessa física dos processos tradicionais e, em muitos casos, a sua localização implicava em perda de tempo que hoje pode ser aproveitada em sua análise, permitindo melhor controle e, também, melhor qualidade técnica das próprias decisões". Os ministros salientam também que enquanto o processo físico leva aproximadamente cem dias para ser

¹⁹¹ Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10361&revista_caderno=21>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹⁹² Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/conteudo.phtml?id=1294440>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

¹⁹³ BRASIL. STJ. **Processo eletrônico conquista magistrados e advogados, mas ainda tem desafios**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101488&utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed:+STJNoticias+\(STJNoticias\)](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101488&utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed:+STJNoticias+(STJNoticias))>. Acesso em: 04 jul. 2011.

distribuído, o processo eletrônico chega ao gabinete do relator em apenas seis dias, em função da eliminação das chamadas fases mortas do processo. O processo eletrônico também proporcionou importantes benefícios para administração do STJ: expressiva redução de atestados médicos de servidores, principalmente em decorrência de alergias, problemas respiratórios e dores da coluna provocadas pelo manuseio e transporte de pilhas de processos em papel, já que há maior limpeza e organização do ambiente de trabalho.

Com esta iniciativa o Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹⁹⁴ já alcançou os seguintes resultados relatados no Portal do STF:

- antes da virtualização, a distribuição dos processos aos relatores levava sete dias; hoje, se faz numa fração de segundos, uma vez que o sistema eletrônico elimina todos os procedimentos (recebimento, transporte do processo internamente) que não fazem parte do rito processual;
- antes, da saída do processo do tribunal de origem até chegar ao STJ e estar pronto para a distribuição ao ministro-relator levava-se seis meses. Com o projeto integralmente implementado, ou seja, com todos os tribunais encaminhando o processo por meio eletrônico, o tempo de seis meses cai para seis dias;
- o STJ gastou R\$ 1,7 milhão, em 2008, com *toner* e cartuchos para impressoras; R\$ 613 mil com papel e R\$ 6,9 milhões com serviço de postagem. Estes gastos estão sendo drasticamente reduzidos, principalmente em relação ao serviço de postagem, pois aos poucos deixa de existir processos em papel para serem reencaminhados aos tribunais de origem;
- em média, tramitam pelo STJ 300 mil processos por ano. Em papel, isso equivale a 113 milhões e 100 mil folhas, totalizando 538,6 toneladas produzidas a partir do corte de 26 mil a 32 mil árvores de eucalipto, com o gasto aproximado de 54 milhões de litros de água e 2,7 milhões kWh de energia. O processo eletrônico põe fim a esse processo oneroso ao meio ambiente.

No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apenas a utilização do

¹⁹⁴ Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verConteudo.php?sigla==portalStfCooperacao_pt_br&idConteudo=190769&modo=cms>. Acesso em: 8 jun. 2012.

Diário Oficial de Justiça eletrônico deixou de gastar 17 toneladas de papel, uma tiragem média de 10 mil exemplares, o que poupa 40 árvores por edição, segundo o critério da ONG ambiente Brasil, que estima que cada 50 quilos de papel economizado equivale a uma árvore¹⁹⁵.

Apesar das vantagens já mencionadas, a ministra Nancy Andrighi¹⁹⁶ faz um alerta: "é o fim do papel, mas não da cruel espera". E segue convocando todos para fazerem uma reflexão sobre o processo eletrônico que, em suas palavras, "está longe do sentimento de aversão às novidades tecnológicas que infelizmente ainda domina o Judiciário brasileiro".

A advertência feita pela Ministra Nancy Andrighi tem fundamento. Já foi relatado que apenas mudanças legislativas não são capazes de viabilizar um processo que cumpra com as garantias cívicas constitucionalmente previstas de acesso à justiça e de efetividade do processo; é preciso também que ocorram mudanças na sistemática procedimental, erradicando burocracias e simplificando o procedimento. Mencionado também que o processo eletrônico foi instituído justamente com o objetivo de promover estas necessárias mudanças na sistemática procedimental. Surge, agora, um terceiro fator a ser analisado: é preciso ultrapassar as barreiras para a implementação do processo eletrônico a nível nacional, sem o que a expectativa da garantia do tempo razoável do processo e da eficácia da tutela jurisdicional estarão comprometidas.

4.7 PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS ATUALMENTE

O processo eletrônico surge no Brasil, de maneira irreversível, trazendo modernidade ao Direito Processual e a expectativa de um processo célere e eficaz. Ocorre que, desde a promulgação da Lei n.º 11.419/2006, muitos problemas

¹⁹⁵ Disponível em: <http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=172>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

¹⁹⁶ BRASIL. STJ. **Processo eletrônico conquista magistrados e advogados, mas ainda tem desafios**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101488&utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed:+STJNoticias+\(STJNoticias\)](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101488&utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed:+STJNoticias+(STJNoticias))>. Acesso em: 04 jul. 2011.

surgiram, vez que, por óbvio, o processo digital não está imune a falhas; estes problemas dificultam a integração do texto legal à nossa realidade.

A informatização do Poder Judiciário exige a superação de preconceitos, a mudança da mentalidade dos profissionais do Direito, a inclusão social e digital e a solução para os problemas apresentados.

É necessário que sejam feitos grandes e constantes investimentos em segurança das informações que são transmitidas e armazenadas nos sistemas de processo eletrônico contra hackers, vírus, espionagem digital e violação de sigilo das informações, entre outros. Também são maciços os recursos financeiros necessários para viabilizar a infraestrutura exigida pelo processo digital (*scanners*, certificados digitais, capacitação das pessoas que interveem no sistema, etc.).

Deste modo, pode-se verificar que o problema crucial do processo eletrônico está mais na carência de recursos materiais e humanos do que nas deficiências legais, pois para que o setor seja eficiente é necessário que este identifique na relação entre as partes uma fonte potencial de aperfeiçoamento. É analisando as falhas e problemas que se pode melhorar e avançar, não somente nos aspectos técnicos, mas também materiais e pessoais.

É importante que todos os profissionais do Direito tomem consciência da necessidade de inserir os meios eletrônicos em suas atividades e se adaptem a esta nova realidade do processo judicial. Não basta simplesmente digitalizar os documentos e o texto convencional. É preciso criar um novo estilo de escrita: mais objetiva e econômica e que utilize recursos que facilitem a leitura e compreensão do documento eletrônico, como, por exemplo, no lugar de jurisprudências longas, pode-se indicar o link que, se for da vontade do Magistrado, irá baixar o acórdão que o peticionário deseja chegar ao conhecimento do mesmo. O empenho dos operadores do Direito é que fará a diferença entre o fracasso e o sucesso do processo digital e por isto é que, ultrapassado período de adaptação, convencidos da segurança do sistema através de conhecimentos básicos da tecnologia, necessário é adquirir um certificado digital e habilitar-se nos sistemas do processo eletrônico, além de buscar capacitar-se para utilizar os vários sistemas que atualmente existem.

A falta de unificação do processo eletrônico é outro problema que vem

sendo enfrentado. Há mais de 40 diferentes sistemas processuais digitais no país. Isto porque, a lei 11.419, em seu artigo 18, permitiu que cada tribunal pode regulamentar a lei dentro de sua própria jurisdição. O Conselho Federal da OAB é contra esta disposição, e um dos motivos pelo qual propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, cuja tramitação está parada no Supremo Tribunal Federal.

Para Alexandre Atheniense¹⁹⁷, quando a lei preceitua que os tribunais podem regulamentar, é muito tênue a linha que separa o que é passível de regulamentação e, normalmente quem decide as mudanças no sistema do processo eletrônico são os técnicos dos tribunais, os quais não possuem formação processual e acabam por criar rotinas sistêmicas de práticas processuais, que em muitas vezes estão em conflito com a legislação vigente.

O sistema e-Proc é o sistema de processo eletrônico do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região que obteve o primeiro lugar, no ano de 2005, no VIII Prêmio Conip de Excelência em Informática Aplicada aos Serviços Públicos Excelência em Informática Pública Aplicada aos Serviços Públicos. Essa é considerada a mais importante premiação de informática pública do país. O TRF venceu na categoria Iniciativas de Sucesso, a principal das três modalidades. Por ter obtido o primeiro lugar, o tribunal foi convidado para apresentar o e-proc no Canadá, representando o Brasil em âmbito internacional¹⁹⁸. O sistema foi criado no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região em março de 2004, desenvolvido pelos próprios serventuários da Justiça Federal. Atualmente, pode-se afirmar que é o melhor sistema dentre os atuantes.

Para Alexandre Nester¹⁹⁹:

não há dúvidas que o e-Proc consistem em um sistema eficiente que uniformiza e racionaliza o processo judicial de uma forma nunca antes experimentada. A iniciativa e o esforço pioneiro do TRF da 4.^a Região na sua implementação merecem aplausos e, mais do que isso, a colaboração de todos os operadores do Direito, especialmente dos advogados. Porém, existem questões que merecem alguma reflexão na medida em que

¹⁹⁷ ATHENIENSE, Alexandre. Processo eletrônico: um avião que vamos ter que consertar em pelo voo. **Jornal da Ordem**, Paraná, n.163, ago. p.9, 2012.

¹⁹⁸ Disponível em: <<http://www2.jfrs.jus.br/?p=750>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

¹⁹⁹ NESTER, Alexandre Wagner. **Questões polêmicas sobre o processo eletrônico na justiça federal**. Disponível em: <<http://www.justen.com.br/informativo.php?&informativo=35&artigo=19&l=pt>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

afetam de forma direta (e não tão positiva) a atuação dos advogados que militam na Justiça Federal.

O primeiro problema destacada pelo autor diz respeito às restrições impostas pela regulamentação do TRF4 no que concerne a anexação de arquivos no sistema. Estabelece o art. 12 do provimento 01/2004 do TRF4, que por necessidade técnica os documentos anexados aos processos poderão ter seu tamanho e formato limitados, observado o princípio do acesso à Justiça. Para os processos do Juizado Especial foi fixado o limite máximo de 350 Kb por arquivo e para o rito ordinário o limite de 500 Kb. Este tipo de restrição é amplamente utilizada por vários sistemas de processo eletrônico sob a justificativa de não prejudicar o acesso à justiça, vez que um tamanho muito pesado do arquivo só poderia ser aberto em locais detentores de internet banda larga e já se viu que esta não é a realidade brasileira²⁰⁰.

O autor destaca que essas restrições exigirão habilidade dos advogados para elaboração das petições de forma objetiva e organização dos documentos de modo a se excluir aqueles que não forem absolutamente necessários. Porém, há casos em que a juntada de documentação extensa é imprescindível e outras situações onde a natureza ou o estado de conservação do documento pode comprometer a sua legibilidade. Nestes casos, a solução para evitar limitação ao acesso à justiça esta na própria lei do processo eletrônico, em seu art. 11, § 5.º: "os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio da petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado". Depreende-se que a lei garante o direito ao protocolo físico de documentos, desde que haja inviabilidade técnica de sua digitalização.²⁰¹

A segunda questão refere-se à intimação dos atos processuais

²⁰⁰ NESTER, Alexandre Wagner. **Questões polêmicas sobre o processo eletrônico na justiça federal**. Disponível em: <<http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=35&artigo=19&l=pt>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

²⁰¹ NESTER, Alexandre Wagner. **Questões polêmicas sobre o processo eletrônico na justiça federal**. Disponível em: <<http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=35&artigo=19&l=pt>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

interlocutórios. Prevê o art. 10 do Provimento 01/2004 do TRF4 que:

a citação/intimação será publicada eletronicamente pelo sistema na tela do citado/intimado, após a geração do evento respectivo por servidor habilitado, correndo os prazos da seguinte forma: I – o termo inicial do prazo decorrente de citação se dará quando do acesso ao sistema pelo representante legal da entidade ré; II – o termo inicial do prazo decorrente de intimação se dará quando do acesso ao processo pelo representante legal do intimado; III – se o usuário não acessar o sistema, no caso de citação, ou o processo no caso de intimação, no prazo de 10 (dez) dias será considerado citado/intimado automaticamente.

Denota-se que no e-Proc, as intimações são feitas por meio do sistema eletrônica, dispensando a publicação em Diário de Justiça e, até mesmo, no Diário de Justiça Eletrônico. Cabe, portanto, ao advogado a iniciativa de promover periódica consulta ao sistema para tomar ciência das intimações existentes em seu nome, sob pena de a intimação ser considerada realizada no décimo dia da disponibilização da informação. Disposição temerária a eliminação da garantia de recebimento das intimações por meio Diário de Justiça, eletrônico ou não, vez que se tratava de via que garantia a ciência inequívoca da intimação.

Nester enaltece que ambas as questões delegam ao advogado o ônus de diligenciar para que o processo eletrônico atinja o seu objetivo. A responsabilidade do advogado aumenta no momento de elaborar e organizar as petições, como também durante o processo, na vigilância permanente dos andamentos processuais – o que se agrava muito no caso dos advogados detentores de uma considerável plêiade de demandas e que são compelidos a efetuar o acompanhamento pessoalmente, tarefa que era terceirizada no caso de intimação pelo Diário de Justiça. Para o autor, a primeira disposição se justifica levando-se em conta a questão do acesso à justiça – um dos escopos do processo eletrônico. Entretanto há que se ponderar se a eliminação das intimações via Diário de Justiça, e a redução deste custo (que no caso do Diário eletrônico é imensamente reduzido), compensaria a dificuldade prática imposta aos advogados a qual poderá culminar em perda de prazos fatais com prejuízos muito maiores às partes. Possivelmente a intimação pelo Diário de Justiça Eletrônico, a qual já acarreta sensível economia de tempo e dinheiro, se traduz no meio de comunicação mais adequado e seguro aos objetivos de eficácia buscados

pelo processo eletrônico.²⁰²

Na Justiça Comum o Conselho Nacional de Justiça inicialmente desenvolveu e distribuiu gratuitamente aos tribunais de todo o país o sistema denominado PROJUDI. Era para ser um sistema eletrônico que dispensa o uso de papel em todas as fases de tramitação dos processos, no qual é possível protocolar documentos e peças processuais e acompanhar o andamento dos processos de qualquer lugar e em qualquer horário, por meio da internet. No entanto, na prática o que se vê são quedas constantes e indisponibilidade do sistema devido à sobrecarga de acessos e também a problemas técnicos, que geram lentidão e percalços na vida do advogado, já que as determinações de prorrogação dos prazos demoram.

Assim como no e-Proc, no Projudi também há limitação no envio de arquivos de no máximo um megabyte por vez, além de não serem aceitos pelo sistema, arquivos de vídeo ou imagem, os quais precisam ser apresentados em CD.

Segundo o juiz Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, supervisor geral de informática e comunicação do Tribunal de Justiça do Paraná, o problema, na maioria das vezes, é da rede e não do sistema e que melhorias estão sendo implantadas neste sentido, substituindo a empresa Brasil Telecom pela Copel, que vai fornecer um serviço feito por meio de fibra óptica. Guerra acrescenta, também, que alguns dos recentes problemas no sistema não foram por falhas na rede, mas devido à troca de máquinas para a ampliação da capacidade, o que, segundo ele, representa melhorias a longo prazo.²⁰³

Cumpre salientar ainda que, no Estado do Paraná, referido sistema só funciona de modo eletrônico em primeira instância. Portanto, em caso de recorrer para a segunda instância será necessário imprimir o processo inteiro para remetê-lo ao Tribunal de Justiça. E pior, no caso de autos subirem para o STJ ou STF, ele deve ser novamente digitalizado integralmente vez que nestas esferas ele tramita novamente por meio eletrônico. Este processo desvirtua totalmente o cerne do processo eletrônico, acaba com a economia de tempo, de papel, e com a paciência dos operadores do sistema. A promessa é de quem em outubro do corrente ano, o

²⁰² NESTER, Alexandre Wagner. **Questões polêmicas sobre o processo eletrônico na justiça federal**. Disponível em: <<http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=35&artigo=19&l=pt>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

²⁰³ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/conteudo.phtml?id=1294440>>. Acesso em 19 fev. 2013.

meio eletrônico será adotado pela segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Contrariando o disposto na lei do processo eletrônico, o TJPR não disponibiliza serviço técnico especializado para resolver as dúvidas nem de equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais. Guerra se defende aduzindo que o serviço existe, mas está sobrecarregado. As dúvidas podem ser tiradas pelo telefone (41) 3200-4002. Para melhorar o serviço prestado o supervisor afirma que foram chamados 80 profissionais da área de informática, entre os quais, alguns vão compor a equipe de um *call center* para tirar dúvidas sobre o Projudi. Haverá, ainda, profissionais em plantão 24 horas para monitorar o sistema. Não há ainda prazo definido para esta implantação destas inovações.²⁰⁴

O Estado do Paraná começou a utilizar o Projudi em 2007. Foi um dos Estados escolhidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para testar o programa. No entanto, afirma Guerra, após sucessivas alterações e atualizações, hoje sobrou praticamente apenas o nome do que era aquele sistema inicial.

Atualmente, o CNJ lançou outro sistema denominado PJe – Processo Judicial Eletrônico. Foi lançado em 2011 com o fito de harmonizar os sistemas de processo eletrônico em todos os tribunais. O ex-presidente do TJPR, Miguel Kfoury, não se mostrou receptivo à mudança. Para ele, o PJe está em fase inicial, enquanto o Projudi está muito a frente. "Eles ainda não têm bem noção do tamanho que o processo eletrônico já atingiu aqui no Paraná".²⁰⁵ Em 07 de fevereiro de 2013, o Projudi ultrapassou a marca de 1.500.000 de processos cadastrados.²⁰⁶

Para Alexandre Atheniense, o Projudi está morto! Já foi decretada a certidão de óbito do Projudi, na sede do Conselhor Federal, pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2011. Para o advogado:

trata-se de um sistema que já deu o que tinha que dar, foi criado dentro do que era possível em termos de rotinas processuais há quatro, cinco anos, e chegou num limite que não há como prosperar, tanto é que o Projudi

²⁰⁴ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/conteudo.phtml?id=1294440>>. Acesso em 19 fev. 2013.

²⁰⁵ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/conteudo.phtml?id=1294440>>. Acesso em 19 fev. 2013.

²⁰⁶ Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/projudi/>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

vem sendo substituído em diversos tribunais pelo PJe. Não haverá a perda de informação, que será hiperoperável com o novo sistema, e essa mudança vai acontecer para poder alcançar outras rotinas processuais que o Projudi não alcançou.²⁰⁷

As limitações do Projudi se devem ao fato do sistema ter sido criado a partir da experiência de um sistema do Tribunal de Justiça da Paraíba. Os técnicos que desenvolveram o sistema foram chamados pelo CNJ e criaram o Projudi, o qual foi distribuído para diversos Tribunais de Justiça a fim de implantar o processo eletrônico. Entretanto, o estudo foi baseado na realidade de um estado pequeno e não houve testes suficientes para a recepção de um grande volume de dados. "Então, esse sistema vem sendo remendado com atualizações, mas, pela linguagem, pela estrutura com que foi feito, já está ultrapassado."²⁰⁸ Portanto, para Atheniense, o Tribunal de Justiça do Paraná terá que converter para o novo sistema. Não se sabe quanto, mas a mudança é certa.

Também existe: o sistema e-Doc²⁰⁹ que tramita em todas as Varas do Trabalho dos vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde, através da internet, se tem a possibilidade de enviar petições, documentos e recursos sem a necessidade da apresentação posterior dos documentos originais – atualmente substituído pelo PJ-e.

O e-STF é um programa institucional do Supremo Tribunal Federal que define estratégias e ações coordenadas para a consolidação do processo judicial eletrônico na Corte. O programa estabelece uma agenda de trabalho que inclui desenvolvimento de tecnologia, edição de atos normativos e parcerias institucionais. Seu objetivo é aproximar, integrar e inserir todos os agentes envolvidos (partes, advogados, Tribunais, PGR, AGU, defensorias e procuradorias, dentre outros), para uma gestão judiciária automática, simples, acessível, inteligente e, sobretudo, mais célere e mais econômica.

E-STJ – é o meio eletrônico utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça para tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, que permite o peticionamento eletrônico e a visualização dos autos do

²⁰⁷ ATHENIENSE, Alexandre. Processo eletrônico: um avião que vamos ter que consertar em pelo voo. **Jornal da Ordem**, Paraná, n.163, ago., p.8, 2012.

²⁰⁸ ATHENIENSE, Alexandre. Processo eletrônico: um avião que vamos ter que consertar em pelo voo. **Jornal da Ordem**, Paraná, n.163, ago., p.8, 2012.

²⁰⁹ Disponível em: <<http://www.jt.jus.br/sistema/edoc/>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

processo eletrônico pela Internet. O escopo do programa vai além da digitalização dos processos. Em linguagem didática, a proposta é tornar eletrônicas todas as fases ou momentos do processo: (a) o peticionamento, (b) a tramitação, (c) as comunicações e (d) a finalização.

Conforme se percebe, atualmente os advogados são obrigados a lidar com uma ampla variedade de sistemas de peticionamento eletrônico (Projudi, e-Saj, e-Pet, e-Doc, e-Proc, Pej, dentre outros) sendo que todos são operacionalizados de forma distinta, situação que dificulta enormemente a adaptação e inclusão dos advogados, comprometendo o exercício da advocacia bem como a garantia do acesso à justiça.

Paralelamente, sabe-se que é função do Conselho Nacional de Justiça – CNJ identificar os gargalos e ditar medidas, solucionar conflitos, expedir normas e encontrar soluções para minimizar dúvidas na aplicação da lei e proporcionar maior efetividade na aplicação da Lei n.º 11.419/2006 e este conselho não tem medido esforços para cumprir com suas funções. Por isto é que, para dirimir os problemas advindos da adoção de diversos sistemas distintos para uma mesma prática processual (várias habilitações, diversas senhas e a necessidade de adaptar-se em cada um dos sistemas processuais, além do risco de retrocesso como o ocorrido nos idos de 1930 quando cada tribunal tinha seu próprio "código de processo"), o CNJ, em parcerias com os tribunais, desenvolveu e lançou, no dia 21/06/2011, o Programa Judicial Eletrônico (PJe) como o sistema que promete harmonizar e unificar a tramitação de processos em toda a Justiça brasileira, seja ela Federal, Estadual, Eleitoral ou do Trabalho. A proposta do PJe é ser o sistema nacional único de tráfego de dados judiciais. Dos 91 tribunais de todo o Brasil, 50 assinaram o protocolo para o uso do novo sistema.²¹⁰

De acordo com o CNJ, não há regra que imponha o uso do PJe nas cortes locais, mas, daqui para a frente, aquelas que quiserem manter seus próprios sistemas serão obrigadas a fazer com que eles se comuniquem com a plataforma do PJe. O CNJ é o responsável pela manutenção e atualizações necessárias no Programa Judicial Eletrônico, de modo que os tribunais não precisarão empenhar

²¹⁰ ZAMPIER, Débora. **Novo sistema pode reduzir em até 70% o tempo de tramitação de processo na justiça**. Disponível em: <http://www.aasp.org.br/aasp/imprensa/clipping/cli_noticia.asp?idnot=10103>. Acesso em: 04 jul. 2011.

tempo nem dinheiro para o funcionamento deste sistema.

Já se sabe que o novo sistema desenvolvido padece de mazelas já existentes nos sistemas atuais. Um deles é a comunicação dos atos processuais por meio de portais dos tribunais, e não do Diário de Justiça Eletrônico. Esta opção atinge a publicidade e a transparência que existem quando estes atos são publicados no Diário de Justiça Eletrônico. Em caso de uma publicação equivocada (o que não é raro), há possibilidade se efetuar prova ampla em virtude desta publicidade. O que já não acontece no caso da publicação feita através do Portal, do qual só se tem acesso através de *login* e senha ou de certificado digital, dificulta a prova pública do equívoco, que só pode ser comprovada mediante lavratura de ata notarial, o que gera custos e mais percalço na vida do advogado.

Em recente assembleia organizada pelos advogados trabalhistas, principais usuários do sistema PJe, vez que o mesmo foi adotado em toda a Justiça do Trabalho, foram apresentadas como principais reivindicações: não se pode incluir mais advogados na contestação; CEP com base de dados antigos; falta de resposta do 0800 e do telefone do TRT para dar a solução do problema; desconhecimento por parte dos serventuários; exigência de colocar assunto com códigos; editor de texto ruim; redesignação da pauta em cima da hora; documentos e movimentação processual fora de ordem e com informações equivocadas; impossibilidade de personalizar; o sistema não está completo, só opera com 30 % e não ampara a fase de execução do processo; requerer o protocolo da inicial e da contestação no Escritório Digital para garantir prazo em casa de problemas no sistema e demora para designar audiência (6 meses).

Outra questão de relevo e que não é recente, pelo contrário, vigora desde 2009 e se traduz como verdadeira excrescência em tempos de processo eletrônico, é a exigência, do Tribunal Superior do Trabalho, que o pagamento das custas judiciais seja efetuada no próprio banco e em dinheiro. Não se admite o pagamento pela internet, sob pena de não ter validade o pagamento e o recurso não ser recebido. Ou seja, todas as etapas do processo são efetuadas por meio eletrônico, todavia na hora do pagamento da taxa, este deve ser feito pessoalmente no banco e em dinheiro. Um completo paradoxo.

Outros riscos, falhas ou dificuldades apresentadas pelo processo eletrônico

que dificultam que o processo informatizado se torne um meio plenamente utilizado por todos os cidadãos devem ser destacados, a saber:

- possibilidade de invasão ao sistema e conseqüente necessidade de criação e atualizações de sistemas de segurança;
- possibilidade de adulteração dos dados armazenados;
- demora na sistematização do processo eletrônico;
- dificuldade de harmonização de critérios no âmbito nacional;
- dificuldade de assimilação pela população;
- custo elevado na consolidação do processo eletrônico (necessidade de fortes investimentos para infraestrutura necessária);
- falhas e congestionamentos no sistema que inviabilizem o acesso;
- necessidade de lealdade processual para maior eficácia do sistema;
- bloqueios de arquivos acima de uma certa quantidade de *bytes*;
- aplicação restrita em virtude da grande maioria dos Judiciários estaduais sentir o reflexo da completa falta de dotação orçamentária e de um planejamento seguro sobre o tema.

A crítica mais efusiva ao processo eletrônico é a de que a obrigatoriedade do uso dos sistemas pelos advogados foi instituída concomitantemente à sua execução. Determinada a obrigatoriedade do uso do processo eletrônico, os advogados imediatamente devem adaptar-se à nova sistemática, vez que não há mais a opção de ajuizamento de novas ações através de processo físico.

A experiência norte-americana efetuou uma implementação mais lenta do processo eletrônico (ao longo de 10 anos), todavia, possibilitou um amadurecimento da sistemática e que todos os operadores do direito estivessem melhor adaptados e preparados para operar sob a nova sistemática. O mesmo se pode de dizer dos primeiros atos de governança eletrônica no país: a instituição do voto eletrônico em 1996 e a utilização da rede mundial de computadores para a transmissão da declaração de imposto de renda cujos processos de implementação se deram de forma paulatina.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vem constantemente requerer ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que seja concedido tempo hábil e elástico aos advogados, entre a implementação do uso do sistema eletrônico e a sua obrigato-

riedade, para adaptação dos mesmos ao sistema. No primeiro dia de fevereiro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça havia suspenso a obrigatoriedade do uso exclusivo de processo eletrônico em petições no estado de Pernambuco. A justificativa do relator Emmanoel Campelo foi de que: "O impedimento de acesso dos advogados ao foro por meio que não seja eletrônico pode ocasionar lesões de difícil, grave ou impossível reparação, na medida em que inúmeros conflitos exigem urgente e impostergável análise judicial".²¹¹

No pedido de providências protocolado no Conselho Nacional de Justiça pelo Conselho Estadual da OAB, os advogados afirmam que há problemas técnicos no sistema, baixa cobertura de internet, impedimento do exercício da advocacia a advogados sem certidão eletrônica ou com pouca familiaridade com o meio eletrônico e pouco tempo para fazer o protocolo.²¹²

"Há fundado receio de que o acesso ao Judiciário, por meio exclusivamente eletrônico, prejudique o acesso à Justiça, porque pode ainda não haver condições do sistema para seu pleno funcionamento, assim como os profissionais podem ainda não estar aptos a acessar o PJE adequadamente", disse o relator.²¹³

No entanto, apesar do eminente perigo de dano, no dia 5 de fevereiro de 2013, a liminar obtida foi cassada sob o pálio de ser inviável manter expediente físico dos processos paralelamente ao PJe.

Esta preocupação não se restringe ao estado de Pernambuco, por certo. Ao tomar posse como novo presidente do Conselho da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho disse que a inovação vem sendo adotada com a cautela necessária, o que pode fazer com que a iniciativa prejudique advogados que ainda não estão preparados para cumprir as exigências do novo sistema.²¹⁴

Em São Paulo, o peticionamento eletrônico tornou-se obrigatório desde o primeiro de fevereiro nas 45 varas cíveis do Fórum João Mendes, apesar das tentativas das entidades da advocacia – entre elas a OAB/SP e a AASP – em

²¹¹ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-fev-04/cnj-suspende-obrigatoriedade-processo-eletronico-pernambuco>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

²¹² *Ibid.*

²¹³ *Ibid.*

²¹⁴ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-fev-04/cnj-suspende-obrigatoriedade-processo-eletronico-pernambuco>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

postergar o início da exclusividade do método virtual.²¹⁵ As Seccionas da OAB do Pará e do Rio de Janeiro também pediram formalmente ao CNJ a suspensão da obrigatoriedade do uso exclusivo do PJe na Justiça do Trabalho. Enquanto no Pará o problema é com a Internet, no Rio a questão é a falta de acesso a equipamentos. OAB/PA pede que o TRT prorrogue o cronograma para que haja um espaço de transição de 12 meses. Além disso, quer que o sistema seja facultativo. O Tribunal passou a adotar o Sistema PJE-JT em 10 de outubro de 2012.

A OAB Nacional decidiu intensificar a assistência às ações movidas pelas Seccionais estaduais solicitando a suspensão do uso exclusivo de peticionamento eletrônico nos três ramos do Judiciário (estadual, federal e trabalhista) nas regiões onde problemas estruturais de telecomunicação dificultam o acesso à Internet. "Somos entusiastas do processo eletrônico e temos consciência dos seus benefícios, mas é preciso conhecer melhor a realidade de cada Estado antes de determinar que seja obrigatório", afirmou Marcus Vinicius Furtado. "Está-se exigindo do advogado de uma remota comarca o mesmo daquele que mora numa metrópole atendida por tecnologia de comunicação de ponta."²¹⁶

Para o secretário-geral da OAB Nacional, Cláudio Souza Neto, o Judiciário está tratando o Brasil inteiro como se fosse uma cidade como Brasília. Mais grave: "Está havendo uma interferência direta no trabalho dos advogados, com reflexos danosos na prestação jurisdicional e, logo, na própria atividade de defesa, necessária para que se faça justiça".²¹⁷

Referido secretário-geral afirmou que a OAB Nacional está levantando todos os casos existentes de dificuldade na transmissão de dados para levar ao conhecimento do CNJ. Disse, ainda, que os argumentos apresentados pelos setores de tecnologia da informação dos tribunais, alegando que são disponibilizadas aos advogados todas as facilidades para operar o sistema, não condizem com a realidade. "Haverá uma crise se continuar nesse ritmo, com prejuízos para todos", advertiu, ao lembrar que no âmbito da OAB já existe um programa voltado para ajudar o advogado a obter sua certificação. Mas é preciso tempo até que todos estejam devidamente incluídos. "Tudo

²¹⁵ *Ibid.*

²¹⁶ Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/25094/oab-alerta-cnj-para-dificuldades-com-o-processo-eletronico>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

²¹⁷ *Ibid.*

o que queremos é tempo", disse.²¹⁸

Sendo o advogado o único possuidor de capacidade postulatória plena e figura indispensável à administração da Justiça é de rigor que haja a unificação dos sistemas de modo a facilitar a adaptação e a integração dos operadores do direito, nomeadamente os advogados. Além do que, não sendo os advogados detentores de graduação em ciência da computação, um sistema de fácil acesso e intuitivo resguardaria a pronta adaptação dos mesmos.

Todavia, não há como negar que as vantagens trazidas pelo processo eletrônico, algumas das quais foram discriminadas anteriormente, são superiores aos riscos apresentados pelo mesmo. Sopesadas as vantagens e compreendidos os riscos, os quais podem ser eliminados, verifica-se que o processo eletrônico é irreversível e que a promulgação da Lei n.º 11.419 abriu as portas para uma verdadeira mudança da realidade que trouxe novas regras processuais e novas ferramentas de gestão dos processos. Resta-nos trabalhar com grande engajamento, humildade e compreensão do mecanismo legal para que o processo eletrônico se efetive.

²¹⁸ Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/25094/oab-alerta-cnj-para-dificuldades-com-o-processo-eletronico>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por um processo célere e efetivo é uma constante no cenário brasileiro e esta busca tem compelido o legislador a criar novas regras que viabilizem o processo almejado. Estas alterações na legislação processual vêm sendo feitas pelo Estado há anos, porque cabe a ele, detentor do monopólio da jurisdição, desenvolver mecanismos para que o processo suplante os obstáculos existentes e realmente se posicione como um instrumento eficaz de pacificação social.

A necessidade do Estado Brasileiro em aprimorar e tornar o Poder Judiciário mais eficiente e eficaz, respeitando os direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal, inspiraram as regras contidas na Lei n.º 11.410/2006, instituidora do processo eletrônico no Brasil, que se mostra como um profícuo meio para uma Justiça mais célere e eficiente.

O grave problema da morosidade processual não pode prescindir dos sistemas inteligentes; deve considerar a perspectiva da utilização dos avanços tecnológicos disponíveis, deve valer-se dos benefícios por ela oferecidos e capazes de conferir maior celeridade processual, sem risco de comprometimento das garantias do devido processo legal.

O que se pretende com o processo eletrônico é que a atividade jurisdicional e os procedimentos empregados sejam melhor otimizados, de forma a tornarem-se mais eficazes, sem prejuízo da finalidade de atingir seus objetivos. O processo eletrônico determinará paulatinamente o descongestionamento da Justiça, simplificação dos ritos, transparência dos procedimentos e completa revisão do modelo obsoleto.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente a Internet, possibilitam que o processo eletrônico rompa com a arcaica sistemática processual, criando um novo *modus operandi* no direito processual, para garantir a efetivação dos direitos e uma eficaz prestação da tutela jurisdicional por parte do Poder Judiciário.

O problema do Judiciário, infecto pela morosidade, não está na seara do processo, tampouco na aplicação da lei e dos princípios autocríticos-discursivos do

processo, mas na forma de realização dos atos procedimentais pela jurisdição, os quais estão eivados do denominado "tempo morto" do processo, qual seja, quando os autos ficam aguardando a prática de determinados atos físicos, como a autuação da petição inicial ou a juntada de documentos. É verdade que também contribuem para a morosidade os prazos impróprios a juízes e auxiliares da justiça, os prazos privilegiados concedidos à Fazenda Pública, o número insuficiente de magistrados comparativamente à demanda judicial, de funcionários públicos dotados de capacidade técnica além da escassez de dotação orçamentária a fim de estruturar e modernizar a máquina judiciária.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça 70% da demora na entrega da tutela jurisdicional deve-se justamente à este "tempo morto" do processo, ou seja, a lentidão oriunda da execução de simples atos de movimentação e comunicação processual, tais como a juntada de petições, expedições de mandados, ofícios, cartas precatórias, dentre outros, ou seja, com atos burocráticos.²¹⁹

É preciso, portanto, que ocorram mudanças na sistemática procedimental, erradicando burocracias e simplificando o procedimento, sendo que o processo eletrônico foi instituído justamente no afã de suprimir estas etapas burocráticas e conferir, desta forma, maior celeridade à tutela jurisdicional.

Várias mudanças significativas foram operadas nos últimos anos, e muitas outras se fazem necessárias como via de um aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional, fração imprescindível de uma democracia. O processo eletrônico judicial é um dos mais recentes patamares da constante evolução dos mecanismos de administração da justiça.

Deve-se atribuir à Lei n.º 11.419/2006, sem sombra de dúvida, a verdadeira revolução no Poder Judiciário, porque esta é a lei responsável para inserção definitiva do processo eletrônico no direito processual civil brasileiro.

O processo eletrônico possibilita, dentre as várias alterações significativas, a consulta aos autos do processo simultaneamente por advogados, magistrados e partes; dispensa uma série de atos administrativos judiciais, a exemplo da juntada

²¹⁹ Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/10506:cerca-de-70-do-tempo-de-tramitacao-do-processo-judicial-gasto-com-atos-burocraticos>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

de documentos e o traslado dos autos; acaba com o moroso envio de cartas precatórias e recursos às instâncias superiores; extingue as infundáveis buscas por autos perdidos; assim como reduz os custos com material, possibilitando que a maior parte dos investimentos seja convertida em equipamentos de informática e serventuários da Justiça.

Questões ainda se colocam a exemplo do acesso à justiça aos hipossuficientes técnico e economicamente; a comunicação dos atos processuais por meio exclusivo dos portais de cada tribunal; dificuldade de harmonização dos sistemas no âmbito nacional; dificuldade de assimilação pela população; custo elevado na consolidação do processo eletrônico (necessidade de fortes investimentos para infraestrutura necessária); falhas e congestionamentos no sistema que inviabilizem o acesso; bloqueios de arquivos acima de uma certa quantidade de bytes; aplicação restrita em virtude da grande maioria dos Judiciários estaduais sentir o reflexo da completa falta de dotação orçamentária e de um planejamento seguro sobre o tema. A crítica mais efusiva ao processo eletrônico é a de que a obrigatoriedade do uso dos sistemas pelos advogados foi instituída concomitantemente à sua execução, motivo ensejador de inúmeras ações impetradas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

É imperioso que o avanço do processo judicial eletrônico respeite as reais condições de cada região, que o Poder Judiciário disponibilize estrutura e funcionários capacitados aptos a prestar assistência aos jurisdicionados que não possuem condições de operar o meio eletrônico. O processo eletrônico exige adequação tecnológica à nova realidade. Para tanto é imprescindível a aquisição de scanners para digitalização de petições e documentos além de acesso à internet com alta velocidade de navegação. São recursos que inegavelmente, demandam um custo elevado, o qual, futuramente, pode advir da economia de recurso que o próprio processo eletrônico irá acarretar. Paralelamente, também é salutar que a OAB se empenhe em patrocinar cursos de capacitação aos advogados para lidar com a nova tecnologia e que as defensorias públicas sejam equipadas e estruturadas para poderem representar a população carente neste novo procedimento que se apresenta.

São medidas essenciais a fim de que não haja a arbitrária exclusão daqueles impossibilitados de utilizar o novo sistema e o acesso do cidadão à justiça não reste ainda mais prejudicado. Não investir nestas medidas não é

somente desarrazoado mas, acima de tudo, antidemocrático e inconstitucional , ferindo de morte o acesso à justiça aos desfavorecidos técnico e economicamente. É preciso cautela na implantação do processo eletrônico como via única para o recebimento de petições enquanto o Poder Judiciário, a instituição incumbida pela lei infraconstitucional e constitucional, permanecer desprovida de aporte orçamentário necessário à garantir infraestrutura decente de funcionamento, a fim de que os benefícios trazidos pela nova sistemática não sejam suplantados pelos problemas oriundas de sua má utilização.

Muito embora o aperfeiçoamento completo do processo digital ainda não tenha ocorrido, caminha-se a passos concretos dentro do espírito da informatização plena e da concretude da Lei n.º 11.419/2006, que culminará em um processo amplamente informatizado que prescinde do papel.

A despeito dos grandes avanços ocorridos, a implantação do processo eletrônico em todas as regiões e Estados do Brasil enfrenta grandes dificuldades, principalmente relacionadas aos problemas orçamentários. Todavia, não há como negar, conforme relata Petrônio Calmon²²⁰, que "essa nova modalidade rompe com o passado, revoluciona o presente e abre profundos sulcos no futuro, porque, a par de uma economia vultosa de papel²²¹, também revoluciona o mecanismo estrutural do processo".

O Judiciário brasileiro, que ainda não se encontra completamente preparado e com meios disponíveis para conviver com as inovações impostas pela Lei n.º 11.410/2006, terá obrigatoriamente que se adaptar ao processo eletrônico, mesmo que de maneira gradual e dependente de alto grau de investimento, até que se alcance a estrutura capaz de dar ao sistema eletrônico a envergadura necessária à total aplicação da lei mencionada.

Dúvidas não há de que o processo eletrônico é capaz de conferir maior celeridade e agilidade ao Poder Judiciário. Em poucos anos grandes avanços já ocorrem e a prometida celeridade de tramitação foi comprovada em diversos casos. Todavia, o processo eletrônico não será a solução definitiva para combater

²²⁰ CALMON, Petrônio. **Comentários à lei de informatização do processo judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p.48.

²²¹ Somente no ano de 2006, o STF movimentou cerca de 680 toneladas de papel. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=2940&ver=268>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

a lentidão do Poder Judiciário, mas efetivo remédio e poderoso instrumento para minimizar este problema. Implantado o processo eletrônico, "é preciso ter espírito cívico a fim de integrar o texto legal à nossa realidade e, com isto, facilitar o acesso à justiça"²²².

Ainda há muito por avançar. Este fato, porém, não deve obscurecer os progressos já alcançados. Não há como negar que as vantagens trazidas pelo processo eletrônico são superiores aos problemas apresentados pelo mesmo. Sopesadas as vantagens e compreendidos os entraves, os quais podem ser eliminados, verifica-se que o processo eletrônico é irreversível e que a promulgação da Lei n.º 11.419 abriu as portas para uma verdadeira mudança de paradigma, e que não há como voltar atrás.

²²² ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.163.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo eletrônico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **A segurança de informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados**. Disponível em: <http://www.dgaf.com.br/index_arquivos/ASEGURAN%C3%87ADAINFORMA%C3%87%C3%83ONOPROCESSOELETR%C3%94NICO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**: a informatização judicial no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ALVIM, J. E. Carreira. **Justiça**: acesso e descesso. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4078>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. **Processo eletrônico. Consulex - Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 06 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=2940&ver=268>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

ATHENIENSE, Alexandre. **Avanços e entraves do processo eletrônico na justiça**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-dez-16/retrospectiva-2010-avancos-entraves-processo-eletronico-justica>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

ATHENIENSE, Alexandre. **Processo eletrônico: um avião que vamos ter que consertar em pelo voo. Jornal da Ordem**, Paraná, n.163, ago., p.9, 2012.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2009.

BARBOSA, José Olindo Gil. **A adoção da súmula vinculante no sistema judicial brasileiro**. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/629>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva**: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/themes/LRB/pdf/da_falta_de_efetividade_a_judicializacao_excessiva.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo)**. **Revista Acadêmica Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.1, 2001.

BARROSO, Luís Roberto. **Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo**. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v.3, n.11, jul. 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30918>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito**: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7547/neoconstitucionalismo-e-constitucionalizacao-do-direito>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

BAUZÁ, Marcelo. **Comercio electrónico análisis jurídico multidisciplinario**. Buenos Aires: Editorial B de f. 2003. p.75.

BEHRENS, Fabiele. **Assinatura eletrônica e negócios jurídicos**. Curitiba: Juruá, 2007.

BORON, Atilio. Os novos leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo II** – que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Paz e Terra, 1999.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Os desafios do Conselho Nacional da Justiça**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=16081>. Acesso em: 03 jul. 2011.

BRASIL. STJ. **Processo eletrônico conquista magistrados e advogados, mas ainda tem desafios**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101488&utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed:+STJNoticias+\(STJNoticias\)](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101488&utm_source=feedburner&utm_medium=twitter&utm_campaign=Feed:+STJNoticias+(STJNoticias))>. Acesso em: 04 jul. 2011.

BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas do Estado Constitucional**. Curitiba: Fórum, 2007.

CALMON, Petrônio. **Comentários à lei de informatização do processo judicial**. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CANOTILHO *apud* SOUSA, Isabella Saldanha e GOMES, Magno Federici. **A efetividade do processo e a celeridade do procedimento em detrimento dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da isonomia**: o mito da urgencialidade. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manuel/arquivos/anais/salvador/isabella_saldanha_de_sousa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. de: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. p.8. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/24783186/788476264/name/2-+Mauro+Cappelletti+%26+Bryant+Garth+-+Acesso+%C3%A0+Justi%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

CASTRO, Aldemario Araújo. O triunfo da convergência digital e as cautelas necessárias. **Revista Jurídica Consulex**, Brasília, ano XV, n.338, 15 fev. 2011.

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico**. Curitiba: Juruá, 2007.

COMOGLIO, Luigi Paolo; FERRI, Conrado; TARUFFO, Michele. **Lezione sul processo civile**, v.1, p.63 *apud* CAMBI, Eduardo. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.218.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Garantias constitucionais do processo civil**. São Paulo: RT, 1999.

DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. As reformas do código de processo civil e o processo constitucional. In: DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho; NEPOMUCENO, Luciana Diniz (Coords.). **Processo civil reformado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, volume 1: teoria geral do direito civil**. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FORTES, Rafael Costa Fortes. **Informatização do judiciário e o processo eletrônico**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/14101/informatizacao-do-judiciario-e-o-processo-eletronico>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. Direito fundamental à jurisdição efetiva na sociedade da informação. In: MOURA, Lenice S. Moreira de (Org.). **O novo constitucionalismo na era pós-positivista: homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra. Assinatura Digital: necessidade ou obrigação? In: EFING, Antônio Carlos; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra (Orgs.). **Direito e questões tecnológicas: aplicados no desenvolvimento social**. Curitiba: Juruá, 2008.

FREITAS, Vladimir Passos. **Internet, direito ao esquecimento x pena perpétua**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-nov-06/segunda-leitura-internet-direito-esquecimento-pena-perpetua>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, volume I: parte geral**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **O princípio constitucional da tutela jurisdicional sem dilações indevidas e o julgamento antecipadíssimo da lide**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p.158 *apud* TAKOI, Sérgio Massaru. **O princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5.º LXXVII da CF/88) e sua aplicação no direito processual civil**. Disponível em: <http://www.fadisp.com.br/download/Sergio_Takoi.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Técnicas de aceleração do processo**. São Paulo: Lemos & Cruz, 2003.

GERBER, Regina Márcia. **Acesso ao judiciário como condição justa e igualitária entre autor e réu**. Disponível em: <<http://www.datavenia.net/artigos/acessojudiciariocomocondicaojusta.html>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

GRAUS, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo: estudos e pareceres**. São Paulo: DPJ, 2006 *apud* ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **A segurança de informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados**. Disponível em: <http://www.dgaf.com.br/index_arquivos/ASEGURAN%C3%87ADAINFORMA%C3%87%C3%83ONOPROCESSOELETR%C3%94NICO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

HARGAIN, Daniel. **Comércio eletrônico análise jurídico multidisciplinar**. Buenos Aires: B de F, 2003.

HERTEL, Daniel Roberto. **Aspectos processuais da Emenda Constitucional n.º 45**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7192>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

HOFFMAN, Paulo. **Razoável duração do processo**. São Paulo: Quatier Latin do Brasil, 2006, p.99 *apud* TAKOI, Sérgio Massaru. **O princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5.º LXXVII da CF/88) e sua aplicação no direito processual civil**. Disponível em: <http://www.fadisp.com.br/download/Sergio_Takoi.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

JÚNIOR, José Cretella. **Do mandado de segurança coletivo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. p.8.

JÚNIOR, Nelson Nery. **Princípios do Processo Civil da Constituição Federal**. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

KAMINSKI, Omar. **Os meios eletrônicos desafiam operadores do direito**. Disponível em: <<http://www.infraworksys.com.br/materias.asp?id=138>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down**. 5.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2010.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **e-Marketing**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARINONI, Luis Guilherme. **A legitimidade da atuação do juiz a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva**. Disponível em: <http://www.professormarinoni.com.br/principal/pub/anexos/20080320041013A_legitimidade_da_atuacao_do_juiz.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

MARINONI, Luis Guilherme. **Segurança dos atos jurisdicionais**. Disponível em: <<http://marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2010/11/Princípio-da-Segurança-dos-Atos-Jurisdicionais-MARINONI.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. Garantia da tempestividade da tutela jurisdicional e duplo grau de jurisdição. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Garantias constitucionais do processo civil**. São Paulo: RT, 1999. p.218.

MARINONI, Luiz Guilherme. O direito à adequada tutela jurisdicional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n.663, p.243, jan. 1991.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**. Curso de Processo Civil. Vol I, 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MARINONI, Luis Guilherme. **O direito à tutela jurisdicional efetiva na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5281>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Repercussão geral e súmula vinculante: relevantes novidades trazidas pela EC n. 45/2004. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim *et al.* (Coords.). **Reforma do judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a Emenda Constitucional n.45/2004**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p.374.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data**. 18.ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Elementos de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MENAI, Tânia. **A paz ainda é possível**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/040701/entrevista.html>>. Acesso em: 05 maio 2011.

MENDES, Gilmar. Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional. **Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte, v.1, n.1, abr. 2003. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31278>> Acesso em: 4 fev. 2011.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 4.ed. Revista dos Tribunais, 1974, Tomo I, p.4, 16/17 *apud* PEITER, Edson. **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação jurisdicional e gestão de qualidade na administração pública**. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/Edson_Peiter.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NALINI, José Renato. **Novas perspectivas no acesso à justiça**. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero3/artigo08.htm>>.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil da Constituição Federal**. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NESTER, Alexandre Wagner. **Questões polêmicas sobre o processo eletrônico na justiça federal**. Disponível em: <<http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=35&artigo=19&l=pt>>. Acesso em: 19.fev. 2013.

NETO, Antônio Silveira. **Súmula de efeito vinculante**. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ut/jurisnet/art64.html>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 7.ed. São Paulo: Método, 2011.

PEITER, Edson. **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação jurisdicional e gestão de qualidade na administração pública**. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/Edson_Peiter.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S. **Redes de computadores: uma abordagem de sistemas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PINTO, Almir Pazzianotto. **A informatização do processo**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI147975,31047-A+informatizacao+do+processo>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O direito constitucional a jurisdição. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **As garantias do cidadão na justiça**. São Paulo: Saraiva, 1993.

ROSSI, Amélia Sampaio. **Neoconstitucionalismo e direitos fundamentais**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/amelia_do_carmo_sampaio_rossi.pdf>. Acesso em: 12 set. 2011.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1994 *apud* NETO, Antônio Silveira. Súmula de efeito vinculante. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ut/jurisnet/art64.html>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista de Direito Constitucional**, v.57, p.11 *apud* MARINONI, Luis Guilherme. **Segurança dos atos jurisdicionais**. Disponível em: <<http://marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2010/11/Princípio-da-Segurança-dos-Atos-Jurisdicionais-MARINONI.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da pessoa humana no estado democrático de direito. In: MOURA, Lenice S. Moreira (Org.). **O novo Constitucionalismo na era pós-positivista**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das normas constitucionais. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p.65 *apud* GRAUS, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p.318.

SOUSA, Isabella Saldanha e GOMES, Magno Federici. **A efetividade do processo e a celeridade do procedimento em detrimento dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da isonomia: o mito da urgencialidade**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/isabella_saldanha_de_sousa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

SOUZA, Vinicius Roberto Prioli de. **Contratos eletrônicos e validade da assinatura digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

STEUDEL, Adelângela de Arruma Moura. **Jusnaturalismo clássico e jusnaturalismo racionalista**: aspectos destacadas para acadêmicos de direito. Disponível em: <http://www.uepg.br/prosp/publicatio/hum/2007_1/Adelangel.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica, neoconstitucionalismo e "o problema da discricionariedade dos juízes"**. Disponível em: <http://www.anima-opet.com.br/primeira_edicao/artigo_Lenio_Luiz_Streck_hermeneutica.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

STRECK, Lenio Luiz; SEVERO ROCHA, Leonel. **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

TAKOI, Sérgio Massaru. **O princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5.º LXXVII da CF/88) e sua aplicação no direito processual civil**. Disponível em: <http://www.fadisp.com.br/download/Sergio_Takoi.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

TALAMINI, Eduardo. Julgamentos de recurso no STJ por "amostragem". **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini**, Curitiba, n.14, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=14&artigo=796&l=pt>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. V. I. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VIEIRA, Valber Siqueira. **A prestação jurisdicional**. Disponível em: <<http://www.universojuridico.com.br/publicacoes/doutrinas/default.asp?action=doutrina&coddou=651>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

VOLPI, Marlon Marcelo. **Assinatura digital**. Aspectos técnicos, práticos e legais. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

ZAFFARONI, Eugênio, Raúl. **Poder judiciário** – crise. Acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ZAMPIER, Débora. **Novo sistema pode reduzir em até 70% o tempo de tramitação de processo na Justiça**. Disponível em: <http://www.aasp.org.br/aasp/imprensa/clipping/cli_noticia.asp?idnot=10103>. Acesso em: 04 jul. 2011.

ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia social da prestação jurisdicional. **Revista de Informação Legislativa**, v.31, n.122, p.291-296, abr./jun.1994 *apud* PEITER, Edson. **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação jurisdicional e gestão de qualidade na administração pública**. Disponível em: <http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/Edson_Peiter.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

Sites consultados:

Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2751899/art-5-inc-lxxviii-da-constituicao-federal-de-88>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9800.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www2.jfrs.jus.br/?p=750>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/27153/Res%20_1_2010_PRE.pdf?sequence=3>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/brasileiros-desconhecidos-internet-inclusao-digital-infoexame-540669.shtml?func=1>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em:

<http://portal.tjpr.jus.br/web/guest/sala_imprensa;jsessionid=ffc33211b5144c052acc19d14693?p_p_id=62_INSTANCE_F9uy&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_62_INSTANCE_F9uy_struts_action=%2Fjournal_articles%2Fview&_62_INSTANCE_F9uy_groupId=10099&_62_INSTANCE_F9uy_articleId=2841338&_62_INSTANCE_F9uy_version=1.0>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10361&revista_caderno=21>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/10506:cerca-de-70-do-tempo-de-tramitacao-do-processo-judicial-gasto-com-atos-burocraticos>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/10506:cerca-de-70-do-tempo-de-tramitacao-do-processo-judicial-gasto-com-atos-burocraticos>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9338&Itemid=675>. Acesso em: 05 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-abr-01/pacto-republicano-projetos-concretos-serem-cumpridos>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-24/advocacia-ainda-nao-preparada-processo-eletronico>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-fev-04/cnj-suspende-obrigatoriedade-processo-eletronico-pernambuco>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.php?tl=1&id=1336568&tit=O-processo-eletronico-e-o-acesso-a-Justica>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/conteudo.phtml?id=1294440>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.jt.jus.br/sistema/edoc/>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/25094/oab-alerta-cnj-para-dificuldades-com-o-processo-eletronico>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11280.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11382.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8245.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/praticas/citacao-eletronica-1080/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/1441031-direito-ao-esquecimento-bem-recebido-mas-dificil-de-aplicar>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO427-2010.PDF>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercus-saoGeral&pagina=numeroRepercussao>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www.ticonrole.gov.br/portal/pls/portal/docs/824982.PDF>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/Even/VITermNeo/Erica.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=185991>. Acesso em: 02 jul. 2012.

Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesClipping.php?sigla=portalStfDestaque_pt_br&idConteudo=173547>. Acesso em: 24 jan. 2013.

Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1984/7244.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-de-nivelamento-2009>. Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em: <www.fgv.br/cps/telefonica>. Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em: Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: Acesso em: 06 fev. 2013.

Disponível em: <www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_prog.../jef_eproc.ppt>. Acesso em: 10 jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=172>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 8 jun. 2012.

Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verConteudo.php?sigla=portalStfCooperacao_pt_br&idConteudo=190769&modo=cms>. Acesso em: 8 jun. 2012.